



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JANINE VICENTE DIAS

**O CAPITAL SOCIAL NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO: O
CASO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ARARA, PB**

CAMPINA GRANDE

2010



JANINE VICENTE DIAS

**O CAPITAL SOCIAL NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO: O
CASO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
ARARA, PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção do título
de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Marc Piraux.

**CAMPINA GRANDE
2010**

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

D541c

2010 Dias, Janine Vicente.

O Capital Social na Agenda do Desenvolvimento: o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, PB / Janine Vicente Dias. — Campina Grande, 2010.

105 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Marc Piraux.

1. Sociologia Rural. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Sindicalismo. 4. Capital Social. 5. Mediação. I. Título.

CDU – 316.334.56(043)

JANINE VICENTE DIAS

**O CAPITAL SOCIAL NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DO
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARA, PB**

Dissertação apresentada no dia 12 de abril de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marc Piraux
Orientador (UFCG/CH/PPGCS)

Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello
Examinador Interno ((UFCG/CH/PPGCS)

Prof. Dr. Paulo César Oliveira Diniz
Examinador Externo (UFRPE)

Prof. Dra. Ghislaine Duque
Suplente (UFCG/CH/PPGCS)

Dedico este trabalho a **Deus**, primeiro pai... condutor da minha vida e inspirador desse
povo que contesta e inova.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado pai, Joca Freire

Agricultor que sempre acredita que o ano vai ser bom.

A minha querida mãe, Dona Nira

Mulher que tem calos nas mãos e sorriso no rosto.

A meu orientador, Marc Piraux.

Pela orientação, compreensão e confiança.

Aos meus sábios mestres

Pela dedicação e comprometimento com o saber, em especial ***Profº Márcio Caniello e Ramonildes Alves.***

A minha doce tia, Socorro

Uma migrante saudosa de sua terra, que sempre ajudou aos seus que aqui ficaram.

Ao meu grande bem, Petronio Andrade

Amante da cultura e artista da vida.

Aos meus alegres amigos

Eternos companheiros no caminho do conhecimento.

Ao STR de Arara

Pelos sorrisos e atenção, sempre recebendo tão bem.

A todos que fazem parte do **Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

Pelo trabalho e afeto.

A Universidade Federal de Campina Grande

Sem dúvida, responsável pela ampliação do nosso **capital social.**

Muito obrigada!!!

Sem terra, trabalho e comida a vida não há...

Manoel Pompeu – Congregação Mariana
Gabriel de Sousa – Pastoral da Terra

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar os resultados referentes ao estudo de caso sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, na Paraíba. Partimos da hipótese de que este dispositivo é a principal agência promotora do desenvolvimento, responsável pelo processo de inovação e fortalecimento da ação coletiva, através da formação de redes sociais que fortalece o capital social das comunidades rurais. Nosso objetivo era, portanto, verificar como esta organização através de arranjos e ambiente institucional possibilita a formação e redistribuição de capital social. Para isso, buscamos inicialmente compreender como se produz o poder de agência do STR, usando sua trajetória como norte para explicar os diferentes tipos de comportamento organizacional que surgiram como formas de mediação das demandas coletivas. Sendo assim, a indagação da pesquisa se direcionou no sentido de uma reflexão: se estaria nesta particular configuração social uma forma de entender o desenvolvimento? Ou seja, a idéia era cogitar como o STR de Arara enquanto mediador político, com seus mecanismos de integração e reprodução, tem a possibilidade de ampliar (ou limitar) o capital social das comunidades envolvidas. Outrossim, a proposta aqui é ainda localizar o conceito de capital social na sociologia crítica a fim de descortinar a realidade oculta nas práticas discursivas em torno deste conceito, buscando compreendê-lo através da noção de *poder*, parâmetro fundamental para a análise da trajetória dos dispositivos coletivos e institucionais que exercem significativa influência no fortalecimento das redes de cooperação, reciprocidade e redistribuição.

Palavras-Chave: desenvolvimento, sindicalismo, capital social, mediação.

RESUMÉ

Ce travail présente les résultats relatifs à une étude de cas qui porte sur le Syndicat des Travailleurs Agricoles de Arara, dans la Paraíba. Nous posons l'hypothèse que ce dispositif est la principale agence promotrice du développement, responsable du processus d'innovation et du renforcement de l'action collective, à travers la formation de réseaux sociaux qui fortifie le capital social des communautés rurales. Notre objectif est de vérifier comment cette organisation, à travers des arrangements et de l'environnement institutionnel, rend possible la formation et l'augmentation de capital social. Pour cela, nous voulons tout d'abord comprendre comment s'organise le pouvoir du STR, en cherchant comment expliquer, à travers l'analyse de sa trajectoire, les différents types de comportements organisationnels qui apparaissent comme des formes de médiation et de gouvernance des demandes sociales. L'analyse montre en particulier l'émergence de nouvelles formes d'action collective et d'innovation en milieu rural dans un temps court lié à l'existence du STR dans le municipale. La recherche s'oriente dans le sens de la réflexion suivante : cette configuration sociale particulière préfigurerait-elle une nouvelle manière de comprendre le développement ? Autrement dit, l'idée est d'analyser comment le STR de Arara en tant que médiateur politique, avec ses mécanismes d'intégration et reproduction, a la possibilité d'augmenter (ou de limiter) le capital social des communautés impliquées. Par ailleurs, la proposition est de discuter le concept de capital social dans la sociologie afin de révéler les pratiques discursives autour de ce concept, en cherchant à le comprendre à travers la notion de pouvoir, paramètre fondamental pour l'analyse de la trajectoire des dispositifs collectifs et institutionnels qui exercent une influence significative dans le renforcement des réseaux de coopération, réciprocité et redistribution.

Mots-clés : développement, syndicalisme, capital social, médiation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura de rede centralizada, pág.....	36
Figura 2 – Estrutura de rede descentralizada, pág.....	36
Figura 3 – Unidades Agroecológicas, pág.....	55
Figura 4 – Fotografia de Seu Manoel Pompeu, pág.....	59
Figura 5 – Fotografia de Gabriel de Sousa, pág.....	65
Figura 6 – Fotografia de Evento: Comício realizado em Arara, PB, pág.....	68
Figura 7 – Centro de Vivência do Curimataú da Borborema - Arara, PB, pág.....	70
Figura 8 – Diagrama de processos de mediação, pág.....	82
Figura 9 – Fotografia de Chiquinho na construção de uma cisterna calçadão.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de Integração Econômica, pág.....	39
Quadro 2 - Fonte de capital para interações sociais.....	43
Quadro 3 – Frequência de associados em reuniões mensais do STR.....	61
Quadro 4 – Relação das comunidades rurais de Arara e sua produção de bens.....	71
Quadro 5 - Apresentação de municípios que adotam o FRS.....	75
Quadro 6 – Ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, ano 2008.....	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Capital Social como área de estudo, pág.....	28
Gráfico 2 – Número de cisternas construídas a partir da mediação do Pólo, pág.....	74
Gráfico 3 – Atividades produtivas da comunidade rural do Araçá, pág.....	86
Gráfico 4 - Atividades produtivas da comunidade rural de Volta, pág.....	87
Gráfico 5 - Atividades produtivas da comunidade rural de Lagoa de Pedra, pág.....	87
Gráfico 6 - Atividades produtivas da comunidade rural de Cajazeiras, pág.....	88
Gráfico 7 - Atividades produtivas da comunidade rural de Gameleira, pág.....	88
Gráfico 8 – Total de participantes em reuniões mensais do STR de Arara, do ano de 1979 a 1999, pág.....	98

LISTA DE SIGLAS

ASA – Articulação do Semi-Árido Brasileiro

AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BSC – Banco de Sementes Comunitário

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAG - Federações dos Trabalhadores na Agricultura

FRS – Fundos Rotativos Solidários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG - Organização Não-Governamental

PATAC - Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS PARA O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

1.1 INTRODUÇÃO.....	24
1.2 O CAPITAL SOCIAL COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	27
1.3 NOTAS INICIAIS PARA UM DEBATE SOBRE CAPITAL SOCIAL.....	30
1.3.1 Enfoque Político e Redes Sociais.....	31
1.3.2 Enfoque Econômico Utilitarista.....	35
1.4 CAPITAL SOCIAL: RECIPROCIDADE OU REDISTRIBUIÇÃO?.....	37
1.5 A QUESTÃO DA MEDIAÇÃO E DO PODER.....	44
1.5.1 O STR e suas Formas de Mediação.....	46

CAPÍTULO 2

A COMPOSIÇÃO E O PERFIL SOCIOLÓGICO DO STR DE ARARA:

2.1 INTRODUÇÃO.....	48
2.2 O SINDICALISMO RURAL NO BRASIL: NOTAS DE UMA HISTÓRIA.....	49
2.2.1 O Novo Sindicalismo Rural: ruptura ou continuidade?.....	52
2.3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARA: COMO AS LIDERANÇAS DETERMINARAM A AÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.....	55
2.3.1 Da Conformação à Contestação.....	56
2.3.2 Da Contestação à Inovação.....	62
2.3.3 A Dinâmica do STR e a Gestão Municipal.....	65
2.4 A CONSTRUÇÃO DE NOVOS BENS COLETIVOS.....	69
2.5 OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: UMA EXPRESSÃO DE CAPITAL SOCIAL.....	72

CAPÍTULO 3

DISPOSITIVOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE DA REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

3.1	INTRODUÇÃO.....	77
3.2	FRS: NOVAS PERSPECIVAS PARA O CAPITAL SOCIAL NO MEIO RURAL.....	78
3.2.1	Dois Cenários para a Redistribuição: os FRS do Araçá e da Gameleira.....	82
3.3	STR: NOVOS E VELHOS <i>HABITUS</i> NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO.....	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REPENSANDO O CAPITAL SOCIAL: OS LIMITES DA TEORIA E AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO.....	103
---------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105
---------------------------------	-----

ANEXO A - Roteiro de Questões Gerais e Orientadoras da Pesquisa de Campo.....	111
-------------------------------------------------------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento nestas últimas décadas vem ocupando um espaço grande na literatura acadêmica e nos documentos e ações de organizações políticas. E ao investigar a trajetória mais recente das idéias gerais sobre este tema, na economia e sociologia especificamente, nota-se como o tema de desenvolvimento passa por mudanças importantes. No estudo de Favareto (2006), para saber, o conceito de desenvolvimento como evolução e como progresso, que predomina até o século XIX, é substituído pela idéia de crescimento, com a crença de que o dinamismo econômico é a chave para o avanço nos indicadores sociais. No entanto, as deficiências dessa fórmula são evidentes, principalmente quando não se complementa a análise com outras dimensões. Só agora, de modo recente, a noção passa a incorporar outros indicadores, como os de bem-estar e de sustentabilidade ambiental. Hoje, para analisar o desenvolvimento de forma mais abrangente, é necessário considerá-lo como “um processo diverso em suas manifestações espaciais, multifacetado nas dimensões social, demográfica, político-institucional, ambiental e econômica” (CONDERATO, SCHNEIDER, WAQUIL, 2007, p.167).

Essa nova concepção é alavancada nos trabalhos de Amartya Sen (1999), o qual mostra que o crescimento econômico, embora condicionante necessário, não é o indicador suficiente de desenvolvimento. Dessa forma, explica que a renda embora necessária para o desenvolvimento, é um meio e não um fim, e o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada, e não apenas seu nível. Sen, em suas reflexões sobre bem-estar e desenvolvimento, adota a idéia de que o padrão ou qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela utilidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos em utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade. É nesta perspectiva que Sen, em sua consagrada obra “Desenvolvimento como Liberdade” (SEN, 1999) apresenta duas visões avessas de desenvolvimento: a primeira é que o desenvolvimento é um processo violento e sofrido, no qual o desafio de acumular riquezas o mais rápido possível pode impingir até o sacrifício imediato do bem-estar, haja vista que a etapa inicial do processo de desenvolvimento se apóia sobre a concentração da renda, como ingrediente indispensável para acumulação de capital. A outra abordagem seria a reflexão de que o processo de desenvolvimento está relacionado ao aumento da *capacidade* dos indivíduos fazerem suas

escolhas. E aqui, a visão do desenvolvimento exige uma definição positiva de liberdade: a liberdade não apenas como a ausência de restrições, do direito de ir, comprar, vender. Mas a liberdade (e logo, o desenvolvimento) pensada dentro das condições concretas do seu exercício. Para o autor, não basta que a lei garanta certos direitos, o essencial é que os indivíduos tenham capacidades, a qualificação, o direito de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência.

Estas idéias gerais sobre desenvolvimento são aplicadas no caso que aqui nos interessa: que é o debate referente ao meio rural, ou de acordo com a disposição do termo, a reflexão sobre o *desenvolvimento rural*, conceito igualmente aportado no tempo (trajetória), no espaço (território e região) e nas estruturas sociais. Aqui, no Brasil, até pouco tempo, este discurso conceitual revolvía o campo da economia agrícola, do agronegócio e de seus mercados. Mas, como a literatura que trata dos processos de mudança social no meio rural e conseqüentemente do seu desenvolvimento é crescente, acaba também por canalizar esforços em nossa produção acadêmica para que esta possa demonstrar as desiguais condições que as trajetórias locais, regionais e territoriais se estabelecem ao longo do tempo.

Segundo Schneider (2007), de 1990 para cá, o debate sobre o desenvolvimento rural ganha força, especialmente, em função do interesse do Estado e das políticas públicas. Para ele, vários fatores contribuíram para reorientar os estudos sobre desenvolvimento rural, e dentre eles aqui destacamos¹: “o fortalecimento das discussões em torno da agricultura familiar e o seu crescimento como categoria política, ligada à recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais”. De alguma forma, decorrente deste recorte multicausal é possível verificar algumas abordagens de cunho teórico sobre o desenvolvimento rural no Brasil, das quais se destacam para este estudo o enfoque representado por Veiga e Abramovay: uma reflexão que dá ênfase às instituições, inovação e sustentabilidade, em que a capacidade coletiva e inovadora dos agricultores familiares é a responsável pela diversificação social e produtiva das regiões rurais, e as instituições (organizações mediadoras) acabam por desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento rural. Também se concorda com a idéia de desenvolvimento de José de Souza Martins e Zander Navarro, que analisam os processos

¹ Os outros fatores considerados importantes, segundo Schneider, para a incidência do debate sobre desenvolvimento rural são: a forte influência do Estado no meio rural pelas políticas para agricultura familiar (PRONAF), reforma agrária, segurança alimentar; a mudança de posição das elites agrárias em relação as políticas sociais para o meio rural; a discussão do tema sustentabilidade ambiental.

de mudança social a partir da tradição política e como a mesma pode inibir possíveis transformações.

É seguindo o norte destas considerações sobre o desenvolvimento rural, que se busca aqui, através da investigação, compreender como a questão é perpetrada nos pequenos municípios do Nordeste, cuja população figura vários processos sociais, e participa de estruturas que não só moldam o futuro dos indivíduos e de suas famílias, como também as relações sociais e os espaços em que vivem. Aqui será estudado em particular o caso do município de Arara, no estado da Paraíba, localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Curimataú Ocidental, fazendo limite com os municípios de Solânea (norte), Areia e Remígio (sul). A decisão de investigar o município se deve inicialmente a esta aproximação, já que Solânea e Remígio foram alvos, especialmente na década de 90, de muitos estudos relacionados a área de agricultura familiar, gestão de recursos de base comum e desenvolvimento sustentável². Esta região, a do Agreste, se destaca por sua extrema diversidade agroecológica (Andrade, 1986). No entanto, o município de Arara, centrado no “meio” de ambos, no raio de apenas 15 km de distância, nunca chamou a atenção ou olhar dos pesquisadores para seu entorno. Parece que na trajetória e contexto de inovação e desenvolvimento nada havia ali para especular.

Esta incidência atraiu certa curiosidade, ainda sem foco, no sentido de desvendar a omissão do município de Arara nas pesquisas. Com algumas observações, foi possível diagnosticar que: o município de Arara, comparado a Solânea e Remígio, de fato não tinha em seu histórico (até o ano da realização das pesquisas – década de 90) características de um curso de sucesso direcionado ao desenvolvimento rural, a ponto de vir a ser um objeto de estudo, como no caso dos outros dois municípios laureados com as pesquisas, devido à organização e representação de suas práticas de inovação. Para investigar sobre esta ausência de práticas de inovação e de sistemas de conhecimento, contamos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, principal fonte de informação sobre a questão de desenvolvimento rural do município. Com a ajuda de documentos e entrevistas desta instituição foi possível descobrir a trajetória do desenvolvimento rural do município, no sentido de organização e cooperação de indivíduos na busca de bens comuns. Neste primeiro descobrimento ficou

² Para saber mais sobre as pesquisas realizadas no Agreste Paraibano, em especial nos municípios de Solânea e Remígio ver SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*; traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

evidente a onipresença da instituição como responsável pelo debate na questão do desenvolvimento rural, como também foi observado uma grande mudança de comportamento organizacional. O incurso na instituição tornou evidente sua ruptura de conduta, claramente visível nos registros de atas que datam da década de 70 a 90 e o discurso da organização que agora se apresenta. Esta constatação não é novidade, haja vista o advento do chamado “novo sindicalismo”: um campo político reconfigurado a partir de novas demandas sociais, como a idéia de sustentabilidade e capacidade de inovação. O que chama atenção é a tardança que se chega este novo paradigma de atuação no STR de Arara, ora, a menos de dez anos atrás este Sindicato não tinha como prioridade as estratégias de inovação e conhecimento que já se tinha seus limítrofes. Seu objetivo mais geral era a conscientização da classe trabalhadora e alguma assistência básica que seus sócios viessem a precisar. O STR de até 2002 apresentava objetivos bem distintos do STR de hoje, agora bastante parecidos com as finalidades dos outros municípios, mas com uma diferença: hoje o STR de Arara apresenta através de sua mediação resultados até bem mais consideráveis que os de seus vizinhos, como é o caso dos Fundos Rotativos Solidários e a Comissão de Água.

Dessa forma, atualmente no município, as primeiras impressões que aí se assentam sobre as condições para o desenvolvimento rural assinalam uma perspectiva sustentável, com base na agricultura familiar, onde os movimentos sociais (aqui no caso de estudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) parecem apresentar um importante papel na promoção de um campo político, se propondo capaz de contribuir: i. na ampliação da esfera pública da vida social; ii. na introdução de temas novos que não faziam parte da vida social das comunidades em que atuam (novidade) ou assumir temas que já são trabalhados (inovação), numa proposta de releitura e experimentação (exemplo: questão do acesso ao crédito); iii. na democratização do processo de tomada de decisões³; iv. na transformação da própria matriz das relações sociais, ao transformar certas reivindicações tópicas e localizadas em direitos; v. na conversão de sujeitos ocultos em protagonistas, atores da vida social.

Parece que todas estas possíveis conquistas, que de forma aparente resultam da mediação desse dispositivo, implicam certamente em mudanças sociais, e que por isso acabam por fazer parte do que Abramovay (2000, p.381) denomina como “pilar de transformação institucional do desenvolvimento rural”, cujo significado e raciocínio o

³ Aparentemente observa-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Arara, é um elemento decisivo para a democratização do processo de tomada de decisões, pois é ele que anima e dá vida a novas estruturas de participação na gestão pública, uma marca decisiva da vida social do município, sobretudo nas políticas rurais.

estabelecimento de novos tipos de relações entre atores in-loco (que seja na própria comunidade, região) e outros atores extra-localidade, de maneira a ampliar a rede de relações que possibilitem os mais pobres e excluídos terem a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento e no aproveitamento de seus bens. Desse modo, destacam-se como elementos importantes do desenvolvimento rural (juntamente com os fatores tangíveis) os fatores intangíveis: como o desempenho institucional e redes sociais, que podem auxiliar na formação e/ou ampliação do chamado capital social, já que agencia o aumento das capacidades individuais e dos grupos e o aumento do conhecimento e da capacidade de trabalhar de forma coletiva em redes diversificadas de relações sociais (Lee, 2005).

E é nesta direção que se apresenta este trabalho, uma proposta de abordagem sociológica em torno da construção de um conceito a partir de um estudo de caso sobre o principal dispositivo coletivo do município de Arara: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No estudo realizado no agreste paraibano, a questão que motivou a pesquisa foi precisamente a maneira como o desenvolvimento rural do município se processa ao longo da história guiado pela mediação da organização do STR e de que forma o capital social é acionado por esta agência. Isso porque nas incursões a campo, destacou-se a observação de novas formas de ação coletiva e inovação no meio rural num espaço de tempo relativamente curto de implementação destes arranjos, em relação ao tempo de existência do STR no município. A indagação da pesquisa se direciona no sentido de uma reflexão: se estaria nesta particular configuração social uma forma de entender o desenvolvimento? Ou seja, a idéia era cogitar como o STR de Arara ao longo de sua existência, enquanto mediador político, com seus mecanismos de integração e reprodução, tinha a possibilidade de ampliar (ou limitar) o capital social das comunidades envolvidas, já que parece ser ele o principal disparador destas transformações.

Para saber, hoje o Sindicato dos Trabalhadores Rurais está situado no centro do município de Arara – Paraíba e articula-se com mais 15 sindicatos, todos vinculados à organização do Pólo Sindical da Borborema⁴, e atua em aproximadamente 21 associações comunitárias do município. Estas associações por sua vez, representam a “base social” de

⁴ O Pólo Sindical e das Organizações da Agricultura Familiar da Borborema, é uma rede de organizações que envolve e conta com o apoio e participação de 16 sindicatos de trabalhadores rurais e uma associação regional de agricultores agroecológicos. Segundo Diniz (2007, p.147), “O princípio básico do Pólo Sindical da Borborema é a construção de outro modelo de desenvolvimento por meio do fortalecimento e valorização da agricultura familiar, tendo a agroecologia como suporte técnico – científico”.

cerca de 2.300 agricultores familiares. Além das associações comunitárias e o Pólo Sindical, o Sindicato se articula com outras associações e organizações: CONTAG, FETAG, ASA, AS-PTA, PATAC, Pastoral da Terra, EMATER, Territórios da Cidadania, Secretaria da Agricultura do município e outros fóruns ligados a proposta de desenvolvimento rural e sustentável. Aqui, para uma breve contextualização, se voltarmos à compreensão da visão de desenvolvimento rural, esta região do agreste paraibano nas últimas décadas vem tornando-se cenário de grandes debates e proposições de ações voltadas à sustentabilidade local, conduzidas por organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de forma particular os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esta tomada de direção está abalizada na execução de novas estratégias políticas e metodológicas com o intuito de reorientar a própria vocação dessas organizações no que tange a promoção do desenvolvimento, na medida em que atribui ao conhecimento local um papel central nos processos de mobilização para as inovações sócio-organizativas (Silveira, Victor e Anacleto, 2007:1). E é assim que, atualmente, o STR de Arara procura fundamentar suas ações, enquanto campo de representação da agricultura familiar. Diante disto é possível à primeira vista observar uma participação mais ativa dos trabalhadores rurais na vida sócio-organizativa e política da comunidade, na medida em que começam a discutir e refletir sobre a realidade rural, e sobre o enfrentamento de seus problemas, assim como na participação da gestão dos recursos coletivos.

No entanto, apesar destas possíveis conquistas que não podem ser desconsideradas, observa-se que esta mediação política ainda não abriu um grande espaço para processos de transformação que modifiquem substancialmente as oportunidades dos sujeitos rurais, em especial os mais excluídos sociais. É diante disso que se faz necessário averiguar qual o diálogo, quais as relações existentes que foram habilitadas ao longo do tempo entre grupos de indivíduos e instituições; como que através destes vínculos se tenta superar os limites ou obstáculos na produção dos bens materiais e imateriais, e como outros grupos que também se relacionam formalmente com o STR, de forma colidente não conseguem obter o mesmo resultado em situações aparentemente iguais. É diante desta conjuntura problemática que se pontua nosso desafio: *compreender como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, enquanto principal agência promotora de desenvolvimento rural possibilita através da mediação política a ampliação ou limitação do capital social.*

Emergem para este estudo alguns elementos explicativos, a partir dos quais almejamos interpretar os resultados do trabalho de campo. Cada um deles pode representar uma

contradição vivida pelos próprios atores e também pela instituição em sua trajetória, e os faz enfrentar dilemas decisivos no curso de sua ação. Um deles é o conceito de *capital social* que arriscamos abordar com maior realce, devido: a) primeiramente à discussão em seu entorno sobre a formação de vínculos de confiança, reciprocidade e cooperação entre indivíduos, o que amplia a possibilidade da ação coletiva no desenvolvimento local; b) e principalmente pela dimensão da discussão sobre *poder* que este conceito pode abarcar, nos permitindo introduzir uma reflexão sobre redistribuição em lugar da somente reciprocidade, como por vezes é advogado, articulando assim a noção de capital social e desenvolvimento aos vários planos da vida social.

Este conceito, analisado em especial á luz da teoria de Bourdieu, é capaz de possibilitar a leitura de um campo sindical como um recorte do campo político e, da mesma forma, permitir o processo de entendimento das práticas e de um habitus relacionado a este campo de representação. Sendo assim possível orientar algumas questões centrais, como: a nova estrutura e as ações estratégicas do STR de Arara demonstram transformações no campo político da organização desta agência e de outros dispositivos coletivos⁵ nesta rede envolvidos? Como são evidenciadas as mudanças em suas práticas? Estas são propiciadas por um novo habitus sindical? Esta e outras categorias da teoria de Bourdieu, portanto, constroem referenciais para ser desenvolvida uma análise sociológica das práticas elaboradas no interior deste campo de representação das comunidades rurais, além de possibilitar compreender as relações de reconhecimento inter e extracampo.

É importante ainda apresentar que a proposta desta análise não se limita a investigar somente este tempo de hoje, mesmo sabendo que é nesta conjuntura atual que se encontra uma maior mobilidade do Sindicato em atender as necessidades dos seus e acionar as políticas promocionais de um possível desenvolvimento rural, aqui se considera imprescindível visitar todo o histórico da organização, de uma forma não só descritiva para efeito metodológico, mas como um meio de explorar uma realidade histórica marcada pela diferenciação, visto que fornece elementos para abordar o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações. Por isso propomos problematizar a história do sindicalismo rural de Arara e suas reconfigurações, ora atrelado ao Estado e/ou a Igreja Católica. Para isso adotamos especialmente o discurso das lideranças e

⁵ Aqui fazemos referência a instâncias que estão vinculadas ao STR de Arara, a saber: Secretaria de Agricultura, os partidos políticos, e as associações comunitárias.

indivíduos pertencentes à trajetória desta agência para já ir delineando a maneira como o capital social das comunidades rurais se processa ao longo da história do STR e como esta organização exerce influência direta nos planos de desenvolvimento.

Assim, levando em consideração as diferentes dimensões das mudanças no meio rural, sua diversidade e suas perspectivas de desenvolvimento, que procuramos neste trabalho de dissertação apresentar um estudo sobre o processo de mediação do STR e dos seus desdobramentos, focalizando: (1) a maneira como se articula a estrutura e as ações estratégicas do STR, enquanto dispositivo coletivo, com a comunidade local, (2) as transformações no campo político da organização desta agência e de sua rede, (3) a relação entre processo de inovação, fomentada pelas novas lideranças dos STR e a realidade local, que constitui a base social desse sindicato, (4) as implicações entre as formas da ação coletiva e as formas de organização – do sindicato em suas diferentes conjunturas – nas quais o capital social é definido, ampliado e gerido.

Entende-se aqui nesse processo de investigação uma relação dialética em que o cientista, segundo Demo (1991), em sua tarefa de descobrir e criar necessita, num primeiro momento, questionar. Esse questionamento é que permite ultrapassar a simples descoberta para, através da criatividade, produzir conhecimento. E é por isso, que em primeiro lugar o trabalho de campo deve estar ligado a uma vontade, a uma identificação com o tema a ser pesquisado. É neste sentido que, de forma pessoal, justifico a insistência no tema escolhido, bem como o lócus de pesquisa: a necessidade de especulação, de revelação, de interpretação de uma parte da realidade que se conhece, que se participa⁶. Para tal feito, é necessário a escolha dos procedimentos metodológicos adequados a serem utilizados, de forma a ajudar na construção dos recortes desta realidade complexa, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa apresentada é embasada em recortes da realidade histórica para análise das práticas do STR de Arara. O sindicato foi analisado a partir de suas intenções e de suas práticas de *mediação*, entendendo-as a partir de uma práxis sociológica. O discurso e a prática foram elaborados pelos atores sociais que participaram do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças locais, agricultores familiares – de forma individual e coletiva. Dessa forma, as diversas informações

⁶ A aluna e pesquisadora, Janine Vicente Dias, é natural do município de Arara e é filha e neta de agricultores, sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR.

já coletadas no processo de pesquisa, por meio de variados instrumentos metodológicos em uma perspectiva qualitativa e quantitativa (documentos, entrevistas semi-estruturadas, observação participativa, história oral, revisão de literatura), são analisadas à luz do conceito de capital social, buscando sua apreensão e por vezes, sua resignificação. É interessante ressaltar que a entrevista semi-estruturada, enquanto instrumento metodológico permitiu uma maior abertura das possibilidades de coleta de informações, uma vez que forneceu maior liberdade na exposição das experiências e expectativas por parte dos entrevistados. O roteiro utilizado foi constituído em blocos para ajudar na análise das entrevistas, sendo: a) trajetória do STR, b) estrutura sindical e c) ações (proposições e resultados – sobre seus eixos estratégicos). Neste trabalho de campo foram realizadas entrevistas com membros do STR de diferentes épocas, presidentes do STR, presidentes das associações comunitárias, trabalhadores rurais associados. Além dos dirigentes, foram entrevistados: o prefeito do município, secretário da agricultura, presidente do Conselho de Desenvolvimento Sustentável, entre outras lideranças.

Ainda para efeito de entendimento, visto que são vários os obstáculos que podem dificultar a abrangência da pesquisa, realizou-se um percurso metodológico que compreende basicamente os seguintes procedimentos e etapas:

a) Em primeiro lugar, foi feita uma *aproximação* com as pessoas da área selecionada para o estudo, facilitada pelo conhecimento que já se tinha dos moradores ou de pessoas que mesmo de forma indireta se têm laços de intercâmbio (pessoas conhecidas dos meus avôs, pais). Esta aproximação se deu de forma gradual, onde cada dia de trabalho foi refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos. É importante lembrar que a relação com as pessoas e suas manifestações, desde o primeiro momento foi de tranquilidade e respeito, haja vista o reconhecimento das mesmas sobre minha “procedência” (origem, família).

b) Em segundo lugar, foi apresentada a *proposta de estudo* ao principal grupo envolvido, de forma a estabelecer uma situação de troca, esclarecendo sobre o que se pretendia investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas deste processo de pesquisa, lembrando com isso que a busca de informações que se pretende obter também está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo. Daí a necessidade de se firmar uma boa relação com os atores no campo, como observa Zaluar

(1985), uma relação que deve implicar no ato de cultivar-se um envolvimento compreensivo, com participação em suas vidas.

c) Na abordagem seguinte destacou-se a importância da investigação documental: realizada em documentos como relatórios e atas das reuniões, listas de presença, planos de trabalho. Assim, se fez uma análise nos arquivos do STR de Arara para resgatar a sua história, desde o momento de início, até os dias atuais. Interessava encontrar pistas para descobrir a atuação e organização do STR em todos os seus tempos. Para isso, documentos como as atas foram de fundamental importância, pois relatava na íntegra reuniões realizadas regularmente na sede da instituição, do ano de 1979 a 2009. É importante destacar que a observação e compilação destes registros aconteceram na própria instituição, sob a orientação dos secretários e muitas vezes seguidas de longas conversas sobre fatos relatados. Dessa forma, esta abordagem técnica do trabalho de campo se deu numa perspectiva de *observação participante*, que se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Assim, a observação dos registros e documentos, bem como a maior parte das entrevistas realizadas se deu no próprio contexto, no ambiente de encontro, ou seja, na instituição pesquisada. A importância dessa questão reside no fato de podermos captar uma variedade de situações que transmitem o que há de mais importante na vida real.

É importante realçar que a participação e permanência do investigador, quando já é conhecido do grupo (neste caso ao fazer parte da comunidade e ter familiares associados à instituição foi um facilitador para a imersão no grupo), pode gerar expectativas positivas de interferência, ou o contrário. Neste sentido, numa forma preventiva se fez a opção de observação participativa com distanciamento parcial da vida do grupo. Assim, foi registrada minha participação em várias reuniões, eventos e visitas técnicas e de mobilização, tendo somente o cuidado em não intervir ou “intrrometer” nas questões e problemas dos grupos.

d) Por fim foram realizadas *as entrevistas*, semi-estruturadas, com os membros integrantes do Sindicato de Arara, visando à obtenção de dados, também numa perspectiva de observação participante. Na seleção dos membros do STR para realização das entrevistas, houve o cuidado de assegurar a diversidade dos atores sociais, no que se refere às dimensões de gênero e geração e a pluralidade de representações presentes no STR e em seu entorno, de forma a garantir as diferentes visões dos sujeitos inseridos neste campo político. Igualmente,

ao definir as informações desejadas e os possíveis contatos, sejam institucionais e/ou pessoais para realização da pesquisa, estabeleceu-se alguns critérios, de forma a assegurar a diversidade de representação presentes no Sindicato: i) representantes da sociedade civil (membros de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, membros das Associações Comunitárias, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável); representantes do poder público (Prefeito do Município, Secretário Municipal de Agricultura, técnicos de órgão público estadual). Aprofundando ainda essa modalidade, - entrevista semi-estruturada, foi utilizada ainda a *história de vida*, que é uma estratégia de compreensão da realidade, cuja função é retratar as experiências vivenciadas e as definições fornecidas pelas pessoas. Este procedimento possibilitou um diálogo intenso e correspondido entre entrevistador e informante, em que foi observado a liberação de um pensamento crítico e reprimido, que por muitas vezes chegou em tom de confiança. Portanto, a história de vida, na presente pesquisa acabou tornando-se o ponto inicial privilegiado, porque permitiu ao informante retomar sua vivência de forma retrospectiva, com exaustiva interpretação da dimensão coletiva a partir da visão individual.

Como acabamento, a complexidade do tema de pesquisa fez com que se primasse também por uma análise orientada por dados estatísticos, ou seja, categorias e indicadores que pudessem ser mensurados por dados numéricos. Assim, em função das razões elencadas, a análise dos dados coletados recebe um tratamento qualitativo e quantitativo, pois consideramos mais adequado para responder ao que estamos investigando neste trabalho de pesquisa.

Deste modo e por fim, com vistas a desenvolver as idéias propostas e demonstrar os resultados da pesquisa empírica em conexão com os elementos teóricos principais, o trabalho é dividido em quatro partes, além desta introdução. Na primeira parte ou primeiro capítulo destaca-se o referencial teórico, onde desenvolvemos o conceito de capital social, tratando também de outras categorias sociais como a mediação e o poder, que se desdobram de forma importante no caso pesquisado. Neste capítulo tratamos de oferecer uma análise que permita entender melhor qual a arquitetura teórica que sustenta esta idéia tão em moda. De cunho epistemológico, se servirá de alguns autores que operam com requisitos do conceito de capital social, buscando sempre critérios categoriais próprios do pensamento sociológico, de forma a superar as concepções que se tem do conceito na sociologia econômica imediatista.

Serão apresentados os trabalhos seminais ou fontes mais utilizadas na constituição da idéia de capital social, como as definições elaboradas por James Coleman, Robert Putnam e Pierre Bourdieu, principais referências no que tange a utilização do conceito enquanto instrumento de promoção social dentro do jogo político e econômico. A idéia aqui é apresentar uma reflexão para que se possa melhor compreender os motivos que fizeram do capital social ferramenta de políticas públicas, bem como apresentar uma proposta para o uso do conceito a partir de uma “nova” direção, que seja a retomada da concepção de Bourdieu, que amplia a discussão para um enfoque político e redes sociais, já que observa a existência de dessimetrias no que concerne à aquisição de recursos através das redes de relação social, traduzindo assim possibilidades de análise e interpretação do nosso objeto em estudo.

Em sua segunda parte, o trabalho tem o objetivo de apresentar o contexto em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara está inserido, destacando as características que o definiram histórica-social-política e economicamente, buscando a compreensão sobre as relações sociais aí construídas, condicionantes da realidade atual da organização. Este capítulo descreve a trajetória em que se desenvolveu o jogo de poder dos agentes mediadores, em que prevaleceu a forma de mediação presente, a qual imprime os processos de inovação, ampliação e gestão do capital social. Aqui será utilizado para operacionalizar o conceito de capital social o principal arranjo coletivo das comunidades rurais: o FRS, que em seu processo de funcionamento envolve valores como a confiança, a solidariedade, a redistribuição e é capaz de promover uma maior autonomia para seus participantes.

Na terceira parte são apresentados os resultados da pesquisa, dentre as quais se destaca alguns elementos acerca das possibilidades e limites do STR, como principal forma de mediação dos processos de inovação e promoção de capital social. E, na última parte será feita a análise final do trabalho com as considerações finais.

Esperamos com isso contribuir, mesmo que de forma resumida, no endosso da perspectiva teórica que reconhece que o desenvolvimento rural e local é o resultado de processos históricos que se expressam de forma distinta, e por isso, deve exigir um esforço maior na investigação das razões que condicionam certas mudanças sociais. Somente neste sentido, com uma abordagem multidimensional, as desigualdades de desenvolvimento podem de fato ser desveladas.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS ANALÍTICAS PARA O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL.

1.1 INTRODUÇÃO

Um dos temas candentes hoje no Brasil é a pertinência do conceito de capital social como fonte promotora do desenvolvimento. A profusão de trabalhos que permeiam esta noção contribui para um alargamento do conceito, o que sustenta a idéia de que o capital social ocupa um lugar tanto na teoria sociológica como também na discussão cotidiana de possibilidades positivas da sociabilidade.

Destarte, a sua persistência como categoria analítica em várias áreas (ver gráfico 1) aponta para a importância que o tal termo tem adquirido tanto no universo acadêmico como enquanto instrumento de muitos governos que buscam melhorar a qualidade de suas políticas públicas, por considerarem que o desenvolvimento além do crescimento econômico deve estar acompanhado por valores como a solidariedade, confiança e reciprocidade, enfatizando assim a importância da participação das pessoas no enfrentamento dos problemas coletivos. Contudo, tal expectativa não está isenta às críticas que o conceito tem recebido desde seu aparecimento e que vão de argumentos ideológicos ao questionamento de sua operacionalização.

Esta seção apresenta uma proposta de exame do capital social, com o intuito de oferecer: 1- pistas para o entendimento de algumas questões remetentes aos vários aspectos a que é atribuído; 2- esclarecimento sobre sua utilização na presente pesquisa – considerado enquanto um dispositivo associativo com possibilidades (ou não) de abrir novos caminhos na resolução dos dilemas da ação coletiva, contribuindo com a idéia de desenvolvimento; 3- o afastamento da ameaçadora classificação de categoria neutra⁷ na sociologia contemporânea, como alguns críticos já vêm insinuando. Tudo isso porque o uso do conceito requer um cuidado especial no que diz respeito à excessiva importância que lhe é atribuída, pois diante

⁷ Para Lemuel Guerra (2003, p. 232) existe hoje na análise social ou /e sociológica uma “hegemonização de uma *taxe e gramática*” abalizada por certo consenso em torno das chamadas categorias neutras, que promovem a exibição de um tipo de sociologia *técnica*, e o declínio da sociologia crítica. Para esse estudioso, este procedimento está relacionado à crescente institucionalização da sociologia, à profissionalização dos sociólogos e aos novos caminhos enveredados pela produção sociológica atual.

do entusiasmo pelas mais diversas aplicações em diferentes questões sociais, pode estar ele em situação de perigo no que concerne a seu valor heurístico. De fato, o conceito mesmo abarcando processos outrora já discutidos pela teoria social e política, evoca a atenção não somente por tratar de fenômenos reais, mas por vezes se revelar como remediação imediata para os problemas sociais. Por isso, é fundamental que aqui se tenha uma visão crítica do conceito de capital social, abdicando de seu caráter milagroso e considerando apenas suas facetas teóricas em questão.

Sendo assim, o presente capítulo se propõe a apresentar uma análise que permita entender melhor qual a arquitetura teórica que sustenta esta idéia tão em moda. De cunho epistemológico, se servirá de alguns autores que operam com requisitos do conceito de capital social, buscando sempre critérios categoriais próprios do pensamento sociológico, de forma a superar as concepções que se tem do conceito na sociologia econômica imediatista e sair assim do enfoque de estudos em que por vezes o capital social é utilizado estrategicamente como ferramenta para avaliar o potencial de desenvolvimento econômico ou desempenho cívico de certas comunidades ou regiões.

Para tal efeito, aqui serão apresentadas dentro do conhecimento do pensamento sociológico, primeiramente os procedimentos que nos permitem fazer do capital social um objeto teórico de investigação, verificando as principais questões norteadoras. Em seguida serão apresentados os trabalhos seminais ou fontes mais utilizadas na constituição da idéia de capital social – quais sejam definições elaboradas pelos teóricos como Pierre Bourdieu (1980) e James Coleman (1988), principais referências no que tange a utilização do conceito enquanto instrumento de promoção social dentro do jogo político e econômico. Ambos são convergentes na idéia de que as relações sociais constituem um patrimônio eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. O ponto problemático na análise dos dois autores radica no conhecimento ou desconhecimento de perspectivas sobre o poder, nas quais o conflito, em sua forma de lutas sociais desencadeadas, seja por exclusões econômicas e/ou lutas identitárias, dentre outros, converte-se em fator que define as relações sociais. A partir dessa prospectiva apresentamos a visão estreita do conceito utilitarista de capital social que só promove a produtividade e esquece os problemas de distribuição da riqueza social. Daremos continuidade ao debate com os trabalhos originais de outros autores, selecionados aqui pela alta recorrência de seus nomes em referências bibliográficas, a exemplo do teórico Robert Putnam (2007) que aliado ao pressuposto liberal de Coleman vincula seu conceito e

usos de capital social a uma idéia “normativa do bem” (HIGGINS, 2007, p. 254), isto é, o fundamental é que tudo aquilo que constitui capital social (estruturas sociais e sistemas de participação política) contribuam na construção de uma boa sociedade. Ressaltando que o “bem” a ser buscado, para os dois autores, é um predicado anterior às instituições, a boa sociedade será resultado do respeito às liberdades individuais, sejam estas de iniciativa econômica e de produtividade, e aos valores cívicos, que serão estampados nas instituições.

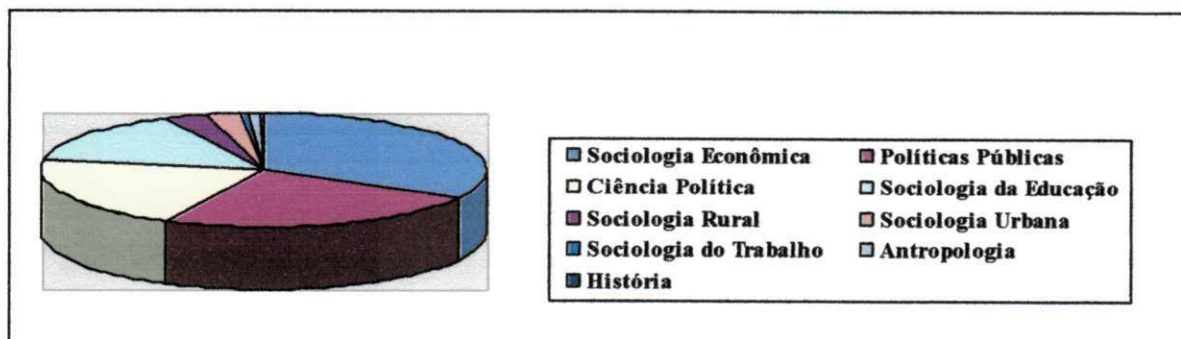
A idéia aqui é apresentar uma reflexão para que se possa melhor compreender os motivos que fizeram do capital social ferramenta de divulgação entre técnicos de instituições multilaterais e formuladores de políticas públicas e, bem como apresentar uma proposta para o uso do conceito a partir de uma “nova” direção, que seja a retomada da concepção de Bourdieu (1980), que amplia a discussão para o foco político e redes sociais, importante horizonte para se pensar na equidade social.

Relacionando a estas reflexões, cuidaremos a um só tempo de observar os arranjos ou os chamados dispositivos coletivos, compreendidos aqui enquanto redes de organizações configuradas a partir de relações de compromisso e normas de confiança. Foucault lhe tinha definido de forma espaçosa como um conjunto resolutamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, ordenamentos arquiteturais, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, propostas filosóficas, morais, filantrópicas. O dispositivo - ele mesmo, é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1975). Aqui, ele será considerado a partir das reflexões propositivas do capital social com o qual mantêm forte relação interativa, sendo visualizado de forma distintiva de acordo com relativas propostas analíticas do conceito de capital social. Por fim, consideramos pertinente a relação destes conceitos, visto que ambos se apresentam como disparadores associativos, que têm uma força direta no acréscimo qualitativo da comunicação entre os atores sociais, na produção de formas mais intensas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva em torno de estratégias de inovação para o desenvolvimento local.

Outrossim, para integrar este debate à reflexão acerca do tema que permeia a presente dissertação, é preciso dar maior aprofundamento na categoria sociológica de *mediação*, que aqui se relacionam com a questão do *poder* de agência dos atores, e tenta captar como as organizações/instituições buscam modificar as práticas a partir de formas de inovação sejam

estas enquanto estratégias de organização coletiva, constituindo-se a partir destas práticas como personagens ativos do desenvolvimento rural.

Gráfico 1: *Capital Social como área de estudo – campos temáticos.*



Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados por Higgins (2005).

1.2 O CAPITAL SOCIAL COMO FUNDAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é o processo de ampliação da capacidade dos indivíduos fazerem escolhas, o que não é consequência automática do crescimento econômico.

Amartya Sen

Um número crescente de estudiosos, como Amartya Sen (1999) e Augusto de Franco (2005), entre outros, defendem a hipótese de que o desenvolvimento não resulta essencialmente do crescimento econômico. Augusto de Franco, por exemplo, em seu texto “Desenvolvimento e Capital Social” (2005, p. 14) destaca que: “Crescimento não é a mesma coisa que desenvolvimento e desenvolvimento não é apenas desenvolvimento econômico”.

Esses autores consideram o crescimento econômico uma variável importante, condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento. Destacam que o conceito de ‘desenvolvimento’, deve ser acentuado enquanto transformação social, que acontece de forma diferenciada de acordo com o contexto: social, econômico, tecnológico; e com os atores envolvidos direta ou indiretamente no processo. Assim, o desenvolvimento difere segundo a percepção dos atores, do contexto e nas diferentes expressões da cultura que informam e

influenciam o modo de organização desses atores em relação ao contexto em que se inserem. Nesse sentido, para Sabourin (2006) é preciso procurar alternativas a partir do homem como ponto de partida e chegada, reinventando uma economia mais humana, trabalhando com soluções enraizadas naquilo que os homens possuem de melhor e de menos repartido: os valores humanos e o seu potencial em produzir laços sociais. Bonañuti por sua vez, lembra os dispositivos coletivos como proposta de produção a mais bens relacionais. São “bens dos quais não podemos gozar isoladamente, mas apenas mediante uma relação entre aquele que oferece e aquele que demanda” (Bounaïut 2001, *apud* SABOURIN, 2006, p. 82).

Desta forma, o conceito de capital social vem responder à necessidade de ampliar a perspectiva econômica a partir da qual se definem os objetivos do desenvolvimento (Portes, 2000). Entendido neste âmbito como o conjunto de relações (pessoais, sociais e institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas e organizações visando a um determinado fim, tem na sua raiz processos que são a um só tempo, baseados e geradores de confiança, reciprocidade e cooperação. Implica a habilidade de pessoas e grupos em estabelecerem relações duradouras, obter recursos financeiros, materiais, cognitivos e empreender ações com a finalidade de reduzir transações por meio de associação, da administração, da compra e da venda conjunta, do uso compartilhado de bens, da obtenção e difusão de informações.

E aí se justifica o número de estudos e de iniciativas de políticas públicas que se apóiam na exploração da sociabilidade como antídoto contra o individualismo e a ineficiência burocrática, buscando no refúgio do conceito de capital social a mobilidade operacional para seus interesses e referências. Um dos eventos que demonstram esse interesse crescente na sociabilidade, enquanto fator de desenvolvimento é o projeto do Banco Mundial⁸ denominado “The initiative on defining, monitoring and measuring social capital”⁹ (The World Bank, 1998). A proposta de trabalho faz parte de um movimento, no interior do Banco Mundial, que procura implementar um novo paradigma que “integre fatores sociais, culturais, econômicos e institucionais”. Institucionalmente, o Banco Mundial diz estar interessado em incorporar as

⁸ A partir dos anos 1990 o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: capital natural, capital financeiro, capital humano e capital social – que expressa, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Segundo o Banco, o capital social refere-se às instituições, relações e normas sociais que dão qualidade às relações interpessoais em uma dada sociedade.

⁹ Com o auxílio do governo da Dinamarca, num montante de um milhão de dólares, foi formada uma equipe especial de funcionários e consultores externos chefiados por Ismail Serageldin, vice-presidente do departamento de Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável.

considerações sobre capital social dentro de seu projeto de empréstimo e consultoria em políticas públicas. A equipe de trabalho da “Iniciativa Capital Social” identifica três objetivos gerais com os quais se compromete o Banco: a – avaliar o impacto de iniciativas que fortalecem o capital social dentro de projetos específicos; b – demonstrar que a assistência externa pode ajudar nos processos de formação de capital social; c – contribuir para desenvolver indicadores que monitorem o capital social e metodologias para medir seu impacto no desenvolvimento. Este exemplo serve para destacar como se fazem grandes investimentos na busca por construir uma arquitetura conceitual e uma metodologia prática que permitam entender as relações entre entorno sócio-institucional e desempenho econômico. O caso do Banco Mundial, aqui referenciado, mostra as novas tendências da ciência econômica por se aproximar dos fatos sociais, numa tentativa de se afastar do paradigma neoclássico comandado pelos preços e os mercados.

Podemos aqui perceber, propondo uma síntese, que a maior parte das estratégias para a promoção do desenvolvimento está agora estruturada em, pelo menos, três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* (entendido como a capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão ou *dispositivos coletivos*. Isto associado com alguma forma de *distribuição de ativos sociais*, principalmente o ativo do conhecimento. As mudanças e inovações que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido social é que devem viabilizar o desenvolvimento de uma forma consistente e sólida.

Destarte, seu uso tem possibilitado novas reflexões de cunho teórico-práticas, busca de categorias e pesquisas empíricas que permitem que várias áreas de políticas públicas sejam mais bem compreendidas. No entanto, é um conceito problemático em vários aspectos, tais como: no seu significado, na sua avaliação, se é precedente ou conseqüente e sua vinculação contextual. Já suas origens, além de serem históricas, são multidisciplinares a exemplo de Putnam na Ciência Política; Coleman na Sociologia; Fukuyama na História Econômica e na Sociologia (Barqueiro, 2003). É importante aqui atentar-se a estas incursões do capital social, para não cair na tentação de aditar louvores ao conceito ou criticá-lo diante de certas evidências presentes na farta bibliografia, é necessário, pois, primariamente concebê-lo sob a ótica de conceitos chaves da teoria social, a exemplo de conceitos como ação social, integração social, racionalidade, para perceber o que o conceito revela, suas possibilidades e limitações. Assim, este modelo conceitual deve ser compreendido à luz de sua construção

teórica, insolente e crítica; e não a partir de enfoques explicativos utilizados nos mais diversos discursos que tanto o largueiam como paradoxalmente o confina a uma sociologia imediatista e *técnica*¹⁰, logo controlada.

Aqui, o cuidado em fugir destes desdobramentos que podem apagar progressivamente a análise crítica e ascender a um conjunto de categorias disponíveis para elaboração de eloqüentes práticas discursivas, como: *qualidade de vida, cidadania; desenvolvimento local; desenvolvimento territorial sustentável; manejo de recursos comuns; capital e tecnologia social*, entre outros. Estas categorias são utilizadas hoje em grande medida por entidades governamentais que necessitam de um corpo teórico-metodológico para fundamentar seus projetos. E mesmo sabendo que o surgimento destes conceitos seja de um exercício reflexivo, da autoria de estudiosos da conjuntura social, são também muito mais utilizados e difundidos pelas pautas de financiamento para projetos e programas. É preciso fugir deste tipo de revelação, por vezes descritiva e cômoda. A proposta sociológica deve passar por dois caminhos, semelhante ao da atitude filosófica: o do estranhamento das coisas e o da contemplação e da complexificação deste olhar. Por isso, a apresentação de algumas matrizes teóricas que oferece a oportunidade de pensar as significações e análise de um conceito, afastando o conformismo generalizado e “limpo” dos conceitos prestadores de serviço.

1.3 NOTAS INICIAIS PARA UM DEBATE SOBRE CAPITAL SOCIAL

Inicialmente apresentamos dois enfoques que impulsionaram o conceito de capital social, com o resumo de seus principais argumentos. Em seguida fixamos o elenco de alguns sociólogos e cientista políticos que ampliam a literatura sobre capital social, para munidos das diferentes acepções, identificarmos as principais coordenadas deste amplo projeto epistemológico. Esta estratégia nos permite ressituar o conceito, isto é, ler de forma cruzada o potencial que lhe é atribuído e o lugar que ocupa no processo de reprodução material e imaterial da vida social.

¹⁰ Este termo corresponde a um tipo de produção sociológica descritiva, historiográfica, que está ligada a uma tendência pouco interpretativa, demandada por vezes sempre por determinações governamentais e instituições responsáveis pelo financiamento das pesquisas.

Em primeiro lugar, antecipamos que o conceito de capital social no domínio da sociologia se apresenta especialmente em dois autores centrais aos quais se deve aportes originais sobre o conceito. Em ambos pode ser enquadrada a idéia de que a sociabilidade é um recurso eficaz, produtivo, constituinte de um patrimônio “não visível” a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo, em que os movedores da ação coletiva são a confiança e a cooperação. Todavia, ao confrontar as teses destes autores seminais, é notória uma distinção na construção teórica do conceito que o amplia em dois enfoques: político e econômico-utilitarista. No primeiro caso, observa-se segundo algumas vertentes analíticas que há dessimetrias no que concerne à aquisição de recursos através das redes de relação social. No último, se parte da idéia de que as relações simétricas de troca permitem a obtenção de recursos que estão presentes nas estruturas de relação social.

1.3.1 Enfoque político e análise de redes sociais.

A discussão sobre o conceito de capital social é centrada numa variedade de interpretações do conceito original de Pierre Bourdieu. Nos seus dois artigos intitulados: *Le capital social: notes provisoires*, de 1980 e *Les trois états du capital culturel*, de 1979, o autor identifica três formas diferentes de capital: cultural, econômico e social, enfatizando os processos de acumulação e reprodução.

Na perspectiva analítica da teoria econômica, a atenção é voltada somente para o capital econômico, onde as relações de intercâmbios são reduzidas a trocas mercantis. As outras formas de trocas, por não serem econômicas ficam fora do campo de análise. Como alternativa a esta redução, Bourdieu propõe o desenvolvimento de uma ciência capaz de estudar o capital, entendido como poder, em todas as suas formas, por isso a identificação e apresentação do capital cultural e social. Para Bourdieu o capital social seria o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu, 1980, p. 2). Para ele são as relações sociais, específicas de cada sociedade, que permitem ao indivíduo obter os recursos, bem como a quantidade e qualidade desses recursos. Em seu artigo, Bourdieu (1980) expõe os tópicos gerais contidos na noção de capital social: 1 – o tipo de

relações instauradas pelo reconhecimento e pela troca de bens materiais e simbólicos; 2 – o efeito multiplicador sobre outras formas de capital; 3 – os signos de reconhecimento que constituem os limites de grupo; 4 – as instituições que favorecem sua reprodução; 5 – a regulamentação interna para impor limites ao controle, concentração, concorrência e delegação dos indivíduos dentro do grupo. Bourdieu (1980) cita os seguintes exemplos de grupos dotados com capital social: família, clubes seletos, partidos, igrejas associações e nações. Destaca-se sua insistência nos problemas de concorrência entre indivíduos pelo controle e reprodução do capital grupal em sentido amplo (simbólico, cultural, financeiro), o mesmo que o espírito de corpo que atribui aos grupos dotados de capital social.

Este ativo impessoal oferece vantagens aos indivíduos, famílias ou grupos que estão mais bem relacionados. Esta reflexão, que é chave para o primeiro entendimento do conceito de capital social, destoa dos enfoques de autores como Robert Putnam, Francis Fukuyama e James Coleman, que explicam o capital social como um bem comunitário, com grupos homogêneos de valores e interesses comuns. Entretanto, esta análise não atenta para a inequívoca distribuição de poder, nem a conseqüente reprodução das desigualdades sociais. Bourdieu por sua vez, permite entender que o capital social é um ativo repartido de forma desigual e as redes sociais, que vincula diversos indivíduos, não oferecem para estes, as mesmas potencialidades para obter recursos da mesma quantidade e qualidade. Esta perspectiva bourdieusiana abre caminhos para incorporar na discussão do capital social o conceito de redistribuição, ao invés da discussão única de reciprocidade, abordada pela maioria dos estudiosos do capital social.

Aqui é importante retomar os conceitos fundamentais de *habitus* e *campo*, formulados por Bourdieu, para de forma relacional refletir sobre a concepção de capital social também como uma categoria articulada no nível da objetividade e subjetividade. Bourdieu, em toda sua obra propõe uma análise social baseada no conhecimento praxiológico, da interrelação entre objetividade e subjetividade, visto sua recusa ao determinismo do estruturalismo e do voluntarismo substancialista. Para ele, a sociedade está estruturada a partir de campos (estruturas objetivas), que resguardam princípios de autonomia e interdependência, e que ao mesmo tempo, são uns para os outros, mas que podem se estranhar e criar zonas de questionamentos, com dimensões de conflitos. Estes tensionamentos, por sua vez, são administrados na própria dinâmica social. Os campos estão em constante relação com as chamadas estruturas incorporadas - *habitus*, definido como um sistema de disposições

duráveis que orientam a vida dos indivíduos e fazem com que apreendam o mundo social. Através destas disposições os agentes percebem o mundo como evidente e o aceitam de modo mais amplo. Assim, quando o indivíduo se insere na sociedade e o faz numa determinada posição, que está estabelecida numa estrutura mais ou menos situada, este indivíduo deve conceber a vida social a partir da interiorização das estruturas que aí já estavam (família, escola, organizações), e o *habitus*, que deverá ser compartilhado está referenciado na posição que ele se coloca na sociedade. Há sempre uma relação importante entre *habitus* e posição, visto que as pessoas constroem *habitus*, que se reproduzem socialmente, a partir da posição que assumem nos diferentes campos.

Cada campo ainda se define por certos interesses específicos, e elege aquilo que é valor ou valores principais. O campo se articula em torno da disputa desses valores - o termo capital expressa este valor - que é para os indivíduos objeto de desejo e motivação para se integrarem em busca deste bem naquele espaço. No entanto, os bens ou recursos são utilizados pelos indivíduos a partir de estratégias dentro da hierarquia social no campo, processo resultante da interação entre indivíduo e estrutura. Destarte, cada campo social é um espaço onde se manifestam as relações de poder, e que se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* (capital) social que determina a posição que cada agente ocupa em seu interior (MARTELETO E SILVA, 2005). Assim, a quantidade de capital - somado nos diferentes campos, vai marcar a estrutura do campo, e os agentes que detém maior (dominantes) ou menor (dominados) peso de capital tendem a apresentar posturas distintas, que se reproduzem¹¹.

É importante considerar que o capital social, com sua distribuição desigual, cria vantagens, desvantagens e toda uma gama de possibilidade e obstáculos que compõem os efeitos do campo, e assim garante a reprodução das posições de dominação dentro de cada campo de relações. O capital social, bem como as outras formas de capitais, possui sua própria dinâmica, que pode ser mais bem observada através da análise de redes sociais, que “são sistemas compostos pelos indivíduos e conexões entre eles - grupos, organizações - vinculados por algum tipo de relação” (MARTELETO E SILVA, 2005). Estas redes sociais não são dadas naturalmente, precisam ser formadas através de estratégias de investimentos, voltadas para a institucionalização destas relações, a ser utilizadas como fonte de confiança

¹¹ Todo campo possui uma dimensão simbólica e encerra uma luta diária entre dominantes e dominados, contornado pelo chamado poder simbólico, conceito chave usado para explicar como se estabelece o processo social de dominação, bem como sua reprodução.

para a obtenção de outros benefícios. Para Bourdieu, os benefícios alcançados através da participação de grupo é o próprio fundamento que desperta a solidariedade, ou seja, é através de motivos e desejos de agentes mais ou menos próximos e a possibilidade de aquisição de bens de valor, que se dá a aproximação, a formação de grupos e suas relações de entendimento e compartilhamento de valores.

As diferentes formas de cooperação e de conflito são constantes nestas redes de socialização, devido à relação complexa entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas. O modo como o indivíduo se comporta é determinado por suas relações passadas e atuais com as outras pessoas. Deste modo, muitas vezes, os processos a que o conceito de capital social se refere revela-se facas de dois gumes, visto que parte-se da premissa de que as redes sociais podem produzir um maior controle dos comportamentos (devido à imposição de normas) e fornecer acesso privilegiado a recursos, mas, podem também restringir as liberdades individuais e até impedir que outros agentes - que estão de fora - tenha acesso aos mesmos recursos, através de preferências particulares. Portanto, o capital social, da forma que pode contribuir para inserção, pode também provocar a exclusão de novos participantes, já que existem regras e atitudes para o acesso a um grupo e seus recursos.

As redes sociais possuem assim determinações e leis próprias daquelas planejadas pelos indivíduos que a compõem, e a reflexão sobre poder é aqui fundamental na medida em que se discute centralização e distribuição – de bens, se o caso for. Pela ótica de Augusto de Franco (2009), se o grau de distribuição é maior do que o grau de centralização, então a rede pode ser considerada distribuída. Todavia, é importante ressaltar, e isso muito interessa, que do ponto de vista das redes, “*poder* é um fenômeno próprio de padrões mais centralizados do que distribuídos de organização” (FRANCO, 2009), e neste caso existe no sentido do poder de mandar nos outros, e aí se vê a medida em que há centralização, e logo hierarquização. Assim pode-se inferir que, se uma determinada rede tem um equivalente de 20% de centralização, a mesma pode ser usada para exercer os mesmos 20% de poder (Ver Figura 1). Já se a rede, por exemplo, tem 0% de centralização, logo não terá como exercer poder sobre os outros (Ver Figura 2).

Figura 1: *Estrutura de uma rede centralizada.* Fonte: FRANCO (2009).

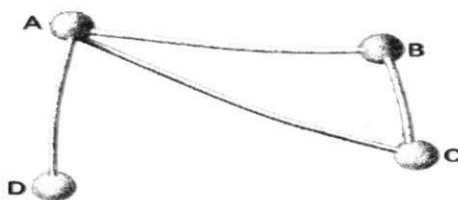


Figura 2: *Estrutura de uma rede descentralizada.* Fonte: FRANCO (2009).



Sendo assim, podemos dizer que uma rede é denominada centralizada quando sua configuração é: “um-com-todos”, e uma rede distribuída é aquela cuja configuração é “todos-com-todos”. O tipo ideal a ser buscado, é claro, será a rede distribuída, que se processa de forma a desconstituir a hierarquia, no sentido de estabelecer diversos caminhos, justamente o oposto do caminho único oferecido pela hierarquia. Dessa forma, as redes *emponderam* (empowerment) seus membros, na medida do grau de distribuição, o que não pode ser confundido com apoderamento, no sentido de se apossar de um recurso material e imaterial, criando diferenças de acesso dos outros sujeitos.

No caso estudado, a opção escolhida envereda-se por estas nuances, na tentativa de compreender a natureza das relações sociais estabelecidas e mediadas pelo STR de Arara. Lembrando que o entendimento destas relações, dessa sociedade é o entendimento mesmo da rede social, já o que se chama de social é a própria rede social, ou por que não, capital social?

1.3.2 Enfoque Econômico-Utilitarista

Dentre os enfoques do conceito de capital social, destaca-se por referências frequentes, a vertente teórica do sociólogo americano James Coleman, que utiliza o conceito como fonte para a promoção do capital humano. Com ele, em fins dos anos 1980, o conceito entra

definitivamente na agenda acadêmica através de dois artigos que se tornaram clássicos. Num deles, Coleman examina o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas e erradas. As normas prescrevem ações, comportamentos – a norma de não comer carne de porco em algumas religiões, por exemplo.

Desta forma, as normas são internalizadas pelas pessoas e são referenciais para o que é certo ou errado. O não cumprimento de certas regras sociais normalmente implica sanções para o indivíduo, o que reforça a própria norma. Normas dão sentido à sociedade, orientam as ações, tornam previsíveis determinados comportamentos, conferem textura e densidade à sociedade. É nesse sentido que podem ser também definidas como um capital social – como um mecanismo de satisfação e completude para a vida social. Coleman também define capital por sua função: como qualquer capital, permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis. Entendido assim em termos funcionais é explicado em “todos aqueles elementos de uma estrutura social que cumprem a *função de servir como recursos para que os indivíduos atinjam suas metas e satisfaçam seus interesses*” (HIGGINS, 2005, p. 33, grifo meu). Coleman examina dentro das estruturas sociais a existência de três formas de capital: as obrigações, lealdades e expectativas, os canais de informações e as normas sociais, analisadas à luz da perspectiva da escolha racional. As obrigações podem conter em si diferentes graus de reciprocidade, seja o exemplo: quando um indivíduo ajuda outro em sua colheita, esperando o mesmo favor futuro - reciprocidade obrigatória, ou lealdade. Os canais de informação servem para os indivíduos compartilharem informações em seu entorno social; e as normas, por sua vez, coíbem os comportamentos desviantes que enfraquecem o capital social.

Um bom exemplo do valor da reciprocidade e lealdade no entorno social são as associações comunitárias que se beneficiam com trabalhos de mutirão, em que membros têm oportunidade de dispor do bem primeiro, o que faz que os outros membros acreditem que seu trabalho será devolvido depois. E isso só é possível devido ao alto nível de confiança presente nas redes de cooperação – dispositivos coletivos, e na simetria dos grupos. Portanto, as estruturas sociais, provindas do cálculo de interesses, se tornam recursos à disposição dos atores sociais. Coleman ainda reconhece a existência de diferenças entre estas estruturas sociais, que obedecem a diferentes motivos: as necessidades que levam os indivíduos a interagir com outros, a existência de fontes alternativas de recursos, o grau de afluxo desses

recursos, a capacidade de gestão para obter ajuda, a coesão das redes sociais e a logística para contatos sociais. É neste sentido que Coleman afirma a existência de capital social, mas não problematiza a desigual distribuição de recursos, além do que existem campos sociais abertamente excludentes que impedem o acesso dos indivíduos ou grupos aos recursos que precisam.

É preciso destacar que a idéia de capital social de Coleman se converteu no uso dominante de tal conceito. É utilizado com frequência na sociologia da educação e no campo da sociologia econômica. Em pesquisas sobre mercado de trabalho, organizações produtivas, microempresas, entre outros, trabalham com a hipótese de que relações de confiança e reciprocidade melhoram a eficiência dos agentes econômicos. Sugere-se que o capital social funciona como redutor de custos e transações.

É importante focar estes autores seminais do conceito de capital social - Bourdieu e Coleman, onde se observa já para registro: no primeiro, a aplicação do conceito de *habitus* e *campo*, enquanto categorias analíticas de mediação entre a realidade objetiva e subjetiva dos agentes sociais nos espaços permeados de capital social. E aqui, verifica-se a necessidade de operar com o conceito de *habitus* enquanto instrumento analítico, na tentativa de apreender a homogeneidade das disposições (gostos e preferências, valores, desejos e motivações) dos grupos (a serem) estudados em um espaço social. Portanto, acompanha-se Bourdieu na afirmação de que “é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital” (BOURDIEU, 1996, p. 29). Este enfoque político e relacional contrasta com a reflexão de James Coleman que aborda o conceito de forma utilitarista, funcional, em que a construção do espaço social (para ele sistema social) se dá na troca de bens e recursos, de forma racional, sem considerar quais motivações possuem os indivíduos a realizarem estas trocas mediadas por capital social.

1.4 CAPITAL SOCIAL: RECIPROCIDADE OU REDISTRIBUIÇÃO

Na tentativa de aprofundar as opções práticas que ficam expostas nas posições teóricas de Bourdieu e Coleman, apresentamos algumas pontes conceituais, construídas por Karl Polanyi sobre as relações entre economia e sociedade. Para Polanyi a economia, em sentido

substantivo¹², é um processo constituído de influência mútua entre o ser humano e seu meio natural e social. A unidade e estabilidade que precisa são conferidas pela institucionalidade, através de uma estrutura com funções definidas pela sociedade. Aqui é importante observar que a economia está envolta de instituições econômicas e não econômicas. Para compreender como as economias são instituídas é necessário reconhecer os diferentes modos como obtêm seus diferentes elementos, unidade e interdependência. Polanyi distingue três padrões de integração, apresentados a seguir:

Quadro 1: *Modelos de integração econômica.*

	RECIPROCIDADE	REDISTRIBUIÇÃO	INTERCÂMBIO
Conceito	Simetria São movimentos entre pontos correlatos, de grupos que são simétricos.	Centralidade São movimentos de apropriação em direção a um centro e também para fora dele.	Mercado São movimentos de troca imediata entre indivíduos diferentes num sistema de mercado.
Exemplo	Em grupos humanos onde o sistema de parentesco fixa obrigações de socorro mútuo. ¹³	Em sociedades de caçadores nômades, em que exista uma divisão social do trabalho de caça - quem mata a presa está obrigado a reparti-la. ¹⁴	Em comércio, onde de forma relativamente pacífica se podem adquirir bens que não se encontram disponíveis na localidade imediata. O meio indireto de intercâmbio é o dinheiro.

Fonte: elaboração a partir de Polanyi (apud Granovetter, 1992).

Considerando os conceitos de Polanyi, analisam-se os problemas que levantam as diferentes perspectivas sobre capital social. No caso de Coleman, trata-se de uma leitura instrumental das estruturas sociais de interação, isto é, colocam-se em correspondência os modelos de intercâmbio e reciprocidade. Quando se fala de obrigações recíprocas, de troca de

¹² Polanyi diferencia os sentidos substantivo e formal da economia. Segundo ele o primeiro deriva da condição dependente do ser humano, de seu intercâmbio com o ambiente social e natural onde possa encontrar os meios materiais que satisfaçam suas necessidades. O segundo deriva da relação lógica meios-fins. É a lógica que governa a escolha de meios, este é o sentido do econômico quando se fala de “economizar” – refere-se assim à situação de escolha induzida pela escassez de meios.

¹³ Nas sociedades complexas notam-se marcas de reciprocidade quando o direito civil obriga, de forma mútua, o socorro de pais e filhos – com alimentos.

¹⁴ Nas sociedades complexas, acontece quando o Estado obriga os agentes privados a pagarem tributos para logo situá-los onde as necessidades coletivas demandem.

informações e de normas que inibem o comportamento que afetam a confiança e a reciprocidade, assume a premissa, que somente existem no mundo social as “regras do jogo” (instituições) que disseminam a reciprocidade e o intercâmbio. E nem todas as comunidades se portam assim. É traçada aqui um paralelo entre simetria e intercâmbio sem passar pela redistribuição, acreditando que o intercâmbio feito sobre normas de reciprocidade resguarda os problemas de redistribuição na grande escala social. Em seu pensamento, Higgins suspeita que se trata de uma nova versão do liberalismo econômico, conservando as idéias de que: as relações do mercado acontecem numa sociedade onde os indivíduos são simétricos; o mercado é a forma mais eficiente de localizar os recursos produtivos; o mercado em si mesmo é o redistribuidor – mão invisível.

Bourdieu, por sua vez, leva em conta que o capital social, mesmo no sentido utilitário, é um ativo repartido de forma desigual. As redes sociais – dispositivos coletivos, às quais estão vinculados diversos indivíduos (como já foi apresentada) não oferecem as mesmas potencialidades para obter recursos da mesma quantidade e qualidade. Esta perspectiva abre caminhos para incorporar, na discussão sobre capital social, o modelo da redistribuição. Assim, entram neste caso em jogo as relações entre poder social e autoridade política como fatores que podem decidir sobre o modo, quantia, momento e lugar onde devem ser alocados os excedentes produzidos pela sociedade.

Estas perspectivas ainda são apenas pontas de um grande iceberg teórico que exige ser visto em toda sua dimensão. Falar de capital social é transitar no ambíguo limite entre o econômico e o social, é o novo ponto de encontro entre as ciências sociais e as ciências econômicas, tal e como ficou sugerido quando vimos que a sociabilidade havia se tornado um assunto dos economistas e dos técnicos em desenvolvimento. Mas em quais termos podemos formular o conceito de capital social? Para nosso estudo, já temos a resposta. De toda forma para melhor explicitá-lo ainda apresentamos de forma breve algumas vertentes construídas por autores como Robert Putnam, Francis Fukuyama e Alejandro Portes.

Destacado como autor importante no desenvolvimento da noção sobre capital social, Robert Putnam¹⁵, com sua obra “Comunidade e Democracia” (2007) ¹⁶, apresenta o conceito

¹⁵ Aqui se fez a opção de apresentar de forma breve o sociólogo Robert Putnam, por sua conexão com o autor James Coleman. É a partir do trabalho de ambos que a perspectiva coletiva do capital social ganha força, bem como a idéia de que por ser um recurso pode ser fortalecido e acumulado.

da idéia de comunidade cívica, que seria a base fundamental para o bom desempenho das instituições governamentais em regiões da Itália moderna. Seguidor de um enfoque sócio-cultural acredita que o sucesso ou fracasso das instituições livres depende do caráter dos cidadãos. O conceito de comunidade cívica se define pela igualdade política dos cidadãos, com direitos e deveres igualitários. Esta comunidade está unida por laços de cooperação e reciprocidade, e não por relações de dependência. As normas e valores da comunidade cívica são reforçados por estruturas e práticas específicas. Neste sentido, as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo, pois estas inculcam em seus participantes hábitos de cooperação e solidariedade.

O conceito de capital social, em Putnam, se torna importante por ser a fonte de onde nasce a influência mútua que se expressam nas diferentes formas de associações da comunidade cívica. Assim, o capital social é apresentado de forma mais descritiva, como um conjunto de características de uma organização civil, sejam estas: confiança, normas e reciprocidade, que atuam em ações coordenadas. Para ele, assim como James Coleman, as normas são de grande utilidade, já que servem de elo de controle das ações dos atores. A análise de Putnam sobre capital social em relação ao conceito de comunidade cívica, explica a idéia de que os estoques de confiança, normas e participação tendem a ser acumulados e a se reforçar mutuamente. Dessa forma são criadas virtudes coletivas que desencadeiam certa equidade social, com elementos de cooperação, reciprocidade, civismo e bem estar social, que são as principais características que definem a comunidade cívica. Cabe lembrar que Putnam utiliza a experiência italiana como um instrumento, de um estudo que é muito mais amplo, acerca da funcionalidade da democracia, e a idéia de capital social (que só será apresentada na última sessão do livro) entra aí em cena como solução para resolver os problemas da ação coletiva.

A versão dos estudos de Putnam sobre capital social na Itália é muito explorada devido especialmente a sua metodologia. Putnam estudou durante vinte anos o desempenho das instituições políticas na Itália, através de indicadores que envolviam variáveis objetivas e subjetivas da performance institucional. Todavia, é importante lembrar a especificidade de cada caso para a operacionalização do conceito. De validade universal, devido sua consistência teórica, deve-se e muito levar em consideração a enunciada noção do autor, mas,

¹⁶ A obra acima mencionada é um estudo minucioso sobre o desempenho das instituições públicas na Itália entre 1970 e 1990, e que visou acompanhar o processo de implantação pioneira da descentralização administrativa naquele país.

deve-se também provocar tal idéia em cada situação própria e ver até onde o pensamento e conceito validado de Putnam é aplicável. Se diz isso, haja vista nosso estudo de caso, aportado em uma sociedade – brasileira marcada por características históricas peculiares, como: o insolidarismo e a cordialidade, consequências de práticas do populismo, personalismo, clientelismo, patrimonialismo e coronelismo. São mazelas políticas que nomeiam uma sociedade e evidenciam fatos que nos fazem pensar além das categorias prontas e “limpas”. É por isso que se considera preliminar o emprego do conceito por um só caminho, tendência.

Muito próximo da perspectiva de Putnam está um dos trabalhos mais recentes de Francis Fukuyama (1996). O autor começa por questionar as múltiplas definições de capital social. Em seu conceito confundem-se as manifestações com o que é o capital social em si mesmo. Para tentar sair desse conflito, assume a seguinte definição: “capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (Fukuyama, 2007, p.1). Neste sentido, as normas que constituem o capital social abarcam um espectro que vai desde a reciprocidade entre dois amigos até as doutrinas complexas e articuladas como o cristianismo e o confucionismo. O que importa é que a norma seja posta em andamento numa relação atual entre duas pessoas. A partir desta definição, tudo aquilo que é associado ao capital social – confiança, redes de trabalho, sociedade civil – é um epifenômeno resultante dele, mas que não o constituem como tal.

A função econômica do capital social consiste aqui em reduzir os custos de transação próprios da coordenação formal, dos contratos, hierarquias, regras burocráticas, etc. Ações coordenadas podem existir em grupos com baixo capital social, mais isto incrementa os custos transacionais de negociação, tais como monitoramento e a negociação jurídica. Já a função política do capital social numa democracia moderna consiste em fazer contrapeso ao vício do excessivo individualismo, ou seja, ao fato de dedicar ocupação excessiva com assuntos privados e da família em detrimento do compromisso em assuntos públicos.

Já os estudos de Alejandro Portes partem de uma reflexão crítica do conceito. Para ele, a grande controvérsia que envolve o conceito de capital social tem sua raiz no fato de que é aplicado a problemas em diferentes níveis de abstração e a que seu uso teórico leva em consideração diferentes unidades de análise. Neste sentido, salienta que tanto Bourdieu quanto Coleman focalizam sua atenção em indivíduos ou pequenos grupos.

De acordo com Portes (2000), Bourdieu trabalha o conceito de capital social de forma instrumental, pois considera que as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que obteriam posteriormente. Desta forma, o capital social é um recurso em diferentes níveis: de controle social, de benefícios mediados pela família e de benefícios mediados por redes não-familiares. A obtenção de trabalhos, comissões e créditos são exemplos do último nível. Coleman, por sua parte, presta atenção especial ao capital social entendido como fonte de controle social, devido à observância das normas. Amparado em autores clássicos da sociologia – Durkheim, Marx, Weber e Simmel, no referente dinâmica de grupos, Portes identifica de forma interessante, quatro fontes de capital social para interações de pequena escala:

Quadro 2. *Fontes de Capital para interações sociais.*

FONTES ALTRUÍSTAS DE CAPITAL SOCIAL	FONTES INSTRUMENTAIS DE CAPITAL SOCIAL
<p>1- Doação de recursos sem o indicador de obrigação moral (presentes dos pais aos filhos, esmolas aos pobres). Estes gestos estão sustentados em valores interiorizados durante o processo de socialização;</p> <p>2- Doação de recursos a outros sem ter solidariedade com os membros do mesmo território, etnia ou comunidade religiosa. Esta fonte não está baseada em valores gerais, mas em lealdades particulares para algo importante ao grupo (bolsas para jovens, tempo para conselho de trabalho).</p>	<p>1- Transações recíprocas, de cara a cara, que implicam a total expectativa de um retorno proporcional ao benefício compartilhado.</p> <p>2- Recursos de transações inseridas em estruturas sociais amplas que atuam como garantia de que haverá um retorno de parte dos beneficiários aos doadores ou à comunidade em geral. (Fundos Rotativos Solidários – sistema de crédito sem fiador, na confiança de que o controle comunitário serve de garantia).</p>

Fonte: elaboração a partir de Portes (2000).

Destarte, considerado um conceito novo para uma preocupação há muito existente, o capital social não é uma idéia nova: a de que o envolvimento e a participação de indivíduos em grupos podem gerar benefícios individuais e coletivos. Autores clássicos da sociologia, a exemplo de Emile Durkheim já apresentava a idéia de integração social, onde explicava que

seria na vida coletiva que a sociedade encontraria o remédio para a anomia social ¹⁷. Se ousarmos imaginar Durkheim operando com o conceito de capital social, certamente ele o converteria do enfoque de racionalismo econômico de James Coleman, visto sua posição rigorosa em relação ao utilitarismo antropológico que sustenta o domínio científico da economia política:

A economia política [...] é uma ciência abstrata e dedutiva, que não está ocupada em observar a realidade, mas construir um ideal mais ou menos desejável; porque o homem do qual falam economistas, esse egoísta sistemático, não é mais que uma razão artificial. O homem que nós conhecemos, o homem real, é muito mais complexo: ele pertence a uma época e um país, ele mora em qualquer lugar, tem família, um país, uma crença religiosa e umas idéias políticas. (Durkheim, 1970, p. 85 [1888] apud Bourdieu, 1997).

Na sua crítica ao utilitarismo, Durkheim remete-se a valores que vão além do racionalismo econômico, desvendando à luz valores da cultura humana em suas diferentes manifestações. Por isso a ênfase atribuída à intuição de Pierre Bourdieu em seus escritos provisórios sobre capital social. Neles se pode ver o esforço por superar a forma estreita como a economia entende o capital – dinheiro em todas as suas formas, propriedade, lucro, deixando de verificar a existência de outras variáveis, outras formas de troca social. A proposta aqui é abordar as *redes sociais* como processos multifacetados, fenômenos sociais a serem estudados em toda sua complexidade e não somente como *função* no sistema social.

Todavia, neste primeiro momento, pode-se concluir que no estudo do conceito de capital social é a perspectiva utilitarista ainda a mais utilizada chave de explicação para a experimentação de novas estratégias de desenvolvimento em comunidades carentes. Sustentada na reflexão de que uma maneira integrada de agir, baseada na confiança e cooperação é base para a reciprocidade e o bem estar social, não se dá conta de que a sociedade em questão é permeada de *poder*, nas quais o conflito, em sua forma de lutas sociais desencadeadas pela própria hierarquia social - geradora de diversas formas de exclusão - é uma importante variável para o debate da redistribuição. Por isso, neste estudo voltamos aos escritos provisórios sobre capital social de Bourdieu e seus outros conceitos

¹⁷ Na obra *Da divisão do trabalho social* (Durkheim, 1995) faz uma análise das diferentes formas de integração social, apelando às corporações como método para combater a anomia própria da sociedade industrial. É um dos poucos estudos sociológicos que busca compreender a coexistência das exigências próprias do processo da produção industrial com aquelas da integração social.

como proposta alternativa de compreensão do agir coletivo, de construção da vontade comum – em termos de poder.

1.5 A QUESTÃO DA MEDIAÇÃO E DO PODER

A idéia atual de desenvolvimento também acompanha uma proposta de intervenção articulada, enquanto instrumento de mudança nos espaços sociais. Estas mudanças tanto podem ter em vista um caráter de promoção para outra ordem social, ou configurar interesses condenáveis, contrapostos a perspectiva de liberdade e bem coletivo. Dentro destas escolhas, correntemente, a ação dos mediadores tem sido invocada.

Neste debate o termo *mediação* ganha importância, numa interpretação que difere do pensamento essencialista, que ressalta aspectos sistêmicos e mecanicistas; aqui o termo acompanha a idéia de processo social e dialético. Neste formato, a menção ao termo *mediação* se abrevia “à conciliação e ao consentimento, ou seja, a produção de acordos diante de divergências, à criação de adesões diante de outrem, a negociações cujo objetivo é o alcance de acordos e compromissos” (NEVES, 2008). Dessa forma ressalta os sistemas de controle e regulação que servem como minimizadores da desarmonia entre visões de mundo e comportamentos de grupos distintos de algumas comunidades. Ainda se relaciona com o processo de institucionalização de normas e regras de conduta, cuja finalidade é assegurar a hegemonia de uma ordem aprovada.

Como o trabalho aqui apresentado trata da análise de uma instituição, enquanto interventora de processos coletivos para o alcance de mudanças voluntárias, torna-se imprescindível o estudo da importância política do papel dos mediadores. É possível observar em nosso estudo de caso que os agentes situados na posição de mediadores são importantes para a constituição de espaços contextuais de ação política, seja esta voltada para a busca da equidade social e minimização dos efeitos provocados pelas desigualdades socioeconômicas. Estes mediadores são na maioria militantes políticos, divulgadores de novas propostas, idéias de organização, reunidos quase sempre, em volta das redes institucionais e movimentos associativos. Na investigação sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, a contribuição dos mediadores é peça chave para a reflexão de processos em curso, das

situações práticas de integração social. Considera-se desde já que o caso de estudo é um exemplo de espaço social de mediação institucional para operacionalização de programas de intervenção, visando à mudança e aquisição de bens e ao reconhecimento de direitos. Também já se percebe o campo de atuação do STR como uma intersecção entre mediadores e mediados, no qual cada um é institucionalmente reconhecido, seja através do próprio processo de circulação de categorias de entendimento e de enquadramento de sentidos diversos.

Adota-se aqui uma proposta analítica processualista, tendo nos termos mediação e mediadores uma fonte para melhor compreender os engajamentos e a mobilização deste segmento, reconhecido como meio de reordenação dos modos de conduta e de visão de posições sociais em termos de poder. Para isso, analisamos a estrutura organizacional como a objetivação de princípios que auxiliam a interpretação, de forma a revelar os termos de comunicação intencional e/ou de comunicação negociada entre os agentes. Aqui será possível perceber como a rejeição também caracteriza a comunicação, ou seja, que a não aceitabilidade de alguns grupos, também é uma forma de comunicação, já que os agentes vinculados a este espaço, carregado de significações, muitas vezes contrapostas, criam campos de autonomia, justificados como forma de resistência a uma possível situação criada de incompreensão ou desconsideração. Destarte, independente das condições mais ou menos desiguais neste jogo de poder, os espaços de mediação e as respectivas ações dos mediadores e mediados institucionalizam um patrimônio comum para a comunicação e estabelecem vínculos que permitem relativizar as especificidades de cada agente, seja por contraposição ou identificação de interesses.

Nesse sentido, as situações analisadas neste trabalho revelam campos de mediação construídos e em construção, através dos quais se cria um modelo de desenvolvimento. Com a pesquisa empírica, constatamos que os investimentos coletivos, resultantes destes campos de mediação promovem uma melhor elaboração dos quadros institucionais e representação política, assegurando conquistas e posições. Como elemento para esta análise tem primeiramente a constituição do campo sindical, na década de 60 e as primeiras mobilizações de agentes que facilitaram os investimentos em defesa da redemocratização da vida no campo, refletida nas reivindicações dos agentes em promoção a elaboração e promulgação de leis e regulamentos que normatizassem os direitos dos trabalhadores rurais. Em segundo lugar apresenta-se, já com a estabilidade de certas conquistas, a implementação de investimentos mais práticos, elaboradas por um chamando novo sindicalismo, um campo político

reconfigurado a partir de novas demandas sociais, como a idéia de sustentabilidade e capacidade de inovação. A perspectiva aqui é ampliar o quadro institucional de mediação, já que surge a proposta de se trabalhar em rede, resultando numa maior projeção interventora de construção política de agentes adequados a outros pertencimentos institucionais pautados no consentimento social, como é o caso da atual gestão do STR de Arara, onde seu presidente é também vice-prefeito do município. Esse caso é bastante pertinente, no que diz respeito à demonstração de situações em que agentes situados em diversas hierarquias de negociação convergem tanto para a aceitação, como para a contraposição de significados reivindicados para as ações coletivas.

Como já nos valem das contribuições de Pierre Bourdieu, continuamos utilizando seus conceitos para analisar as relações sociais de mediação que se constituem entre os membros do STR de Arara, em especial os técnicos que trabalham mais diretamente com os grupos atendidos. Aqui se privilegia os vínculos de interdependência, ou relações sociais que se instauram no tempo através do intercâmbio tanto de bens materiais como simbólicos e, que por sua vez, geram interesses e comprometimentos. Verificamos ainda nas situações específicas estudadas, como os agentes engajados na promoção de ações comuns ocupam posições diferenciadas e constituem espaços de aliança e de disputas, redefinindo-se a partir de uma racionalidade e interesses próprios. Também se examina mais especificamente as relações estabelecidas entre técnicos, dirigentes da organização e famílias atendidas, todos convocados à participação do projeto enquanto agentes que se agregam, mas que não se confundem e tentam negociar os mais diversos conflitos, criando sistemas de regras e normas para controlar os arranjos e bens que desejam produzir, acumular ou redistribuir.

1.5.1 O STR e suas formas de mediação

Sabe-se que as condições de mediação são elas mesmas determinadas pela sociedade e por seu contexto específico, não podendo ser generalizadas, já que são ações humanas construídas de significados e práticas, por isso, aqui são analisadas suas diferentes formas em diferentes momentos da organização sindical em estudo.

Neste exame estão em jogo formas praticadas por reconhecidos agentes mediadores, que podem ser contrapostos em dois modelos de realização: formas de mediação em que os

agentes legitimam modos de legitimação personalizada; e as que consagram modos de dominação formal-legal. O caso estudado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, atrela sua trajetória à história de vida de suas lideranças e que aqui adquire um importante valor explicativo: o de orientação à comunidade, em que estes agentes se projetam para os seus a partir de atuações distintas em que operam como mediadores que vivem *pela* mediação ou vivem *da* mediação. Aqui, para esta explicação, tomaremos em consideração as diferenças estabelecidas por Weber, que caracteriza como tipo ideal as éticas de convicção e de responsabilidade. Sobre a ética da convicção operam os agentes mediadores que vivem *pela* mediação (chefe de família, prefeito, padre, professor). Já para o segundo caso (dirigentes sindicais, funcionários públicos ou vinculados ao chamado terceiro setor), que são colocados para dar existência às representações delegadas e à administração pública, vivem *da* mediação, é o caso do atual presidente do STR, Gabriel de Sousa.

De todo modo, seja em qual situação for, o termo mediador abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo as atribuições definidas em seu campo de significação. Cabe aqui problematizar a sua efetiva contribuição na ordenação e transformação da vida social e sua intencionalidade em relação à representação política, pois o mediador é também portador. Busca-se, portanto, mais a frente o entendimento da ação entre mediadores e mediados de forma a compreender o conjunto das forças sociais que está em jogo. Logo, analisar as relações estabelecidas entre mediadores e mediados revela os espaços sociais nos quais os agentes criam condições de mudança social.

CAPÍTULO 2

A COMPOSIÇÃO E O PERFIL SOCIOLÓGICO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARA

2.1 INTRODUÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como entidade de representação dos agricultores e trabalhadores do campo, ressalta sua preocupação com a sustentabilidade da agricultura familiar e com o processo de solidariedade, emancipação e cooperação dos sujeitos coletivos. Entretanto, analisar esta instituição só a partir deste discurso atual não permite construir níveis de análise que garantam uma melhor compreensão das estratégias utilizadas para avaliar sua representatividade e sua reprodução como forma organizativa no processo de fortalecimento ou ampliação do capital social nas comunidades rurais e promoção do desenvolvimento local.

Sabendo disso propomos apresentar, inicialmente e de forma breve a história do sindicalismo rural no Brasil e suas reconfigurações, ora atrelado ao Estado e/ou a Igreja Católica, como forma de aqui situar o objeto da pesquisa. A brevidade referida é justificada diante do recorte e objetivo principal do estudo, que não vem enfocar o movimento sindical em si ou a problemática do novo sindicalismo¹⁸. Nossa atenção, aqui é voltada ao sindicato rural enquanto organização, como um dispositivo coletivo que pode promover, ou não, certo capital social. Por isso, é em seguida que oferecemos com afincos a história da formação e atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais através do discurso de lideranças e indivíduos pertencentes à trajetória desta agência.

Buscaremos já neste momento, precisamente, compreender a maneira como o capital social das comunidades rurais do município de Arara se processa ao longo da história do STR

¹⁸ Todavia, é de fundamental importância levar em consideração a estrutura e cultura organizacional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e suas transformações ao longo do tempo, para entender a atuação particular do nosso estudo de caso - o STR de Arara, referente a sua participação na formação e ampliação do capital social das comunidades rurais do município. Aproveitamos nesta narrativa a fala de alguns personagens do nosso estudo, que contam a história do movimento nacional a partir de sua participação local.

e como esta organização exerce influência direta na ampliação das redes de participação e ação coletiva.

A intenção ainda neste segundo capítulo é a caracterização e o contexto atual em que o STR está inserido, destacando as dinâmicas sociais, políticas e econômicas do município *locus* da pesquisa, analisadas enquanto reflexos do jogo de poder existente, este responsável (pelo menos neste estudo) pela maneira como é processado o capital social das comunidades rurais. É necessário ainda ressaltar que escolhemos para operacionalizar o conceito de capital social neste enfoque político, a experiência dos Fundos Rotativos Solidários, enquanto um processo de inovação mediado pelo STR e que resulta em algumas comunidades rurais um importante arranjo social de promoção local. Assim buscamos aqui oferecer a partir da observação empírica uma projeção de leitura do capital social, através da mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, levando em consideração o enfoque político e a perspectiva de redistribuição revisto em Bourdieu e Polanyi.

2.2 O SINDICALISMO RURAL NO BRASIL: NOTAS DE UMA HISTÓRIA

No Brasil, a questão da participação e da organização dos trabalhadores rurais no bojo da luta dos movimentos sociais para a busca e validade de direitos políticos e sociais é recente. Somente com o fim da ditadura do Estado Novo (1945) é que é possível começar a se observar uma progressiva mobilização no campo. Mas é só a partir da metade da década de 1950 que se registram as diferentes classes de trabalhadores rurais (moradores, posseiros, colonos, etc.) vinculadas a situações de luta. Neste tempo, conhecido como período pré-sindical, e até as vésperas do golpe militar os trabalhadores rurais se organizam na forma de associações civis (mediadas por vezes pela Igreja Católica) e vêm surgir independentes, as Ligas Camponesas que virão ocupar um papel histórico no cenário nacional devido à sua capacidade de mobilização¹⁹.

Este movimento, criado à margem do Estado e crescido através da ruptura de antigas relações e transformações que passava o setor agrícola, atua como uma instituição mediadora

¹⁹ Os filiados das Ligas Camponesas eram agricultores familiares e trabalhadores assalariados que tinham vínculo com grandes e médias propriedades rurais na condição de moradores. Em geral, tinha o direito ao sítio, uma área de terra para cultivo próprio de produtos de subsistência.

de conflitos no meio rural, haja vista a falta de mecanismos institucionais para avaliar as condições de trabalho e o sistema de assalariamento pelas quais passavam os chamados camponeses. Assim, a posse da terra, a legislação trabalhista para o campo e o direito a representação sindical formavam o leque de reivindicações que norteavam as lutas travadas naquele período, permitindo ao mesmo tempo a construção de uma identidade social capaz de unificar a classe, até então dispersa e inoperante do ponto de vista político.

Atentos a esta nova situação política, o governo logo se interessa em institucionalizar o movimento, ou segundo Malagodi (2004, p.162) “enquadrar o movimento, numa estrutura sindical oficialista” e com isso criar uma estrutura de controle sobre a ação desta nova organização. Assim, em meio às lutas da década de 1960, tem lugar a regulamentação do sindicalismo rural no Brasil, onde a Igreja Católica vai atuar como intermediadora junto ao governo populista, já que solicita uma atitude facilitadora de aprovação das cartas sindicais, necessárias para o funcionamento legal dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ainda neste tempo se tem a mão o PCB, Partido Comunista Brasileiro, ativo na campanha de sindicalização rural.

É importante já aqui destacar, que se observarmos a narrativa do sindicalismo rural a partir do interior do nordeste do Brasil, esta irá se apresentar na forma de conjunturas muito diversas e bem definidas. Em nosso caso, por exemplo, temos no interior da Paraíba, grupos de trabalhadores moradores dos engenhos dos municípios de Areia e Alagoa Grande (localizadas na Zona da Mata e Agreste paraibano) que submetidos a formas de sujeição pessoal (trabalho no eito, castigos) aderem ao movimento das Ligas Camponesas; enquanto outros grupos de trabalhadores vizinhos, não se envolvem e tão pouco querem tomar conhecimento do movimento, como é o caso de estudo: a história do movimento rural em Arara nasce e se firma atrelado à Igreja, que com seu próprio projeto social e religioso de auxílio a pobreza, se faz presente neste desaguadouro de transformações organizacionais no campo.

Naquele tempo tinha o Sindicato das Ligas... Assis Leno vivia procurando a gente pra conversar... mas a gente não era das Ligas, a gente era da Igreja, fazia parte da Congregação Mariana. Nem sabia direito o que era as Ligas.” (Manuel Hortêncio).

Entretanto, independente destes fatores de diferenciação, todo o movimento dos trabalhadores rurais sofre profundamente com o golpe de 1964. Neste período, a repressão cai

violentamente sobre as lideranças das Ligas, inviabilizando a sua continuidade. Enquanto, os sindicatos, passam a ser vigiados e controlados pelo poder do Ministério do Trabalho.

Com aquele governo repressor a gente era vigiado. Um dia, passaram aqui, confiscaram nossos livros e a difusora, e ainda levaram os meninos²⁰, e eu não fui levado porque tava no campo fazendo reunião para orientar o povo. Só vieram trazer no outro dia, quando os meninos provaram que eram da Congregação Mariana. Mas agente era muito perseguido... os oficiais vinham direto. Um dia, vieram de caminhoneta com remédios pra os trabalhadores do campo, me pediram pra ir junto e foram perguntando o que eu achava do governo. Eu disse que era contra, porque os ladrões correram todos pro lado da revolução. Eles já tavam gravando... (Manoel Pompeu)

Portanto, são grandes as mudanças impostas pelo golpe militar de 1964. Primeiro, há toda uma ação militar repressiva sobre as Ligas e as entidades sindicais; seguida de forma complementar, a submissão dos sindicatos ao controle burocrático do governo. Em segundo, o regime militar vem colocar em ação uma política assistencial em relação aos sindicatos de trabalhadores rurais, no intuito de transformá-los em entidades meramente assistenciais da previdência rural. Cabe lembrar que a partir de 1965 o regime militar unifica todas as categorias de trabalhadores rurais em uma única, criando a estrutura legal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de base municipal, e em nível estadual, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG), subordinando esta estrutura à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Nesse novo período, o sindicato transformou-se em uma instituição central para a vida do trabalhador rural e sua família. Os presidentes dos sindicatos passam a ser figuras reconhecidas pela comunidade, lideranças fortes, pois deles dependia, por exemplo, o encaminhamento de documentos de aposentadoria, esta uma questão vital para as famílias de origem rural. E o sindicato segue, estruturando sua organização através de uma política assistencialista e burocrática, numa perspectiva utilitarista. Já a partir de 1980, com o enfraquecimento do regime militar, a organização sindical ainda com seu papel de mediador da previdência reapresenta suas reclamações à sociedade brasileira. É observável neste período, que os sindicatos, mesmo com suas características próprias oriundas de lutas específicas, usam de forma unificada o discurso pela reforma agrária e tentam restaurar a antiga postura questionadora. Surgem ainda neste período, os grupos de oposição as diretorias sindicais assistencialistas, influenciados pelo movimento religioso da Pastoral da Terra - CPT

²⁰ O entrevistado se refere aos companheiros: Manoel Hortênsio, Manoel Flor, Severino Jerônimo, fundadores do STR de Arara.

e novos grupos políticos como o Partido dos Trabalhadores – PT. Estes grupos passam a denominar de “pelegos” as diretorias sindicais que se organizavam em torno das práticas assistenciais e burocráticas.

Inicia-se a luta pelas reformas e ajustes salariais, e juntamente com estas reivindicações surge o interesse pelos conflitos trabalhistas, promovidos especialmente pela expulsão de moradores das propriedades e marcado pela violência dos policiais e assassinatos de trabalhadores e líderes sindicais.

2.2.2 O Novo Sindicalismo Rural: ruptura ou continuidade?

Nos últimos anos, a partir da década de noventa, o sindicalismo rural parece sair do papel rotineiro de mediador assistencial, que o configura em 1970 e 1980, especialmente. Muitos sindicatos apresentam certo desenvolvimento no que concerne a elaboração de propostas mais amplas para a vida dos sujeitos rurais e já é visível em algumas comunidades rurais a participação de trabalhadores em ações coletivas de interesse comum.

Todavia, já é comum saber que este panorama não é geral entre as organizações sindicais. É bastante aparente a diferenciação quanto à atuação, mesmo entre sindicatos vizinhos. Para melhor esclarecer esta distinção, tomamos, por exemplo, na região do Agreste paraibano três municípios espacialmente ligados, respectivamente: Solânea, Arara e Remígio. Estes municípios possuem em comum, no campo sindical, o perfil histórico e características organizacionais típicas do movimento nacional. Mas, se tratando do comportamento destas instituições na década de 90 em relação à apresentação de uma agenda propositiva para os problemas enfrentados pelos agricultores e trabalhadores do campo, estas organizações diferem substancialmente.

Enquanto os sindicatos rurais de Solânea e Remígio representam nos anos 90 um *lócus* de aglutinação dos trabalhadores rurais, em especial os agricultores familiares e funciona como um canal de veiculação de novos interesses sociais políticos; o sindicato de Arara, localizado entre estas duas organizações citadas, não é reconhecido como uma entidade ativa e engajada neste “novo” sindicalismo. Este último, de acordo com a pesquisa, que em anos anteriores era conhecido através do seu intenso trabalho sindical, em suas participações frequentes nas reuniões (regionais, nacionais e até internacionais), encontros, marchas e

discursos reivindicatórios de melhoria para a vida no campo e cuja liderança se orgulha até hoje em proclamar a participação da organização na “luta pela libertação do trabalhador rural” (Manoel Pompeu), não admitindo comparações (com o sindicato mais próximo: o de Remígio) em relação a sua forte atuação na promoção da reforma agrária; nos anos 90 até meados de 2003 se vê esquecido nas notas de estudo sobre dinamismo rural, das quais fazem parte seus vizinhos Mas, então, o que faltava nele para o desenvolvimento de um novo tipo de trabalho sindical?

Segundo o estudo de Piraux e Bonnal (2008) as implicações da seca de 1997 e 1998 na produção agrícola regional levaram alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) da Paraíba a “reconsiderar o papel do sindicato municipal e à decisão de investir nos aspectos técnicos com o intuito de identificar respostas possíveis às sucessivas crises agrícolas” (p. 4). Esta visão em relação aos aspectos técnicos da produção agropecuária assinala uma nova função para os sindicatos rurais da região, antes limitada apenas aos processos previdenciários e de emprego rural. Observa-se que esta nova orientação é primeiramente lançada pelos STR de Solânea e de Remígio, sendo em seguida acolhida pelo STR de Lagoa Seca e por fim difundida para mais outros sindicatos da região. Neste quadro inicial não é possível identificar o diretório sindical de Arara enquanto órgão gerador de propostas, não se observa neste contexto o STR de Arara enlaçado nesse processo de renovação.

Assim, enquanto o STR de Arara continua até o início do ano de 2002 discursando sobre a importância da tomada de consciência de classe, seus vizinhos organizam-se em rede projetando o chamado Pólo Sindical da Borborema, entidade definida a partir da aproximação político-associativa dos sindicatos. Este processo de aproximação se deu ainda em 1995 quando as lideranças sindicais dos STR de Lagoa Seca, Remígio e Solânea, com apoio de ONGs (PATAC e AS-PTA), começaram um processo de estudo²¹ e intervenção na realidade dos municípios. A reflexão se fundamentou na utilização de ferramentas de diagnóstico participativo, cujo objetivo era precisar a problemática da agricultura familiar local e definir uma estratégia de ação. Como quadro de referência o grupo logo adota a agroecologia como bússola para sua reflexão. Hoje o Pólo Sindical, segundo a sua carta de princípios, pode ser

²¹ Os estudos realizados pelos STR de Lagoa Seca, Remígio e Solânea foram apresentados num amplo seminário realizado em 2001 a partir do qual criou-se o Pólo Sindical da Borborema, mediante a adesão dos STR's municipais. A AS-PTA Paraíba assumiu durante o processo de conformação do Pólo Sindical um papel de coordenador. Durante este processo, a adesão dos municípios foi progressiva.

definido como uma articulação de organizações de agricultores e agricultoras familiares voltadas para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar e na agroecologia.

Figura 3 – Unidade agroecológica dos municípios de Remígio e Solânea



Somente no ano de 2003 é que o STR de Arara procura ainda com certa timidez ampliar seu campo de atuação, buscando laços mais fortes com os sindicatos vizinhos, já um tanto experientes nesta nova agenda de propostas para o desenvolvimento rural. A inserção nesta rede social promove o conhecimento de novos espaços e temas de diálogo, favorecendo o desenvolvimento de uma série de atividades e programas que vão desde a distribuição de sementes, mudas para o reflorestamento, fundos rotativos solidários de cisternas de placas, de cercas de telas, de palma, de adubos, entre outros. Todavia, é importante ressaltar que apesar da grande mudança observada em relação à proposição do sindicalismo rural, viabilizada principalmente pela disposição associativa de certas outras entidades; o pequeno agricultor ainda não está totalmente decidido sobre os novos processos que por ora são desfilados; daí ser claro a observação do hiato muitas vezes existente entre a elaboração de estratégias sustentáveis e sua efetiva implementação.

Seguindo a observação sobre a importância da participação de redes sociais formadas neste novo contexto, percebemos ainda outros campos de atuação das diretorias sindicais, que

são os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e as Secretarias de Agricultura. Nesses espaços, a direção sindical pode aparecer de diferentes maneiras: em situações de enfrentamento com os gestores municipais, na fiscalização de ações e políticas públicas, na convivência direta da administração. Com esta aproximação do poder público, lhe é concedido mais um papel, que é o de relacionar-se como parceiro das prefeituras, redefinindo sua relação com o poder local.

Assim, este “novo” sindicato apresentado a partir de suas intenções e suas práticas, diferencia-se qualitativamente do “velho” sindicalismo, provocando um repensar do campo sindical. Todavia, determinar este atual período do sindicato rural a partir da discussão sobre ruptura com o formato anterior não parece ser uma abertura para a reflexão das transformações hoje vividas. Agora, o que temos de mais evidente, e está no texto adiante, é o perfil dos atuais dirigentes sindicais que diferentemente das outras velhas lideranças, encaram o campo sindical como um recorte de um campo político, e reconhecem-se jogadores conhecedores do jogo de poder exercidos dentro e fora da estrutura, proporcionando novos mecanismos de mediação para o desenvolvimento de ações e perspectivas para o desenvolvimento.

2.3 O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ARARA: COMO AS LIDERANÇAS DETERMINARAM A AÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.

“Sem terra, trabalho e comida a vida não há...”

Manoel Pompeu – Congregação Mariana

Gabriel de Sousa – Pastoral da Terra

Ora, diante do que foi exposto realçamos aqui a obrigação de apresentar a história de formação do STR, enquanto instância articuladora dos trabalhadores rurais do município de Arara - PB, descrevendo sua trajetória desde a origem, as ações, composição interna, como as posições políticas e ideológicas. Neste contexto desenvolve-se uma reflexão sobre o processo vivido pelas lideranças²² desde o período de formação, desenvolvimento e consolidação da

²² Aqui optamos por utilizar a metodologia da história oral, como melhor instrumento para captar as narrativas de vida, pesadas de lembranças e sentimentos.

instituição, compreendendo assim nos diferentes contextos as relações de poder de um jogo que acontece no campo sindical.

Segundo parte da pesquisa realizada, por meio de consulta das atas de reuniões do STR de Arara²³, entrevistas realizadas e principalmente a história de vida de algumas lideranças (em especial as narrativas de Seu Manoel Ferreira dos Santos, conhecido como Manoel Pompeu, cuja trajetória de vida confunde-se com a história do STR de Arara²⁴), a organização dos trabalhadores rurais do município foi criada através do movimento da Igreja Católica, composta neste contexto (entre 1956 – 1958) por alguns padres estrangeiros que procuravam minimizar a miséria e a fome existente com práticas assistencialistas. Seguindo os relatos, as comunidades da zona rural desta região sempre foram muito pobres, visto a escassez da terra e a carência de bens e recursos, e a Igreja procurava através de doações (leite, fubá, feijão, óleo) feitas por famílias mais remediadas e pela própria instituição prestar auxílio a estas comunidades, não havendo ainda aí a intenção de mobilizar os trabalhadores do campo a se organizarem para formarem redes sociais de cooperação.

2.3.1 Da Conformação à Contestação

Só entrei no ramo de vida do Sindicato porque meus pais quase morriam de fome, no cabo da enxada... aí fiquei uma pessoa revoltada (Manoel Pompeu).

Nascido no Sítio Jabuticaba – comunidade rural de Arara, no ano de 1923, filho mais velho de pequenos agricultores que se detinham no cultivo de feijão, milho e fava, Seu Manoel começa a trabalhar alugado aos 13 anos de idade, depois da morte de seu pai para sustentar a família (de oito irmãos) e manter suas “3x50 de terra”. Aos 20 anos começa a freqüentar a escola para ser alfabetizado e no ano de 1953 resolve migrar para a cidade do Rio de Janeiro, num pau-de-arara, para trabalhar na construção civil. Na “cidade grande” conhece novos espaços de diálogo, novos temas, têm acesso a novas informações, vivencia outras

²³ Foram realizadas leituras e análise de todas as atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do STR de Arara, realizadas mensalmente, datadas dos anos de 1977 a 2009. No decorrer do trabalho serão apresentadas citações destes documentos.

²⁴ Decidimos que no decorrer do trabalho a apresentação da trajetória do STR de Arara será por vezes apresentada através da história de vida de Seu Manoel Pompeu, que é contada sempre a partir da fundação do STR e findada até sua última participação como líder da organização.

relações. Sobre uma possível reflexão crítica a respeito desta nova situação, conta sobre um encontro com seu patrão:

Um dia encontro com um homem engravatado, que se apresenta como dono do prédio... ele tinha uns 20 prédios na cidade e começa a puxar conversa sobre a pobreza do Norte e a riqueza do Sul. Um dia perguntei se ele não se sentia mal com tantos bens, com tanta gente pobre sem nada e ele com tudo. Ele disse que todo ano doava um caminhão de mercadorias para a Igreja. Eu disse que isso não resolvia os problemas de todo o povo, que isso não chegava para a fome do Nordeste. E ele falou sobre umas leis que o Governo tava pensando para ajudar os homens do campo... E eu pensei nisso... se resolvia, pensei se não era o povo que tinha que se unir... Depois voltei para o norte sempre pensando nessa conversa... (Manoel Pompeu).

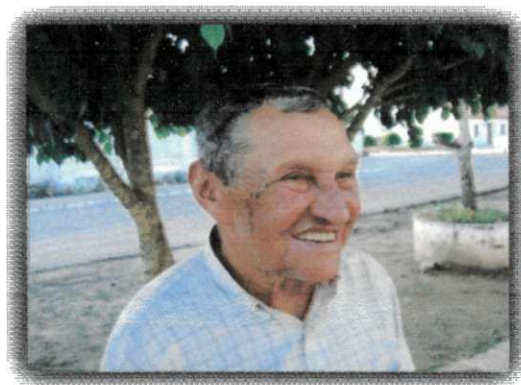
De volta, Seu Manoel envolve-se com as ações da Igreja e com a Congregação Mariana, que tinha um trabalho de assistência local (doação de alimentos), e em 1958 começa a freqüentar as reuniões realizadas por um grupo sobre os problemas dos trabalhadores rurais, no município de Serraria. Motivado pelas discussões, se une com mais dois amigos, Severino Jerônimo e Manuel Hortêncio e em 1960 fundam a Delegacia de Sindicato, pertencente à sede de Serraria, com a ajuda do movimento da Igreja. Resolvem então acabar com a doação de alimentos para a comunidade pobre, por acreditarem que este não era o papel da entidade. Na data de 26 de agosto de 1963 a entidade passa a ser reconhecida como Sindicato através de envio de Carta Sindical, tendo como primeiro presidente o senhor Severino Jerônimo, que logo renuncia o cargo, em 1964, por receio da Revolução. Assume então Manoel Hortêncio e Manoel Pompeu, que resistem as investigações e ameaças dos militares, freqüentes neste período. Como é sabido, havia por meio do Regime Militar uma hostilidade em relação aos movimentos e organizações civis, em especial se estas estivessem vinculadas ao movimento das Ligas Camponesas, o que não era o caso do STR de Arara, que nunca manteve aproximação com o movimento. Todavia, e isso serve para registro histórico do município, Seu Manoel Hortêncio ainda foi levado pelos militares à base localizada na cidade de Sapé para prestar maiores esclarecimentos de seu envolvimento no STR, só sendo liberado após comprovarem sua ligação com a Igreja. Por sua vez, Manoel Pompeu foi vigiado e acompanhado por militares durante vários meses, até apresentar a idéia de afixar um quadro com a fotografia do então Presidente Castelo Branco²⁵, como forma de ludibriar as investidas

²⁵ No município é freqüente se ouvir as histórias da “prisão” de Seu Manoel Hortêncio e de Seu Manoel Pompeu, que segundo os causos contados, foram torturados pela ditadura em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ambos são conhecidos como heróis desse período, verdadeiros líderes sociais. Entretanto, segundo Seu Manoel Pompeu, não houve prisões, nem torturas, mas entende a necessidade das pessoas terem um referencial de

da ditadura. O quadro é logo retirado, visto as posições ideológicas dos diretores sindicais. É interessante ressaltar que no município é freqüente se ouvir as histórias da “prisão” de Seu Manoel Hortênsio e de Seu Manoel Pompeu, que segundo os causos contados, foram torturados pela ditadura em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ambos são conhecidos como heróis desse período, verdadeiros líderes sociais. Entretanto, segundo Seu Manoel Pompeu, não houve prisões, nem torturas, mas entende a necessidade das pessoas terem um referencial de liderança na comunidade. Estas histórias míticas são importantes enquanto fator de reprodução da figura carismática da liderança.

A partir do ano de 1968, Manoel Pompeu, com o apoio da Igreja, assume sozinho a liderança do STR, ficando na função de presidente até o ano de 2002, quando resolve “lançar” candidato o associado Gabriel de Souza, mas ainda ficando no cargo de vice-presidente. Durante todo o tempo de gestão do STR, Seu Manoel Pompeu preocupa-se em seus discursos com a possibilidade de mudança, conseguida através da união dos trabalhadores rurais e a tomada de consciência de sua classe. Nos documentos consultados, se observa que em todas as reuniões mensais a pauta de forma organizada dirigia-se a discussão da necessidade de contestação a situação desigual dos trabalhadores rurais, e que a instituição deve ser um espaço de luta pela reivindicação de direitos e não só um lugar de assistência.

Figura 4. Foto de Seu Manoel Pompeu



“Sindicato é órgão de classe que representa o homem da terra”. (Manoel POMPEU).

liderança na comunidade. Estas histórias míticas são importantes enquanto fator de reprodução da figura carismática da liderança.

As atividades do STR no período de 1964 a 1969 sob o comando de Manoel Hortênsio e Manoel Pompeu - sendo o primeiro considerado legalmente o presidente da entidade²⁶, mas, desconsiderado como líder por alguns associados e pelo próprio Manoel Pompeu, podem ser sintetizadas em viagens para congressos, participação em movimentos sociais e assistência: benefícios, auxílio-alimentação. Não existem documentos sobre este período, apenas a Carta Sindical e quadros com fotos e texto, exposta no prédio, que legitima a existência do STR de Arara. Seu Manoel já começa a despontar como um líder comunitário em potência, que sempre atrelado ao movimento da Igreja, é indicado a responder pela partilha de terras em Arara, já que a Igreja, neste tempo, é a detentora da maior parte de terras deste novo município²⁷.

Em abril de 1969, em eleição realizada na Federação dos Trabalhadores na Lavoura da Paraíba, finalmente foi eleito pelos representantes desta entidade o Sr. Manoel Pompeu como presidente do STR de Arara. Já reconhecido por sua atuação administrativa nas comunidades, deliberada pela Igreja, e seu discurso reivindicatório na entidade, Seu Manoel segue fortalecendo sua posição enquanto principal líder carismático:

Eu fiz muita coisa boa pra essa gente... dava a terra ou botava pra trabalhar. Como eu vi as terras tudo desocupada, só o sol tomando conta... A Igreja deu ordem para administrar e eu tirei seis ruas pra dar chão ao pobre. Eu que libertei esse povo sofrido. (Manoel Pompeu).

Depois dessa primeira vitória como presidente, Seu Manoel não desocupa mais a “cabeça” do sindicato, mesmo havendo invariavelmente eleições a cada três anos. Segundo ele, às vezes apareciam candidatos empurrados por políticos querendo tirá-lo de lá, já que ele não “dava cartaz” para a política partidária e era ali que ele segurava mais uma vez o mandato, pois não iria entregar o sindicato nas mãos da política. Neste tempo, a ação sindical pode ser resumida na reivindicação pelos direitos dos trabalhadores; na organização das terras da Igreja; na distribuição de remédios e oferta de assistência médica, na participação de encontros e congressos e na promoção de reuniões mensais para o debate da atuação do movimento nacional. Já sobre a influência do sindicato na mobilização dos trabalhadores para uma possível ação coletiva, foi citada a organização de mutirões para construção de açudes e barragens. Ainda na década de 80 se observa uma experimentação de um projeto de ação

²⁶ Após a renúncia de Severino Jerônimo, primeiro presidente constituído e que ocupa o cargo por pouco menos de um ano, assume a direção do STR o Sr. Manoel Hortênsio da Cruz em consonância com Manoel Pompeu.

²⁷ O município de Arara só se torna emancipado no ano de 1961, sendo até então distrito do município de Serraria.

coletiva: o cultivo de feijão por um grupo grande de agricultores em uma terra comum e a idéia de uma cooperativa para viabilizar a compra, troca e venda deste feijão, tudo numa economia pautada pela lógica do mercado. O projeto de agricultura foi implementado em terras da Igreja e teve a participação de vários trabalhadores sócios do sindicato, mas, na colheita, não se tinha mais o grupo, este se dispersou, angustiado com a idéia de dar seu trabalho e receber de menos o provimento. O diretório sindical preferiu não insistir, divide a quantia de cada um e parte para a luta da reforma agrária.

Especialmente nos anos 80, influenciados pelas constantes reuniões regionais o Sindicato começa a se envolver no debate sobre a luta pela terra. É comum verificar nas atas de suas reuniões mensais com os associados locais o discurso de Manoel Pompeu em promoção da reforma agrária, sempre as encerrando com a seguinte citação: “prefiro morrer na luta a morrer de fome”. Ainda consegue em suas reuniões articular alguns associados para participar do movimento em outros municípios. Mas em meados deste mesmo período, começa se verificar uma menor participação dos sócios nas reuniões. Em um dos pronunciamentos, por exemplo, o sócio fala que esse discurso de libertação não interessava pra eles, que a maior parte dos trabalhadores já possuía sua terra, e os que não a tinha, também não iam se arriscar a sair das pequenas propriedades das quais eram moradores. Para verificar o decréscimo da participação dos associados ao longo do mandato de seu Manoel, segue quadro com frequência dos sócios em reuniões mensalmente realizadas pelo STR de Arara:

Quadro 3. *Frequência de associados em reuniões mensais do STR de Arara*

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1979						79	51	71	75	60	62	78
1980	40	45	53	40	64	*	53	42	*	*	200	62
1981	198	56	41	45	*	40	32	60	40	32	38	33
1982	33	43	27	*	48	24	32	25	20	22	*	30
1983	25	18	27	32	*	15	17	30	21	25	99	*
1984	*	53	32	53	*	10	17	16	17	20	22	45
1985	*	29	23	36	35	22	37	28	19	16	40	23
1986	22	27	28	17	25	14	15	15	*	15	*	9
1987	*	26	51	23	26	50	15	21	9	22	20	12
1988	15	*	*	7	17	*	60	*	*	*	*	*
1989	*	10	15	11	*	*	17	*	10	15	*	10
1990	16	13	17	15	30	12	18	20	9	12	*	15
1994	8	10	18	17	40	18	22	20	10	15	12	*
1998	12	25	60	80	18	*	18	25	23	13	15	20
1999	13	10	12	20	44	9	10	14	18	20	16	12
2000	**	**	**	**	**	**	**	**	**	15	13	22
2001	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**	**

2002	**	**	**	110	80	82	50	70	100	95	70	95
2003	35	80	75	86	80	96	92	78	83	90	80	200
2004	80	92	98	150	120	160	100	110	87	80	130	180
2005	54	68	60	57	80	85	47	34	55	82	80	200
2006	32	40	60	64	86	78	70	80	90	100	95	140
2007	25	41	52	50	77	70	85	88	85	95	120	184
2008	43	55	65	64	87	70	72	86	80	83	70	150
2009	60	55	72	52	50	65	68	75	82	74	65	205

Elaboração própria a partir da consulta de atas do STR de Arara.

É importante aqui destacar que a ausência de números corresponde a não realização das reuniões, devido à participação do diretor sindical em outros encontros extra- municipais ou como nos anos de 2000, 2001, 2002 em que não foi descrito nos documento o número de participantes. Já os números maiores correspondem às datas de prestação de contas ou eleições do diretório. Com ressalva o ano de 1980 (ver linha 2), que no dia cinco de novembro tem na sede do STR a presença de 200 associados rurais para participar de reunião com Frei Aquino Torres e os presidentes do STR de Bananeiras, Mari e Alagoa Grande – João Almeida, José Martins e Margarida Maria Alves, respectivamente. Segundo os entrevistados, os associados sempre pareciam animados quando se trazia convidados para relatar experiências. Seu Manoel, contudo, se resignava a não abrir muito a entidade, pois havia muito “malandro sabido querendo se aproveitar do pobre trabalhador” (Manoel Pompeu). Antes preferia participar das reuniões e encontros que aconteciam fora do município e em seguida relatar nas reuniões mensais do STR local. Presente em quase todos os encontros nacionais, realizados em Brasília, também viajou para São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e outras capitais para acompanhar o movimento nacional. As viagens realizadas, o encontro de espaços novos e temas de comunicação, proporcionam ao presidente do STR um novo capital cultural e social que o distinguia do grupo sindical local. A circulação das informações e questões rurais da comunidade eram passadas essencialmente pelo intermédio do dirigente sindical, que fortalece a sua imagem de liderança através da rede de diálogo.²⁸

Esta rede, entretanto, não possibilita uma maior interação entre os sujeitos vinculados, de modo a criar laços fortes de confiança e cooperação, necessários para efetivação de projetos de cunho coletivo, a exemplo; a idéia do cultivo e cooperativa do feijão. A rede criada pelo STR de Arara serve antes para ampliar o capital social da liderança, no caso de Seu Manoel, que se apropria de bens sociais produzidos coletivamente, como o conhecimento.

²⁸ Rede de diálogo, segundo Sabourin, significa uma “rede de comunicação interpessoal” (1999). Estruturada a partir das relações de comunicação (afetivas, profissionais ou ocasionais) entre indivíduos de um dado grupo social.

Todavia, a questão aqui está não no beneficiamento individual do recurso, mas na forma que é mediado, podendo inclusive tornar-se um elemento excludente.

2.3.2 Da Contestação à Inovação

A comunhão gera a vida... não é possível amar a Deus sem amar ao próximo e sem formar comunidade (Gabriel de Sousa)

Enquanto isso na comunidade rural do Sítio Araçá, atrelado ao trabalho de base da Igreja Católica, o agricultor Gabriel de Souza - futuro líder sindical, exerce uma forte participação em atividades de catequese e com as questões da Pastoral da Terra – CPT. Em 1989 intensifica ainda mais sua participação e começa a sair do município para frequentar reuniões, palestras e cursos sobre cultivo e manejo da terra.

Atento as informações recebidas por meio do ingresso destes novos espaços, começa no ano de 94 um trabalho em sua comunidade, com o objetivo de incentivar a participação e associação dos trabalhadores daquela localidade. Consegue assim fundar a Associação Comunitária dos Trabalhadores do Araçá, que em 1998 sedia cursos voltados para a agroecologia. Em mais alguns anos torna-se o presidente da associação e em 2001 consegue um importante projeto de irrigação para a comunidade. O grupo então percebe o poder de liderança de Gabriel e a importância de ampliar suas relações e cobram do seu líder uma maior proximidade com o STR de Arara.

O STR por sua vez, segundo Gabriel de Sousa, se fecha para o conhecimento e difusão das ações que a comunidade do Araçá vem executando. Em seu entendimento, Gabriel acredita que os dirigentes sindicais tinham medo de perder posição. Não demora muito, e no mesmo ano, Gabriel já conhecido pelo trabalho desenvolvido no Sítio Araçá é incentivado à candidatar-se a presidência do STR. Todavia a questão primeira não é concorrer à eleição com uma liderança que está no poder a quase 40 anos, mas enfrentar o processo de inscrição da chapa. O futuro presidente encontra aí sérias dificuldades para obter informações sobre a eleição e o processo de composição das chapas. Confuso, e sem as informações, Gabriel considera o diretório sindical como mais um “pelego” e vai ao encontro da FETAG, para entender os mecanismos da eleição. De volta, preocupado com um possível conflito, Gabriel

cria uma estratégia de aceitação e “monta” a chapa da diretoria, convidando como vice-presidente Seu Manoel Pompeu. A idéia funcional surge de um pensamento comum: “não tem quem tire Seu Manoel, é melhor logo se coligar com ele, só assim pra entrar”. Seu Manoel, ainda hesita, pois pretendia o cargo para sua filha; entretanto, temeroso em perder uma eleição (coisa nunca acontecida) e ser “desbancado” na sua própria casa, acaba aceitando a proposta.

Agora o STR de Arara tem duas fortes lideranças atuando na presidência. De um lado, continua o antigo protagonista que continua na linha de frente da organização, do outro, Gabriel, que é conduzido a exercer a função de secretário, em uma sala a parte. Esta convivência, entretanto, é de pouco tempo, haja vista a tomada de decisão do atual presidente em reivindicar a função devida. Aqui, é interessante tomar nota de como Gabriel visualiza as relações de poder existentes no campo sindical e sua capacidade de negociação, de forma a tentar superar as formas de resistência sem um embate direto com a antiga liderança e seu grupo. Destarte, Gabriel vai aos poucos tomando conta do ambiente sindical com propostas inovadoras de mudança e apoio crescente dos associados, enquanto Seu Manoel vai a cada dia diminuindo sua participação na entidade.

Com poucos meses após a sua posse, em 2002, Gabriel já tem realizado uma série de atividades, como: auditoria da instituição, visitas ao campo para incentivar a participação dos trabalhadores e a principal que foi a reforma na estrutura física do prédio. Para Gabriel, estas primeiras mudanças surtiram um efeito positivo, que acarretou bons resultados em relação aos objetivos de curto prazo definidos pela entidade: os associados começaram a freqüentar as assembléias e os sócios inadimplentes a atualizar o pagamento. Assim, neste ano, sobe de 150 sócios em dia com as contribuições (de 2.000 associados) para 1.500 sócios contribuintes. Animado com os resultados, Gabriel inicia sua proposta de inovação, através da observação da função das redes de diálogo e a proposta de criação de redes de ajuda mútua ou de intercâmbio. Assim, primeiramente, procura compreender os meios por onde circula a informação e a produção de conhecimento entre os agricultores, identificando-os e respeitando-os em lugar de ignorá-los ou mesmo destruí-los. Em seguida, atento ao papel de mediação do STR nos processos de mudança se relaciona com outros dispositivos coletivos e institucionais, de forma a propiciar novos temas de conhecimento para possíveis experimentações.

O STR de Gabriel amplia assim sua rede de relações, tendo no Pólo Sindical o principal parceiro no projeto de desenvolvimento para o meio rural. Entende ainda que esta perspectiva só será possível com a resolução do “dilema” da ação coletiva, que por vezes impossibilita a ação organizada, devido a motivações voluntárias, subjetivas e políticas. A partir de então o STR deverá atuar como um mediador político que além de fazer uma contestação à forma como é organizada a assistência aos agricultores das comunidades locais (assistencialismo), defende a definição de um conjunto de outras práticas sociais consideradas mais adequadas. Assim, já neste primeiro ano são implementadas ações de cunho coletivo mediadas pelo “novo” STR, como a implementação de cisternas de placas, e a construção de barragens subterrâneas.

Ao definir este conjunto de práticas sociais, objetivando uma mudança social, pode-se aqui perceber a instauração de conflito entre duas racionalidades, dois sujeitos que fazem leituras antagônicas da realidade. Conflitos estes que assumem um papel importante neste estudo sobre capital social. E embora se revestindo de formas variadas, eles se definem como uma relação de oposição entre atores sociais que participam de uma estrutura que luta por recursos idênticos: “Terra, trabalho e comida...”, mas que usa meios distintos para sua apropriação.

Conflito instaurado, e percebido através da trajetória, o momento a seguir é mostrar como o dispositivo STR, reconfigurado pela liderança, amplia seus espaços de participação na organização política do município. Parece que o novo comportamento do dispositivo começa a possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, que é a relação direta com a gestão municipal.

Figura 4. Foto de Gabriel de Sousa



"O Sindicato é a ponte para se fazer comunidade" (Gabriel de Sousa - de azul - em assembléia sobre os Territórios da Cidadania, EMBRAPA - CG, 2008).

2.3.3 A Dinâmica do STR e a Gestão Municipal

A participação da organização sindical em várias instâncias do município se efetiva em 2005, quando seu presidente, Gabriel, se elege vice-prefeito de Arara, PB. Numa campanha eleitoral acirrada, em que a população da zona rural teve um importante destaque, o ano de 2004 vem veicular o STR para o cenário da política local permitindo a entidade constituir, no ano seguinte, espaços mais democráticos de debate e deliberação das problemáticas rurais.

Arara, que é o *locus* de nossa pesquisa, está localizada no Agreste paraibano, precisamente na microrregião do Curimataú Ocidental, em uma área de 88.858 km². Até o ano de 2008, possuía uma população de cerca de 12.698 habitantes. A economia do município hoje se fundamenta principalmente nas atividades de comércio e serviços, vindo em seguida a agropecuária, que participa especialmente com a produção de milho, feijão, mandioca, algodão e fava²⁹, e na criação de bovinos, caprinos, suínos e ovinos. Na política, tem-se como atual prefeito o senhor José Ernesto dos Santos Sobrinho (2005 – 2012), do PMDB, que assumiu o cargo em janeiro de 2005, sendo eleito com 44,37% dos 3.293 votos válidos recebidos, vencendo José Ibiapina Soares do Nascimento (2001 - 2004), do PFL, que obteve 43,2% dos votos, e que na ocasião buscava sua reeleição.

O STR e a atual administração se encontram a partir da filiação de Gabriel no Partido dos Trabalhadores – PT, que resolve, no ano de 2004, a convite do candidato do PMDB lançar o presidente do sindicato ao cargo de vice-prefeito nesta coligação. É animado com a presença carismática do líder sindical, que o então candidato, José Ernesto, investe numa campanha populista, usando a emoção como principal arma na conquista dos votos e o espaço rural como propaganda figurativa de mudança, haja vista as ações inovadoras que estavam se configurando no município através da mediação do líder sindical e que até então não tinham a parceria da gestão do prefeito em vigor, José Ibiapina. Dessa forma, foi elaborada uma

²⁹ Para mais informações sobre a história, geografia, demografia, turismo, economia e política do município de Arara consultar documento em anexo.

campanha intitulada: “a campanha do *tostão* contra a do *milhão*”, que torna-se o tema chave no percurso eleitoral. Seu significado estava relacionado a situação econômica do atual prefeito, que possuía um alto capital econômico em detrimento dos poucos recursos materiais dos candidatos opositores. E assim, em pouco tempo, uma grande parte da população, deliberadamente, presta apoio a esta proposta de mudança, de tal forma que se tornam a principal fonte financiadora da campanha.

O povo é danado, quando quer não tem jeito... pegavam o dinheiro de Biruca (José Ibiapina) dizendo que votava nele, e levava no envelope mesmo pra Ernesto e Gabriel fazer os comícios. Não era festa grande como as de Biruca, mas dava muito mais gente. Uns ainda pagavam o caminhão do palanque, dava os foguetão, refrigerante, pagava o forró, e assim foi... (Joca Freire, agricultor aposentado).

Desta forma, a oposição conquista a vitória e em 2005 o STR de Arara ganha seus novos parceiros, entre eles a Secretaria de Agricultura do município. Sobre a ligação da entidade sindical e sua gestão no município, comenta o prefeito eleito:

Trabalhei na agricultura até os 21 anos, quando sai pra estudar. Mas nunca esqueci minha identidade formada no meio rural. Por isso sempre dei ênfase ao trabalhador rural, com ou sem mandato... sempre defendi os direitos dos menos favorecidos (José Ernesto, prefeito)

José Ernesto dos Santos Sobrinho possui três mandatos de prefeito no município. Filho de pequenos agricultores contraria a vontade de seu pai e afasta-se do campo para se dedicar aos estudos. Acaba se formando em Matemática e Direito, e começa atuar como advogado de causas trabalhistas e prestando assistência a processos vinculados a questões rurais. Mais tarde encontra o campo político, apresentado pelo compadre José Ibiapina Soares do Nascimento (PSDB), empresário da cidade, que também o convida para participar como vice-prefeito de sua futura gestão, isso no ano de 1992. Saem vitoriosos na campanha e ambos assumem a gestão municipal em janeiro de 1993, mas, Ernesto não terminará seu mandato até o fim de dezembro de 1996, haja vista uma série de desentendimentos políticos com o atual prefeito. Resolve então manifestar seu descontentamento perante a situação, e começa um trabalho gratuito de prestação de serviços aos trabalhadores da cidade (na área de direitos trabalhistas). Apoiado por alguns grupos resolve candidatar-se a cadeira de prefeito pelo PMDB na eleição que já se aproximava e para surpresa de muitos, Ernesto vence a eleição de 1996 com um discurso sobre o ‘Respeito’, fazendo alusão a forma “grosseira” como o prefeito

Biruca (apelido de José Ibiapina) tratava a população. E assim assume a administração do município do ano de 1997 a 2000, quando mais uma vez, disputará a escolha com seu adversário José Ibiapina, que acaba vitorioso, permanecendo no poder até o ano de 2004, quando em mais um embate político, José Ernesto retorna ao cargo de prefeito, com o lema: “Por respeito a você”, que evidencia a questão de compra de votos (é a campanha do *tostão x milhão*).

Figura 5. Comício realizado pelo PMDB, no ano de 2004, em Arara – PB.



A campanha de 2004 do PMDB vinha mais uma vez enfatizar a questão do respeito à população do município, mas agora realçava em seus discursos a importância dos espaços rurais e das pessoas que neles viviam. Trazia dessa forma uma novidade na redefinição das questões referentes à relação campo/cidade, ao lugar do agricultor na sociedade. O discurso agradou em especial a população rural (a maioria declarou sua intenção de voto a favor do partido) que se sentiu reconhecida diante da cidade, esta que por vezes desconhece importância econômica e social do meio rural. E assim, grande parte dos comícios e palestras do partido se realizava nas comunidades rurais e agora era a população da cidade que se deslocava para o campo onde encontrava o líder sindical, presença imprescindível neste contexto.

Sobre as motivações que o levaram a escolher Gabriel para compor sua chapa, Ernesto reconhece que a figura do sindicalista seria a ideal, pois representava a mudança (já materializada na nova cultura sindical), uma caricatura da luta, um reflexo da sua proposta de campanha, cujo tema era a renovação. Para José Ernesto, o candidato a vice-prefeito escolhido preenchia todos os requisitos para fazer parte da política, pois além de residir no campo ainda era identificado com setores da igreja. E assim, Gabriel mesmo sem recursos

econômicos para contribuir na campanha, torna-se o grande trunfo do grupo da oposição, pois detem em si (em comum com o STR) um forte capital simbólico e social, a ser ampliado constantemente através de sua inserção em campos sociais diversos.

Contudo, e isso é importante destacar, só o relacionamento com estes campos ou redes não o torna depositário de capital social, é preciso antes participar do campo, atuar no jogo de poder, e não ser um mero observador. E é assim que Gabriel ou o próprio STR agem ao decidirem não somente observar a gestão municipal, mas participar, tentando mexer nas peças de forma a distribuir o poder centralizado. E parece aqui haver uma certa conivência das partes envolvidas, um espaço mesmo de negociação que afasta as possíveis situações de conflito e promove o emponderamento, que é de certo modo concedido.

Basta dizer que o presidente do STR, que é vice-prefeito, é também o presidente do Conselho do Programa Bolsa Família. E sempre eu o incubo de me representar em reuniões voltadas para as atividades rurais. Assim, sempre está presente, quando não vai na qualidade de presidente, vai como vice-prefeito (José Ernesto, prefeito).

No caso do prefeito e da sua própria gestão, é a concessão do STR que o torna participante efetivo dos espaços rurais do município. Para o prefeito, esta é uma estratégia de estreitar, encurtar os caminhos entre as comunidades rurais e o poder público municipal. Além disso, segundo ele, sua presença enquanto representante direto do município, torna as negociações mais fáceis, as pessoas se sentem mais participantes da gestão, pois atuam diretamente, seja ouvindo, discutindo e resolvendo as questões. Isso pode resultar numa maior confiabilidade, importante componente para as relações estabelecidas e para o desenvolvimento do espírito de cooperação.

Hoje, o prefeito e uma grande parte de seus secretários (saúde, educação e agricultura) participam junto com o STR, não só das reuniões nas associações comunitárias, mas também de muitos eventos ligados a questão rural. Dentre elas destacamos especialmente o Projeto do Centro de Vivência com os Municípios do Curimataú da Borborema, que já está sendo construído em Arara e que teve a intervenção do prefeito de modo a garantir a estrutura do pólo no município. Preocupado com o mau uso que outros gestores poderão fazer desta ação, garante que a direção do centro estará nas mãos de ONGs competentes, a exemplo da Arribaça ou ASPT-A, na tentativa de descentralizar o poder.

Figura 6. *Centro de Vicência do Curimataú da Borborema, 2009.*



2.4 A CONSTRUÇÃO DE NOVOS BENS COLETIVOS

Assim que o STR de Arara consolida seu novo comportamento organizacional, estabelecendo certa unidade com o seu grupo, todos os esforços passam a ser direcionados para a discussão e elaboração de estratégias para um plano de desenvolvimento das comunidades. Atento as comunicações da rede do Pólo Sindical, percebe a necessidade de uma objetivação das propostas de práticas sociais já pensadas, pois do contrário, a proposta de emancipação dos sujeitos através do bem coletivo e, por conseguinte, seu desenvolvimento social não existirá, haja vista que o discurso sem a consolidação da prática não é um bom motivador à participação do grupo.

Ora, mesmo buscando compreender o novo papel do STR em relação ao atual modelo de desenvolvimento, o grupo que faz parte desta organização ainda apresenta uma forte resistência às mudanças que estão sendo desveladas e que orientam novas práticas, inclusive em municípios vizinhos, como: a) a adoção de modelos tecnológicos baseado na agricultura familiar e em princípios ecológicos, de forma a resgatar e valorizar experiências de conservação de recursos naturais e sistemas de produção; b) e a organização dos pequenos produtores, fortalecidos pela articulação com outros dispositivos coletivos e institucionais. Era o aparecimento de um mecanismo de mediação diferente daquela estrutura de associações rurais tuteladas pelo Estado. Do outro lado, O STR sentia uma certa frustração inicial na implementação de algumas ações de cunho coletivo, como no caso da construção das cisternas de placas: em que os associados não

queriam realizar a experimentação, pois não acreditavam que a estrutura da cisterna pudesse guardar a água, além do que não estavam dispostos a cooperar na construção de um bem que seria para outro, sem saber quando receberiam o mesmo favor. Dessa forma, as primeiras cisternas foram construídas na propriedade rural do presidente sindical, Gabriel e nos terreiros de seus familiares.

E assim, mesmo com visível resistência dos sócios, o STR consegue de forma gradativa mediar uma série de práticas coletivas em algumas comunidades rurais e com isso ampliar consideravelmente o nível de participação, confiança e colaboração dos sujeitos ali presentes. Mas, como foi possível possibilitar estas formas mais intensas de interação social? O que já existia nestes grupos que foi desperto por este dispositivo institucional? E o que faltou no velho STR para se verificar este aumento considerável de atuação coletiva, no meio rural?

Hoje é possível elencar uma série de atividades rurais que são mediadas pela nova configuração do STR de Arara, considerado o principal disparador associativo com força direta na ampliação de capital social, pelo menos em algumas comunidades. Na tabela abaixo, segue a discriminação das práticas sociais presentes hoje nas comunidades rurais do município de Arara. Para não elencar todas elas, foram escolhidas de forma aleatória quatro comunidades de cada área ou região rural:

Quadro 1 – *Relação das comunidades rurais de Arara e sua produção de bens comuns.*

Comunidade Rural	Práticas Sociais de Produção
Sítio Jucá	Tanque de pedra, cisterna, FRS
Sítio Tanque da Serra	Cisterna
Sítio Volta	FRS, poço, cisterna, tanque de pedra, saúde animal, diversificação da produção de forragem.
Sítio Pirauá	*
Sítio Araçá	Barragem subterrânea, FRS, poço, mandala, saúde animal, banco de sementes, diversificação da produção de forragem, cisterna, tanque de pedra.
Sítio Lagoa de Pedra	Cisterna, saúde animal, diversificação de produção de forragens, tanque de pedra.
Sítio Baixa Gameleira	Cisterna, abelhas, FRS
Sítio Serrote Branco	Tanque de pedra, cisterna, diversificação de produção de forragens, saúde animal, abelhas.
Sítio Riacho do Sagüim	Cisterna, FRS.

Sítio Jabuticaba	Poço, tanque de pedra, cisterna, abelha, FRS
Sítio Riacho Fundo	Diversificação da produção de forragem, saúde animal, abelha, cisterna, FRS.
Sítio Saco	Cisterna, FRS.

Região ou área: 1 – Brejo do Roçado
2 – Curimatáu Plano
3 – Agreste Seco

Diante deste quadro, é possível observar que algumas comunidades adotam mais ou menos certas práticas ou produções que outras, ou comunidades que nem possuem tais produções/ações. É por isso que nos esforçamos em compreender qual a real interferência do STR nas comunidades rurais e o que influencia a mediação deste dispositivo que em algumas situações parece promover ou ampliar o capital social.

A partir de agora, nossa matriz de análise são estas práticas sociais, de como se deu esse processo de inovação mediado pelo STR, verificando desde sua implementação (resistência, adaptação, modelagem) até seus resultados, de forma a perceber como é formulado o capital social destas comunidades. Nossa primeira idéia está na discussão sobre reciprocidade e redistribuição, haja vista que se destaca como interesse do STR a utilização de uma prática tradicional dos agricultores familiares, que é a edição do mutirão (versão usada na construção das cisternas de placas). Este modelo de trabalho coletivo, a nosso ver, não enfatiza somente a perspectiva solidária e de cooperação entre o grupo, mas apresenta ainda uma proposta de possibilidade de engajamento dos atores, de distribuição de falas, de oportunidades de discussão, lançamento de propostas, de integração na organização deste campo de representação. Nesta proposta a redistribuição acontece no momento em que em vez da somente indicação de porta-vozes, os atores se interessam em defender e instituir a sua representação – é fazer-se representar efetivamente. O trabalho coletivo seria, pois o resgate de solidariedade entre vizinhos, entre os atores sociais de uma comunidade, e ao mesmo tempo seria uma forma de redistribuição da construção de um projeto comum. Assim, a participação de cada membro do campo é a afirmação de que cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, jogá-lo bem, e não simplesmente ser testemunha ou expectador.

Por isso, e também pela impossibilidade em analisar todas as práticas citadas, escolhemos para nossa reflexão o arranjo dos Fundos Rotativos Solidários, que parece se originar com a prática das construções de cisternas, num exercício coletivo, semelhante ao

mutirão. Nesta ação, procuraremos operacionalizar o conceito de capital social ao analisar os processos de confiança, solidariedade, reciprocidade e principalmente de redistribuição, e a influência exercida pela mediação do STR. Ao mesmo tempo estaremos, também, visualizando o aproveitamento deste possível capital social pelo STR e suas lideranças. É importante ainda não esquecer que cada comunidade possui suas diferenças, estas mesmas que promovem sua diversidade, é necessário, portanto cuidar de traçar uma tipologia destas comunidades rurais.

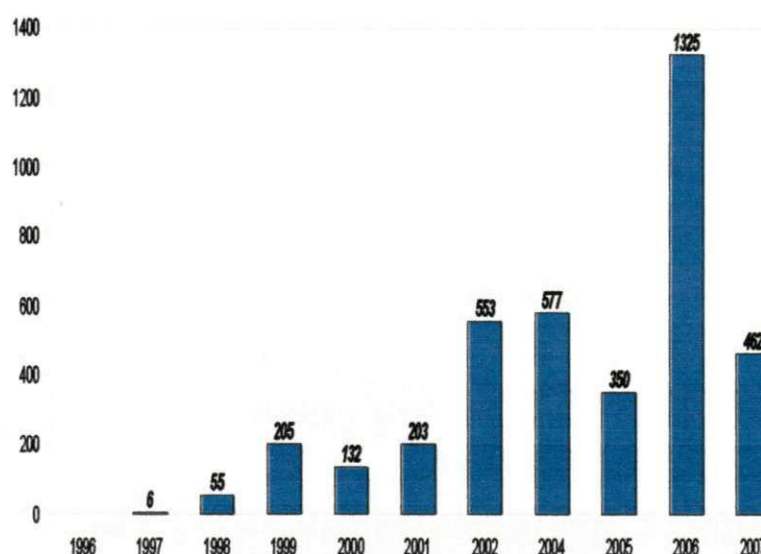
2.5 OS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS: UMA EXPRESSÃO DE CAPITAL SOCIAL?

Os Fundos Rotativos Solidários – FRS têm por primeira intenção permitir aos indivíduos, organizados em grupos e associações, obter um pequeno crédito para a construção de alguns bens, como: uma cisterna, ou uma barragem subterrânea, ou outros itens necessários para que se possa conviver com o Semi-Árido. O produtor então não precisa deslocar-se para ser atendido em instituições formais de crédito, como as instituições bancárias e lidar com burocracia e exigências. Deve antes e somente se organizar com o seu grupo e assegurar futuramente a devolução do recurso que será disponibilizado a outras famílias que também fazem parte da rede. O processo de pagamento da dívida, por sua vez deve ser paga segundo modalidades definidas internamente, ou seja, este processo de empréstimo é definido internamente pelo próprio grupo, decorrente das possibilidades envolvidas, e que variam de acordo com cada realidade local.

Este tipo de arranjo iniciou-se na Paraíba, no ano de 1993, cujo objetivo restringia-se a construção de cisternas de placas, mas ampliou-se a todos os tipos de bens necessários a população. Hoje percebemos que o crédito proporciona a aquisição de barragens subterrâneas, cercas, reflorestamento, compra de animais etc. Reconhecido como experimento institucional, foi a Articulação do Semi-Árido Paraibano – ASA, que inicialmente mediou este projeto e que depois deu origem ao Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC, do Governo Federal. O modelo atualmente é aplicado em alguns municípios, sob a mediação de alguma instituição que agencia comunidades organizadas, em especial as que possuem associações. Estas conseguem por vezes, mobilizar as famílias para participar do programa, acompanham o

trabalho, “controlam” impasses e desarmonias. Hoje, no Agreste Paraibano é a organização do Pólo Sindical da Borborema a principal orientadora desse tipo de dispositivo:

Gráfico 2: *Número de cisternas construídas a partir da mediação do Pólo Sindical: 3.668.*



O elemento mais importante para este estudo, presente neste sistema, é que as decisões são tomadas pela comunidade reunida. É o grupo o responsável direto pela gestão do Fundo: a questão da cobrança das prestações, compra de material, seleção de sorteio para o beneficiados, discussão dos casos de inadimplência. Para as comunidades envolvidas, este exercício de aprendizagem sobre tomada de decisões é um importante passo para a sua organização e autonomia e aumenta o capital social de seus membros.

Em Arara, os Fundos Rotativos começaram a funcionar de modo diverso e em tempos diferentes, haja vista o contexto histórico de cada comunidade rural. Seria arriscado precisar uma data, pois entendemos que os objetivos e forma de organização de obtenção de crédito a partir de uma perspectiva cooperada sempre existiram em algumas comunidades, mas com e em termos diferentes. Ora, o que podemos apontar é o ano em que foi construída a primeira cisterna com este arranjo social: que foi no ano de 2003, na residência do senhor Gabriel de Sousa, líder da comunidade do Araçá e presidente do STR que serviu como experimentador desta prática de inovação. Através do PATAC, seu líder e alguns mais envolvidos, a exemplo de Chiquinho da comunidade Volta, que virá a coordenar a Comissão Água, visitam o município de Soledade para conhecer o sistema. No início o repasse era feito ao STR, só depois a administração dos fundos ficou por conta das comunidades. No entanto, muitas

comunidades tiveram e ainda têm problema para gerir os recursos e sempre voltam a pedir auxílio ao STR. Dessa forma, até hoje, o Sindicato presta assistência na administração de todos os FRS, e cria junto com os líderes comunitários importantes estratégias para conduzir e regular esta forma de produção.

A rede de informação e diálogo com os outros municípios, que fazem parte do Pólo, também é muito importante para organização e manutenção deste dispositivo coletivo. Reuniões acontecem com frequência para socialização dos avanços e dificuldades da gestão dos FRS nestes municípios. O Pólo, por sua vez, é o responsável por esta mediação, através de encontros realizados quase mensalmente e com uma temática específica, sempre relacionada às comissões existentes, a saber: Comissão de Criação Animal; Comissão Saúde e Alimentação; Comissão Banco de Sementes; Comissão Água. Em Arara, estão funcionando de forma regular todas estas comissões, algumas com forte presença na maioria das comunidades, como é o caso da Comissão Água.

Ao participar de algumas reuniões da Comissão Água, cujo tema é sobre os Fundos Rotativos, observa-se uma enorme diversidade de bens que são adquiridos através do sistema de crédito alternativo. Porém, muitas das comunidades rurais que adotam o dispositivo do FRS, não conseguem o sustentar e acabam por abandonar este tipo de organização coletiva. Logo abaixo se tem a síntese de uma reunião realizada em um dos municípios assistidos pelo Pólo.

Quadro 5. *Apresentação de municípios pertencentes ao Pólo Sindical que adotam os FRS.*

Município	Nº de Comunidades com FRS:	Quantos FRS existem hoje:	Quantos funcionam. bem:	Estão apoiando:
Solânea	23	15	08 (6) ³⁰	Casa, banheiros, máquina de costura, tela, criação animal, mini padaria, barragem subterrânea, cisternas, BSC e aluguel de terra e corte de terra.
Casserengue	15	10	03 (2)	Reforma de casas, artesanato, cerca de tela, cisternas, pequenos animais, BSC e mudas.
Arara	12	10	09 (5)	Cisterna, barragem subterrânea, carro pipa, corte terra, privadas, reforma casas, BSC. consultas médicas.

³⁰ Não trabalham mais para financiamento de cisterna.

Remígio	22	15	10 (4)	BSC, cisterna, tela, lona, barracas feira, empréstimo p/ remédio, artesanato.
Esperança	19	07	06 (2)	Cisterna, tela, cadeiras e reforma p/ Sede, BSC, remédio, sepultamento e tela.
Areal	09	03	03 (0)	Tela, lona, cisterna, BSC, artesanato, compra de moinho.
Montadas	07	02	02 (0)	Pequenas criações, tela, cisternas.
L. de Roça	03	01	01 (0)	Cisterna, esterco, viagem, barreiros, cerca arame farpado, remédio, BSC e lona.
Alagoa Nova	19	13	08 (3)	Tela, BSC, criação, barragem subterrânea, lona, cisterna, feira agroecológica barracas, reforma casa.
Matinhas	09	05	03 (2)	Cisterna, BSC, artesanatos, tela.
Massaranduba	08	04	03 (1)	Tela, cisterna, criação animal, reforma casas, compra de remédio, empréstimo, banheiros.
Queimadas	19	17	10 (5)	Cisterna, privadas, reforma casas, tela, empréstimo (bujão) encanação de água, BSC.
TOTAL	155	101	66 (30)	

*Elaboração própria a partir de dados agrupados em reunião realizada em Santa Fé, Solânea PB.

É importante observar que o bem conquistado a ser mais citado por todos estes municípios são as cisternas, que inicialmente foi o objetivo deste arranjo social. Todavia, - e isso se tornou um grave problema para a continuidade do dispositivo – é muitas comunidades que possuem o FRS estão deixando de operar com este tipo de financiamento em decorrência dos programas do Governo Federal, que está beneficiando a população rural com este tipo de recurso: a construção de cisternas do Programa P1MC. Isso tem gerado uma enorme preocupação entre os participantes quanto à continuidade do sistema, já que muitos sócios estão deixando de contribuir, a espera da cisterna pelo Governo. A questão aqui reside no

velho problema da dependência, antes voltada para as elites locais e agora se confundido com os programas e projetos das políticas públicas.

Observa-se em um primeiro momento que a participação nos Fundos seria um exercício da reconquista da autonomia, através da aprendizagem coletiva. Seria uma forma das pessoas se organizarem em busca de um bem, exercitando a confiança, a solidariedade, a reciprocidade e assim fortalecendo seu capital social. Por outro lado, deve-se atentar que o mesmo capital que é gerado por este dispositivo, pode ser um instrumento de má distribuição ou mesmo exclusão para as muitas famílias que não podem contribuir com o fundo, gerando desigualdades.

É neste sentido que esta prática se torna ponto de análise importante, haja vista seu caráter coletivo. A distribuição de bens acontece de uma forma pré-estabelecida, mas não rigorosa, ou seja, existe uma flexibilidade nas ações que possibilitam melhorias ou mesmo irregularidades. O mais importante é a participação dos indivíduos e a sua consciência mais livre em relação à probabilidade de aquisição de recursos por meios mais acessíveis e justos. Além disso, como será visto em um caso mais adiante, é possível a partir de uma maior liberdade e autonomia, uma maior participação na vida pública, a inserção no campo político através das entidades mediadoras, como o STR.

CAPÍTULO 3

DISPOSITIVOS COLETIVOS: UMA ANÁLISE DE REDISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.

3.1 INTRODUÇÃO

A partir do que foi exposto verifica-se que as comunidades cada vez mais reconhecem a importância das ações organizadas de forma coletiva como uma iniciativa eficaz para a realização de fins mais particulares ou obtenção de recursos comuns. Por isso acabam recorrendo cada vez mais a novas formas de organização para assumirem suas antigas práticas, como é o caso da ajuda mútua. Como visto, ainda hoje, e de uma maneira mais forte a instituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é ainda o meio externo mais procurado, já que além de prestar serviços relacionados aos direitos e interesses da classe, também auxilia na administração de outro ampliador de relações: as associações comunitárias, que atuam especialmente como mediadoras locais do manejo de investimentos coletivos.

A proposta do nosso trabalho se fundamenta justamente nesta questão: apresentar os resultados referentes ao estudo de caso sobre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara, na Paraíba, partindo da hipótese de que este dispositivo é a principal agência promotora do desenvolvimento, responsável pelo processo de inovação e fortalecimento da ação coletiva, através da formação de redes sociais que fortalecem o capital social das comunidades rurais. Nosso objetivo é, portanto verificar como esta organização, através de arranjos e ambiente institucional possibilita a formação e ampliação de capital social.

Para definir o percurso de análise e interpretação das possibilidades de organização deste dispositivo e dos outros que se formam em seu entorno como amplificadores do desenvolvimento, propõem-se neste capítulo uma divisão: isto é, primeiro um exame sobre o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, uma categoria de dispositivo coletivo escolhida que serve para operacionalizar o conceito de capital social, já que se caracteriza com elementos constitutivos deste conceitos, como a confiança, cooperação, autonomia; e que se relaciona de forma dependente com o STR. Aqui então, se verifica a existência de níveis de mediação - tanto no plano individual, onde se tem o inventário dos tipos de mediadores; como

no plano coletivo, em forma de dispositivos institucionalizados -, e a sua relação com a questão do poder e da redistribuição. Na segunda parte será analisada com maior profundidade a estrutura sindical através da trajetória de sua cultura organizacional e o reconhecimento dos seus principais eixos estratégicos que possibilitam a formação de redes, que podem auxiliar na ampliação do capital social. Por fim, se faz a crítica deste capital social: a maneira como é repassado, fortalecido, acumulado, numa perspectiva de poder na forma de redistribuição, a partir das questões conceituais expostas e que preocupam a investigação sobre o desenvolvimento.

Outra questão singular que move e deve ser compreendida nesta seção são as intenções e ações destes dispositivos que representam processos inovadores, haja vista que “o papel do dispositivo não é forçar um tipo de comportamento determinado, mas organizar um espaço de eficácia de comportamentos livremente escolhidos de acordo com as finalidades determinadas” (Fusulier, Lannoy, 2000). Assim, veremos também que o desafio dos dispositivos é antes e efetivamente organizar a discussão e as trocas entre atores para definir objetos comuns e produzir normas e aceites legitimados.

3.2 FRS: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE CAPITAL SOCIAL NO MEIO RURAL.

Vimos que o FRS, enquanto dispositivo acionante do capital social, nasce nas comunidades pelo interesse individual e coletivo de se adquirir alguns bens, haja vista que uma rede ativa pode proporcionar vantagens aos indivíduos, as famílias e aos grupos que participam das relações. A água, por exemplo, foi e é um dos fatores que mais impulsionam a formação desta rede ou dispositivo, já que grande parte das comunidades rurais do Nordeste é carente deste bem natural. A água de boa qualidade para estas comunidades sempre foi um recurso custoso, que historicamente dependeu do clientelismo com os conhecidos carros-pipa ou do esforço coletivo dos indivíduos (Diniz, 2002). Destarte, em todas as comunidades rurais estudadas é a família, os amigos e conhecidos da região que colaboram para obtenção deste bem, que dependendo da relação de confiança pode ser racionalizada como um produto comum. “A água é uma riqueza de todos... ninguém deve negar água a ninguém” (Dona Terezinha – Comunidade Tanque da Serra).

Dessa forma, a solução da ajuda mútua para obtenção de recursos, tal como a água, é antiga e aparece sempre com estruturas diferentes, que contêm normas de funcionalidade e funcionamento legitimadas por seus participantes. É importante destacar que a lógica da ajuda mútua não está direcionada somente a produção exclusiva de bens de uso e bens comuns, mas também no próprio vínculo social que deve ser formado e amplia relações sociais e afetivas através da redistribuição (seja pela reprodução da dádiva ou pelo compartilhamento de recursos). No entanto, muitas das comunidades que já operaram com este meio acabam muitas vezes deixando arrefecer esta forma de trabalho, só voltando a experimentar a antiga prática a partir do conhecimento e informações repassadas por outras organizações. No caso das comunidades rurais de Arara é o STR que incentiva esta direção, mediando às subjetividades comuns que estão envolvidas, cujo objetivo é exercitar aspectos relevantes ao fortalecimento da autonomia dos indivíduos e da coletividade.

Para título de lembrança, em Arara, os FRS, solução encontrada para reaver o capital social dos grupos e conseqüentemente maior autonomia e liberdade para seu desenvolvimento -, tem em seu funcionamento, além das associações comunitárias que devem fazer diretamente sua gestão, a participação ativa do STR. Isso porque este arranjo coletivo faz parte da agenda propositiva da organização, que por sua vez apresenta algumas comissões de trabalho, como a Comissão Criação Animal, a Comissão Saúde e Alimentação, a Comissão Banco de Sementes e a Comissão Água, sendo esta última como se sabe, a responsável pela atuação dos FRS. A relação dos FRS de Arara com o STR é bastante estreita, na qual o último detém enorme influência na configuração do dispositivo envolvido, enquanto os FRS despertam interesse no STR, devido seu caráter redistributivo. Para envolver melhor a questão deve-se observar o funcionamento dos fundos nas comunidades rurais: das 12 (doze) comunidades que iniciaram o arranjo dos FRS, ainda funcionam 10 (dez), aqui neste desenho, se tem mais de 90% dos dispositivos ativados. Se compararmos com outros municípios vizinhos que também possuem estes dispositivos (ver tabela 1), mediados pelos seus respectivos STRs será notado uma desistência muito maior, no município de Solânea, que é historicamente reconhecido como uma das mais importantes organizações promotora do desenvolvimento rural do Agreste paraibano, se nela for realizada a mesma análise, teremos somente 15 arranjos funcionando dos 23 iniciais.

Segundo uma apresentação feita pelo STR de Arara sobre sua relação e o funcionamento dos FRS das comunidades rurais³¹, o presidente anuncia que a gestão dos Fundos Rotativos do município está sendo bem processada devido à parceria das associações com o STR, que sempre está presente nas assembléias realizadas mensalmente. Sobre os problemas colocados pelos outros participantes em relação ao controle do dispositivo, o presidente do STR sugeriu algumas estratégias criadas pelo próprio sindicato em acordo com algumas associações, como: encontros mensais para discussão de problemas comuns com registro em ata para as reivindicações e decisões tomadas, confecção de um novo carnê acompanhado de um registro escrito com assinatura de um reconhecimento da dívida, negociação mais flexível em relação à dívida, elaboração de folhetos com as informações necessárias e normas de participação e até adoção do Fundo Rotativo Solidário diferenciado (usado já em Lagoa Seca), que existe para as famílias de baixa renda, de forma a beneficiar também aqueles que não têm condição de fazer uma cisterna ou adquirir algum outro bem, haja vista que neste modelo as parcelas têm um valor menor e o prazo de pagamento é maior. As sugestões do presidente Gabriel e do coordenador da Comissão Água, Chiquinho, foram bem recebidas, rendendo elogios dos companheiros sindicalistas e dos técnicos da AS-PTA que pediram a ajuda do STR de Arara para a elaboração de instrumentos de apoio pedagógico e gerencial às experiências de fundos rotativos solidários. Nota-se que aí a intervenção do STR além de ajudar no acompanhamento da contabilidade, permite também estabelecer uma comparação com a prática de distribuição de cisternas a fundo perdido, demonstrando aos participantes que os recursos movimentados aumentam em relação ao capital inicial. Essa constatação permite responsabilizar o beneficiário, contribuindo para uma maior auto-estima e respeito mútuo entre o grupo.

Em Arara, as comunidades rurais do Jucá, Volta, Araçá, Baixa Gameleira, Riacho do Sagüim, Jabuticaba, Riacho Fundo, Saco, Barra do Salgado e Poço do Gado conseguiram manter o funcionamento dos FRS, e atraem (pelo menos a maioria) bons resultados de acúmulo de capital social. Já as comunidades de Baixa Larga e Cajazeiras, as outras duas comunidades que adotaram o Fundo e desistiram, trabalham hoje somente com a produção das cisternas, através do Programa PIMC. Ainda dentre estas dez comunidades que adotaram o fundo, nove delas o mantêm funcionando bem, e a única com problemas em sua gestão é a comunidade de Baixa Gameleira que, segundo relatos, está quase parando. As relações aí

³¹ Reunião realizada sobre os FRS, promovida pelo Pólo Sindical da Borborema, com a presença de todos os STRs envolvidos na rede.

estabelecidas se configuram basicamente através de processos de mediação entre Associações Comunitárias (cuja identidade é conferida pelas respectivas comunidades, com poder de representação) e o STR, que lhes oferece a oportunidade de fazer a aprendizagem da gestão coletiva de recursos, usando os FRS como meio que favorece a organização das comunidades e mobiliza seu capital social, dando-lhes a oportunidade de criar em seu interior efeitos políticos e conseqüentemente a apresentação de um grupo mais forte e empoderado, capaz de partir para atividades mais ousadas, como é o caso da Comunidade Rural do Araújo.

Mas, apesar desta relação imediata dos FRS com o STR, este plano de trabalho (o FRS) não é de autoria desta última organização, mas, de outra rede: a do Pólo Sindical da Borborema que atua em outros municípios da Paraíba e é auxiliado pela organização AS-PTA. O objetivo da ONG é apoiar a experimentação e a difusão de técnicas e inovações que contribuam para melhorar a convivência dos produtores na região semi-árida. São várias as propostas, como: captação e manejo de recursos hídricos, produção de silagem e os Fundos Rotativos Solidários, que são pequenos fundos destinados ao financiamento de algumas destas inovações (construção de cisternas de placas, barragens subterrânea, etc). Para o Pólo, é importante estimular a criação destes fundos, pois a maior parte das inovações está associada com o crédito deste dispositivo. Dessa forma, as comunidades que possuem fundos rotativos se relacionam mais diretamente com o STR e com o Pólo Sindical, cuja ligação corresponde a uma engrenagem de mediação, cujos movimentos distribui ativos para estes dispositivos, mais ou menos assim:

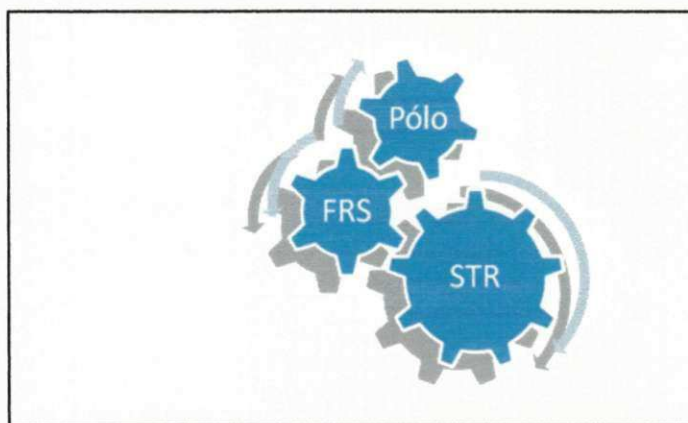


Figura 7. Diagrama de processos de mediação entre os dispositivos coletivos.

Aqui, é conveniente acrescentar que mesmo diante destes movimentos, são os FRS que mais precisam dos impulsos dados pelos outros dois dispositivos, pois a maioria das

comunidades rurais que possuem os Fundos ainda necessita de um acompanhamento regular para seu funcionamento. Isso não é o caso, por exemplo, do STR ou mesmo o Pólo, que não dependem dos Fundos para funcionarem. No entanto, a forma de organização das comunidades com FRS, oferece elementos que fortalecem as estratégias de produção social e, por conseguinte fortalece também o discurso, a estrutura e a posição tanto do STR como do Pólo Sindical.

Deste modo, para se compreender o funcionamento dos FRS e sua relação com o STR, bem como a real possibilidade de ser um instrumento de promoção para formação ou aumento do capital social, é necessário dirigir o olhar para toda a teia de relações que se forma em seu entorno, já que a contribuição dos mediadores é peça chave para a reflexão de processos em curso, das situações práticas de integração e reprodução social. Dessa forma, os Fundos Rotativos Solidários apesar de serem geridos por suas respectivas comunidades rurais, participam de um espaço social marcado por articulações que interferem nos seus vários processos, seja de regulação ou transformação. Apontar, portanto, para um único fator causal responsável pelo desmantelamento do dispositivo torna-se inviável. Antes, é recomendável identificar os diversos fatores de mediação que compõem este dispositivo, relacionando-os na rede, na tentativa de compreender as relações de poder que movem este dispositivo e conferem o capital social.

Como não é possível pelo menos neste trabalho analisar todas as comunidades rurais envolvidas neste tema, escolhemos para verificar a experiência dos FRS e sua capacidade de promover a redistribuição do capital social, duas comunidades que estão funcionando no total de dez: a do Araçá e da Gameleira. É interessante destacar, que ambas não foram escolhidas de forma aleatória, mas pela influência da variável “bom funcionamento”. Assim, dentro das nove comunidades que funcionam bem foi escolhida a Comunidade do Araçá por sua forma de organização e a quantidade de produções, e a Comunidade de Gameleira enquadrada pelo STR com uma associação problemática.

3.2.1 Dois cenários para a redistribuição: os FRS do Araçá e da Gameleira

Foi a partir de 2003 que o presidente do STR, animado com a sua participação no Pólo, convoca a associação comunitária do Araçá, do qual é líder, para realizar a

experimentação de organização do Fundo Rotativo Solidário. A idéia só foi aceita pela comunidade um ano depois, haja vista a noção de risco presente nesta inovação. Contudo, ainda neste ano foi recebida na própria comunidade, na residência do líder Gabriel, a técnica da construção da cisterna de placa que surpreendeu as muitas famílias que não acreditavam que a mesma pudesse segurar a água. Depois dessa prova, não custou muito a convencer outros produtores a adotarem este e outros experimentos: como a construção de barragens subterrâneas, mais cisternas de placas e mandalas. Seguiu-se então o um novo curso na comunidade, marcada pela insistência do STR na adoção de técnicas e inovações. Algumas pessoas da comunidade, devido à própria convivência com o líder Gabriel, que desde o ano de 1989 atuava na comunidade representando a Pastoral da Terra e depois como fundador e presidente da associação comunitária, já possuíam certo conhecimento sobre cultivo e manejo de terra e até sobre a temática da agroecologia. De toda forma, é claro que com Gabriel na presidência do STR houve uma difusão maior de informações referentes às novas práticas, que há certo tempo já estavam sendo implementadas em outros municípios, o que motivou as expectativas da comunidade que logo começou a participar ainda mais ativamente da associação, para discussão dos problemas e alternativas relacionados à comunidade.

Com Gabriel no sindicato as coisas ficaram mais fáceis. A gente até sabia de algumas coisas, porque Gabriel sempre visitava a vizinhança, mas era tudo muito mais difícil. Parece que o sindicato tem mais amizade, entende... tem conhecimento de mais gente. Agora o povo, os técnicos vivem por aqui organizando uma coisa e outra. Pra mim dá pra viver bem aqui, melhor do que na rua. (Seu Limeira, Comunidade Araçá).

Eu acho muito bom ir pras reuniões da associação. Lá todo mundo fala, tem vez. E resolve as coisas do nosso canto, né não? De vez em quando eu viajo também com o pessoal do sindicato. Eu acho importante conhecer as coisas que pode ajudar a gente que vivia esquecido. (Maria Felinto, Comunidade Araçá)

Aproveitando a boa receptividade dos novos conhecimentos e a curiosidade das comunidades vizinhas, Gabriel se engaja na divulgação dos experimentos e convida as outras associações a visitarem o Araçá. Dessa forma, vai conquistando novos adeptos a experimentar os arranjos produtivos e a comunidade do Araçá vai ganhando referência e servindo de modelo para encorajar os outros líderes comunitários a aderir esta nova forma de organização. Os FRS, no Araçá, ainda e especialmente hoje serve de destaque no quesito criatividade e controle, pois na comunidade são quase 30 famílias que participam sem se contar nenhuma inadimplência. É bom lembrar que segundo fontes do STR, se tem no total 85 famílias que participam do FRS nas comunidades rurais do município. Para a comunidade do Araçá, é o

FRS a principal atividade de inovação que impulsiona o planejamento e execução das outras práticas. E aqui, cabe lembrar que a importância maior deste dispositivo não é somente a conquista de recursos tangíveis, mas principalmente os bens intangíveis, pois na medida em que as pessoas vão abraçando esta novidade ou inovação e confiando seus valores, vão se tornando pessoas mais atentas e responsáveis pelos debates que se seguem sobre a questão do coletivo. E aí as discussões vão desde a escolha dos beneficiários, da forma de pagamento, do controle rotativo até a utilização dos fundos para uso comum, como: reforma de escola, festa da colheita, campo de futebol, reforma da igreja. A comunidade vai se tornando mais capacitada para conhecer e interpretar seus problemas e resolvê-los em sua própria natureza, em sua realidade, sem ter a necessidade de buscar soluções fora dela. Só para registro, no ano de 2008, precisamente no mês de novembro foi contabilizado na comunidade o valor de quase R\$ 8.000 (oito mil reais) como fundo de poupança, pronto para ser repassado para os beneficiados.

Eu faço parte dos fundos já faz é tempo. Já tenho cisterna, meus meninos (filhos) arrumaram a casa... Pelo menos aqui o negócio tá funcionando direito. O pessoal é responsável, paga direitinho, não faz medo participar não. No começo até fiquei cabreiro, mas hoje a gente confia. (João da Bodega, Comunidade Volta).

A nossa comunidade é bem organizada, e temos o fundo como o acelerador das atividades. Acho que as pessoas se interessam mais pelas reuniões, pelas decisões da associação, por conta do fundo (Gilson, 2º secretário do STR e filho de Zefinha, presidente da associação comunitária da Volta há 11 anos).

Para Gabriel, o Fundo é o “carro chefe” de todas as atividades desenvolvidas pelas associações comunitárias e pelo Sindicato, pois para que este exista e funcione bem depende diretamente das pessoas envolvidas e não somente das políticas públicas, prefeitura, ou ONGs, etc. E mesmo que o STR estimule a existência do fundo, auxiliando a associação em algumas questões, são os participantes que de fato decidem como o mesmo deverá funcionar. Para ele, é interessante o processo de entrosamento dos participantes:

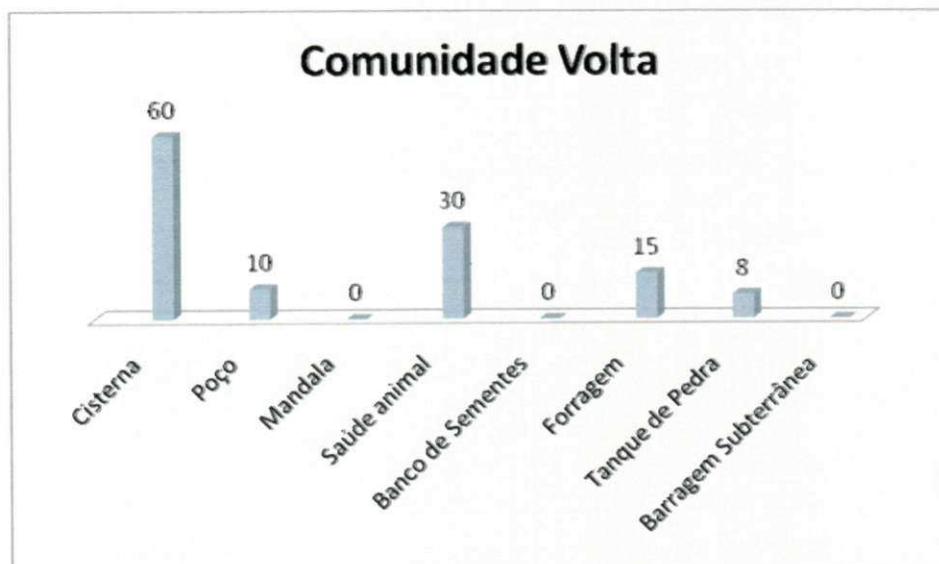
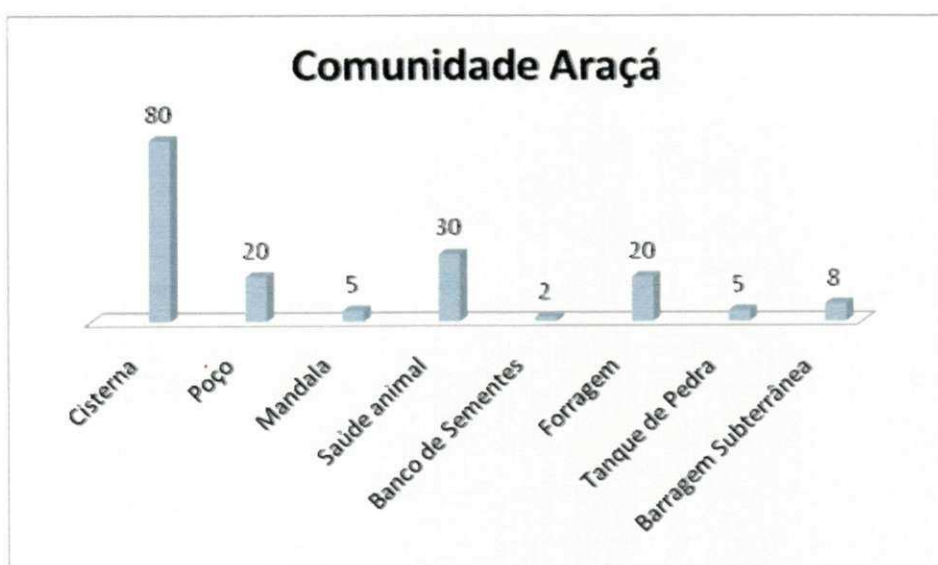
No início, ou seja, nas primeiras reuniões, eles (os participantes) quase não falavam e concordavam com quase tudo. As dúvidas, preocupações, animações aconteciam em outros espaços de diálogo: na feira, no futebol, na igreja, nos açudes... havia um certo receio de questionar, de participar. Talvez tivessem medo ou vergonha de falar sobre essa nova forma de organização. Com o tempo é que foram percebendo que a própria comunidade já trabalhava de certa forma com esse tipo de ajuda. (Gabriel – presidente do STR).

Sou presidente da associação de Volta há 11 anos, e as coisas estão melhorando para as pessoas que moram por aqui. Eu noto que as pessoas que participam do

fundo estão ficando mais espertas, procurando resolver seus problemas, sem esperar que a ajuda venha de fora. E eu digo a elas o que Gabriel vive dizendo: tem que se organizar, formar comunidade de verdade, se não o negócio não vai (Dona Zefinha – presidente da Associação de Volta).

Atualmente os Fundos existentes nas comunidades do Araçá, Volta e Lagoa de Pedra são os mais estruturados, cuja confirmação se dá pela incidência de práticas e técnicas inovadoras que estas comunidades adotam com o auxílio do crédito:

Gráfico 3. Atividades produtivas das Comunidades Rurais que possuem FRS



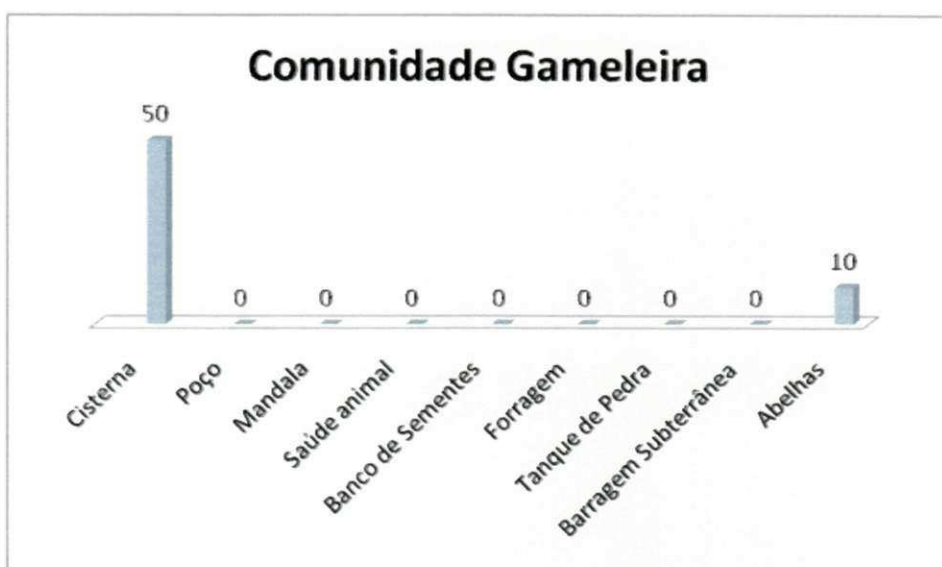


Além destas novas tecnologias, o sistema de crédito dos Fundos do Araçá e destas outras comunidades ainda movimentam um conjunto de outras ações tidas como emergenciais, como: empréstimo para consulta, compra de privadas, compra de remédio e sepultamento. Diante dessas causas, comumente os grupos decidem por elas em primeiro lugar, haja vista o antigo espírito de solidariedade e reciprocidade entre vizinhos:

Se for uma emergência grande nem precisa tá fazendo reunião. Tá aqui o dinheiro e pronto. Quem vai guardar doença? E outra, todo mundo pode vir a precisar. Depois se vê o que fazer... e isso é decisão do grupo mesmo. (Lucia, presidente da Associação Comunitária de Lagoa de Pedra).

Tem humilhação maior do que a pessoa tá doente e ter que bater atrás de político... dá pra mim não. Com essa poupancinha pelo menos a pessoa vai se virando. Agora tem que organizar o negócio, se não... não dá pra quem quer. (Zé Olinto, Comunidade Uruçu).

Aqui é interessante compararmos a produção da comunidade do Araçá com as atividades produtivas das comunidades vizinhas: a comunidade Cajazeiras, que não mais possui os FRS e a comunidade Gameleira, que apresenta problemas na gestão do sistema. É possível comprovar em ambas o pouco avanço na diversidade de práticas e técnicas inovadoras:



Na comunidade Cajazeiras a inadimplência acabou extinguindo o fundo, deixando alguns participantes contribuintes frustrados por não terem o retorno em suas aplicações e por constatarem que o mesmo sistema funcionava em comunidades vizinhas. Segundo eles, foi o líder da associação que não soube conduzir os trabalhos, pois não promovia reuniões e não se discutia sobre as necessidades da comunidade, o que a maioria precisava: “o negócio era pra todos, mas ninguém se encontrava... a turma foi parando de pagar, porque não via retorno. Aqui o negócio não deu certo não.” (Tininho, Comunidade Cajazeiras). Também na comunidade de Baixa Larga, outra que a prática não deu certo, o fundo se interrompeu quando os participantes também acusaram o responsável, agora por desviar fundos: “Dá até raiva, tinha era gente que precisava, ia ser bom porque um ia ajudando o outro,” (Zuca Baxó,

Comunidade Baixa Larga). Já sobre a problemática da Comunidade Gameleira, veremos mais adiante.

É diante desses fatos, que se torna necessário dizer que o intuito de apresentar os gráficos comparando as comunidades com seus recursos, parte adquiridos com o FRS, não é medir somente o padrão de desenvolvimento da comunidade alcançada pela quantidade de recursos, mas, e aqui seguindo o pensamento de Amartya Sen (1999), verificar como estes bens foram e são conquistados. Quais capacidades foram utilizadas para a busca destes bens? O importante aqui é a forma, os meios que a comunidade aproveitou para chegar a esses resultados. Parece que nestas comunidades a iniciativa de reciprocidade e do histórico de solidariedade é muito importante, mas, parece que não basta, e que para fazer o dispositivo funcionar para que possa inclusive conquistar os bens, é necessário um objetivo comum forte e uma confiança entre os parceiros. Por isso é necessário quase sempre a interferência de outro dispositivo ou liderança, que tenha como desígnio identificar este objetivo comum. É necessário ainda que possa conquistar o respeito e a confiança do grupo, além de apresentar capacidade de organizar e motivar o grupo. Este último deve servir mesmo como um mediador, que identifica espaços, canais e formas de circulação da informação, “de maneira a ampliar o campo de contatos e de diversificar as fontes de auxílio, de forma a limitar a dependência” (SABOURIN, 2009, p. 97).

E é esta a estratégia utilizada pelo STR, enquanto mediador dos FRS nas comunidades rurais, justamente mobilizar mais força e poder de representação local, identificando lideranças em potencial. Os fundos parece ser um bom exercício para construir este tipo de sujeito, pois seu processo de organização auxilia no desenvolvimento de comportamentos e competências relacionadas ao fortalecimento de capital social. O STR, liderado por Gabriel, já consegue realizar parcialmente esta identificação: de indivíduos com forte potencial para liderança, capazes de acumular e redistribuir conhecimentos, poderes. Parece que na comunidade do Araçá é possível enxergar uma rede de distribuição, que têm como base a mediação política do STR, que orienta os FRS de uma forma a instrumentalizá-lo como um meio de fortalecer o capital social, haja vista sua capacidade de produzir valores como: confiança, reputação, responsabilidade, equidade e ao mesmo tempo ampliar seu campo de representação. Também é possível com a adoção dos FRS se constatar o inverso: uma distribuição irregular, que proporciona o acúmulo de poderes, e exclui uma grande parcela de

pessoas que deveriam ser contemplados. Nesta perspectiva, não existe multiplicação do capital social, mas um acúmulo pessoal.

Dessa forma o FRS transformou-se para o STR num dispositivo do desenvolvimento, pois está relacionando a perspectiva da redistribuição de capacidades e da liberdade dos indivíduos fazerem suas escolhas e aumentarem seus valores, seu capital econômico, cultural e social. Ou seja, não é só o bem material que é distribuído através dos fundos, mas também conhecimentos que capacitam o indivíduo dando-lhe poder, capacidade de liderança e autonomia. Quem ganha é ainda mais é o grupo, que se empodera do discurso e multiplica recursos.

Foi assim com Chiquinho da Comunidade do Araçá, que entendeu bem o objetivo dos fundos na formação da autonomia e logo se tornou o principal interlocutor da comunidade, e também de outras do seu entorno. Gabriel reconhece em Chiquinho e alguns outros sujeitos, como Gilson da Comunidade Volta e Lúcia da Comunidade Lagoa de Pedra, uma fonte de comunicação e atuação entre as comunidades. Isso porque os mediadores podem com mais facilidade identificar os espaços e temas comuns da comunidade e discutir sobre as mudanças nas práticas e nas tecnologias. São capazes, inclusive, de legitimar as significações produzidas no campo, já que são eles que escutam as demandas e decidem se as apóiam ou condenam. No caso do FRS, é também através da comunicação com o mediador que o beneficiário pode sistematizar ações e significados dispersos, construir expectativas e resistências, socializar modos de ação. Para Neves (2008) o termo mediador compreende ações de indivíduos dotados de posição ou função:

Ele realça as condições de interconexão tanto entre segmentos como universos sociais; contribui intencionalmente na reordenação e transformação da vida social; torna viável as condições de representação política; problematiza o paroquialismo e a transcendência, até porque este estatuto, no exercício da função, o mediador estima ser portador (NEVES, 2008, p.31).

Além disso, o mediador político ainda participa de situações de comunicação entre diferenciados universos de significações, pois faz parte ao mesmo tempo de diversas redes sociais. Por isso a importância de se observar esta forma de representação, que negocia apoios em várias escalas: comunidade, instituições, autoridades políticas, etc. É nesta configuração que se formam líderes como Chiquinho, da Comunidade Araçá e Seu Merquides, da Comunidade Gameleira, que será visto adiante.

A trajetória de Chiquinho enquanto líder comunitário é bem interessante, haja vista o planejamento feito pelo STR para a sua composição enquanto mediador. Nascido na comunidade do Araçá e amigo próximo de Gabriel, conta que seu interesse pela ação comunitária se deu, de fato, com a interferência do STR dentro da comunidade no ano de 2003. Surpreso pela variedade de temáticas sobre a produção no meio rural, logo se apressa em participar da associação, que recebia tais “novidades”.

Eu vi logo que se tratava de melhoria. Que era uma oportunidade pra sair do nada. Depois fui entendendo que não era assim... não era sair do nada, aqui a gente já tinha, mas não sabia usar. Achei interessante e quis participar para conhecer mais, só não gostava muito de falar. (Chiquinho – Comissão Água).

A partir disso, a convite do STR, Chiquinho participa de diversas reuniões regionais, sempre atento a perspectiva de acionar novos processos em sua comunidade. Com a implementação das Comissões com diversos projetos de apoio a produção, inclusive de crédito – FRS, logo é indicado para mediar algumas ações, e seu desempenho impressiona o líder sindical Gabriel, que visualiza em Chiquinho já uma liderança em potência. De fato, seu trabalho como dirigente da Comissão Água, lhe redeu outras posições dentro da comunidade e do STR, neste último como membro do Conselho Fiscal.

Figura 8. Chiquinho na construção de uma cisterna calçadão, do Programa P1+2



Presença freqüente no STR, é comum encontrá-lo atendendo os produtores e agricultores das comunidades que atuam com as práticas da Comissão Água ou visitando as comunidades para ensinar e acompanhar na construção de cisternas, barragens subterrâneas, poços, etc. Também participa ativamente das reuniões sobre os FRS e media junto com o

STR, Pólo e as comunidades, as políticas do P1MC e P1+2. Para melhor se empoderar destes temas está sempre em contato direto com técnicos e membros da rede Pólo e AS-PTA, sempre que possível acompanhando-os para vivenciar novas experiências de organização e projetos voltados para as áreas rurais. Uma de suas principais funções é, por exemplo, a aprendizagem da construção das cisternas e barragens subterrâneas e o seu ensinamento para os pedreiros da comunidade. Assim, como mediador importante do STR, Chiquinho sempre esteve à frente de todos os debates que envolviam temáticas rurais, e por isso, acabou também se enveredando na discussão da Reforma Agrária, motivando a formação de grupos para apoio ao movimento. Já Gabriel, com sua dupla função de presidente do STR e vice-prefeito do município sempre apoiava e incentivava Chiquinho em seu interesse por todas estas questões. Por sua vez, a comunidade em geral também começa a reconhecer nele, uma figura experiente que espelha, mas também espalha confiança, liberdade e autonomia. Nota-se, pois, em Chiquinho uma ascensão de valores, conquistados através de sua inserção nas redes de conhecimento, que reconhecidos lhe rendeu uma nova posição dentro de seu campo social.

Com uma trajetória um tanto comum ao do presidente Gabriel de Souza (já analisada) que também absorve das redes certo capital social e redistribui em seguida, Chiquinho orienta suas ações no sentido de direcionar este movimento não apenas para as lideranças, mas, para toda a base social, no intuito de criar competências na própria comunidade. Atualmente algumas comunidades rurais mediadas pelo STR assumiram esta dinâmica de acúmulo e repasse de ativos, em especial aquelas que possuem FRS, como no caso da Comunidade Araçá, Jabuticaba, Volta, Uruçu, em que é possível observar uma melhoria na organização e desenvolvimento das atividades produtiva. Todavia, cabe aqui dizer que, cada exercício de mediação (realizado diretamente pela liderança ou pelo dispositivo coletivo) feita entre grupos (ver gráfico) é uma relação única, mas, carregada também de influências de outras relações, de outros campos sociais que por vezes se entrelaçam, daí ser possível observar um permanente processo de (re) construção de identidades destes arranjos sociais. A problemática aqui diz respeito à quantidade de elementos de aprendizagem e a qualidade de informações e conhecimento que circulam nestas redes e que são incorporadas pelos indivíduos e coletividade, pois se a rede social ou o dispositivo for entendido pelos sujeitos somente em termos funcionais, que servem apenas como recursos para os atores individuais alcançarem suas metas e satisfazerem seus interesses, o sentido do capital social existirá, mas, sobretudo em nível individual marcado também pela distribuição desigual de recursos. Este é o caso da

Comunidade Gameleira, cujas relações e resultados diferem bastante da Comunidade Araçá, mesmo as duas tendo o STR como mediador político.

A história da Comunidade da Gameleira faz parte da herança da Família Moreno, ou melhor, da herança de Seu Marísio, pois com a sua morte a família (esposa, filhos e netos) perdeu o poder simbólico que laureava o patriarca e o seu entorno. Marísio Moreno da Cunha foi um dos fundadores do município de Arara e por isso é considerado seu filho mais ilustre, mesmo sendo ele natural de Pilões, onde seus ancestrais eram ricos donos de engenhos. Herdeiro de uma grande parte de terras, decide viver e fazer política em Arara, fixando uma de suas fazendas na atual Comunidade Baixa Gameleira. Aí e também no resto do município, ele era a referência fundadora, um verdadeiro patriarca, de quem todos dependiam. Muitas pessoas trabalhavam nas terras de Seu Marísio, alguns cultivavam o roçado de graça, outros eram agregados, outros ainda eram meeiros. Na comunidade a relação com o mundo exterior era também comandada pelo patriarca, que mediava benefícios e mantinha relações com o comércio e com os bancos. O que chama a atenção nesta história é que as todas as atividades desenvolvidas, desde a construção de um açude até mesmo a venda dos produtos (algodão, feijão), eram mobilizadas pelo patriarca. Ele era a fonte das dádivas, mas, numa relação vertical, de dominação.

Depois da morte de Seu Marísio, as terras foram divididas e mesmo com um de seus filhos na administração da fazenda, foi criada uma nova situação em que as decisões não mais passavam pela Família Moreno. As relações com o mundo exterior ficaram difíceis sem o intermédio de Seu Marísio, e até a negociação com os grupos políticos esfriaram. Surge na tentativa de tentar resolver este problema a criação da Associação Comunitária de Gameleira, iniciativa promovida pela prefeitura do município para canalizar recursos, como a eletrificação rural.

Hoje, a Associação é dirigida por Seu Merquides, que reside na cidade, mas que diariamente está na comunidade cuidando de suas abelhas. Para ele, o STR foi bastante importante na divulgação de inovações e novas formas de organização, sem a mediação da instituição, para ele, a comunidade estaria ainda pior. Há algum tempo, a comunidade de Gameleira resolveu buscar apoio com os FRS, que inicialmente ofereceu os benefícios da cisterna e da apicultura. Mas, com o tempo a gestão dos Fundos deixou de passar pelo grupo, ou mesmo pela associação. As cobrança de prestações, compra de material, seleção ou sorteio do beneficiado começaram a ser realizadas pelo STR, o que foge da proposta inicial: em que

as decisões devem ser tomadas pela comunidade reunida, que se responsabiliza coletivamente pelo cumprimento das decisões. O efeito desta ação seria a aprendizagem da organização na própria prática, capacitando a comunidade e suas lideranças a assumirem a condução de assuntos de seu interesse, tal como fez a Comunidade do Araçá.

Inicialmente até que os FRS foram bem utilizados em Gameleira, mas hoje, segundo o próprio Sindicato, não está funcionando da forma prevista. O problema maior refere-se à gestão desses recursos, que está sendo feita pelo Sindicato. A falta de preocupação da associação, do grupo, demonstra uma falta de sentimento da comunidade em relação a possuir ou não seu capital. A inadimplência é outro grave problema, que Seu Merquides confessa: “Eu acho que o fundo daqui é o que menos paga. Eu mesmo tô devendo (risos)”. Isso significa aí também não funcionam nem o “controle social”, nem a solidariedade de se pagar no intuito de que os outros membros também possam ser atendidos.

O que se observa é que as relações verticais do passado ainda estão presentes na comunidade, e o fato dos FRS não terem se firmado na esfera comunitária como algo que deve ser administrado internamente, reflete também uma relação de redistribuição de capital, mas não entre as famílias da comunidade e, sim, entre as poucas famílias beneficiadas, o presidente da Associação e os agentes externos, como o próprio STR. Este último fazendo agora o papel de patriarca, de benfeitor, que distribui recursos e bens e de volta acumula capital social e poder em algumas de suas formas, haja vista seu reconhecimento e prestígio dentro da comunidade.

De toda forma, constata-se a importância do STR abrir espaços para as associações comunitárias trabalharem com os FRS, haja vista a capacidade que este mecanismo tem de motivar os sujeitos a ampliar seus capitais e direcioná-los também para os seus companheiros, mas não numa operação divisória, mas multiplicativa e de certa forma pedagógica. Assim, o FRS, por ele mesmo, atua numa perspectiva redistributiva, já que sua dinâmica é constituída primeiramente num movimento de apropriação de valores em direção a um centro e em seguida para fora dele. Essa aquisição primeira aparece tanto na forma material: quando em recurso financeiro advindo dos participantes ou mesmo de alguma política pública, quanto num plano mais intangível: os conhecimentos, as informações, as inovações, que também são adquiridos através de outros dispositivos. Ambos os recursos são de certa forma direcionados a um centro que deve distribuí-los. No entanto, como previu Bourdieu, estes ativos são quase

sempre repartidos de forma desigual e não existem garantias que o dispositivo oferecerá para os seus participantes as mesmas potencialidades para obter os recursos, ativos ou capitais da mesma quantidade e qualidade indivíduos. E mais, toda essa dinâmica deverá ser moldada de acordo com cada campo, que por sua vez é definido por interesses específicos e que elege aquilo que é valor ou valores principais.

É necessário ainda mais atenção com o STR, pois dependendo de interesses pode ele mesmo se apropriar de outros dispositivos, como o FRS ou associação, apostando na capacidade de praticar concertos em diferentes espaços e mediando interesses particulares em jogo – inclusive os seus. É diante dessa visão que se percebe algumas limitações do STR dentro desta perspectiva do desenvolvimento. Dessa forma para entender melhor sua atuação enquanto organização, se revisita agora sua trajetória cultural apresentada por suas lideranças, e que marcam períodos que ajudam a entender o comportamento do dispositivo e sua capacidade de redistribuir capital social.

3.3 STR: NOVOS E VELHOS *HABITUS* NUMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como se sabe, é uma organização que tem por objetivo representar os trabalhadores do campo, definidos como: proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, que desenvolvem suas atividades de forma individual e coletiva. Esta organização desde sua formação afirma conferir um caráter classista as suas ações, tendo como princípios a representação, a defesa e a promoção dos direitos e interesses de seus trabalhadores – os agricultores.

O objetivo geral elencado acima se apresenta ao longo da história do STR, e aqui no caso de Arara, incorporado de formas distintas em decorrência de uma ruptura da estrutura sindical. Essa estrutura, por sua vez, analisada por vários ângulos, especialmente na sua forma de representação, revela a existência de outros interesses, além dos daqueles relacionados aos trabalhadores rurais envolvidos. Existe, por exemplo, os interesses dos dirigentes sindicais, que acabam redefinindo um novo sentido ao jogo e a posição dos atores sociais neste campo de representação. Para compreender melhor as nuances desta instituição, optamos pela análise

de sua trajetória, observando suas ações e discursos ao longo de sua formação e desenvolvimento. A possibilidade desta interpretação está especialmente na história de vida de suas lideranças que conduzem as intenções e práticas da instituição. Aqui para efeito de entendimento utilizaremos para diferenciar o comportamento e cultura da organização, os termos “velho” e “novo”, que correspondem a atuação de Manoel Pompeu e Gabriel de Sousa, respectivamente. Espera-se que este diagnóstico esclareça algumas questões sobre a atuação do STR de hoje e a sua capacidade de potencializar ou não o capital social das comunidades rurais.

Em sua primeira etapa, o STR de Arara (e tantos outros) passou por uma fase de luta trabalhista, cuja experiência poderia ter servido como uma aprendizagem coletiva para a organização na busca de objetivos comuns. Todavia, não foi possível perceber no “velho STR” de Seu Manoel Pompeu a construção de conhecimentos comuns. A referência sobre aprendizagem existiu, mas de forma individual que permitiu criar referências para si.

Eu fiquei muito emocionado, quando participei de uma reunião na Delegacia do Sindicato, em Serraria. Eu, que só vim aprender a ler depois de velho, estava no meio de gente entendida, que ia usar sua inteligência para ajudar pessoas pobres, sem instrução, como eu. Ali eu vi que era isso que eu devia seguir, o conhecimento das coisas (Manoel Pompeu, ex líder sindical).

Ele conta ainda que depois de decidido sobre essa vontade de saber, participava de todas as reuniões, uma porque tinha que aproveitar o tempo perdido, e outra porque percebia que quanto mais sabia das coisas mais as pessoas lhe respeitavam. Conta também, que seu círculo de amizade aumentou e com isso mais aprendizado. Com a fundação do STR, Seu Manoel se empenhou ainda mais para conhecer as propostas, os documentos sobre os direitos e deveres do homem do campo, pois precisava estar bem informado para repassar conhecimentos para esta população que não tinha nem instrução. É possível com estes relatos e com os registros em ata das reuniões sindicais, compor o discurso de Seu Manoel: a importância de sua presença nas reuniões nacionais, os detalhes destas reuniões, e um conjunto de informações com muito dados. Já em outras reuniões aconteciam leituras extensas de publicações e outras fontes. Contudo, é com o advento da reforma agrária que Seu Manoel vai direcionar toda a agenda do STR para a apresentação e discussão dos acontecimentos.

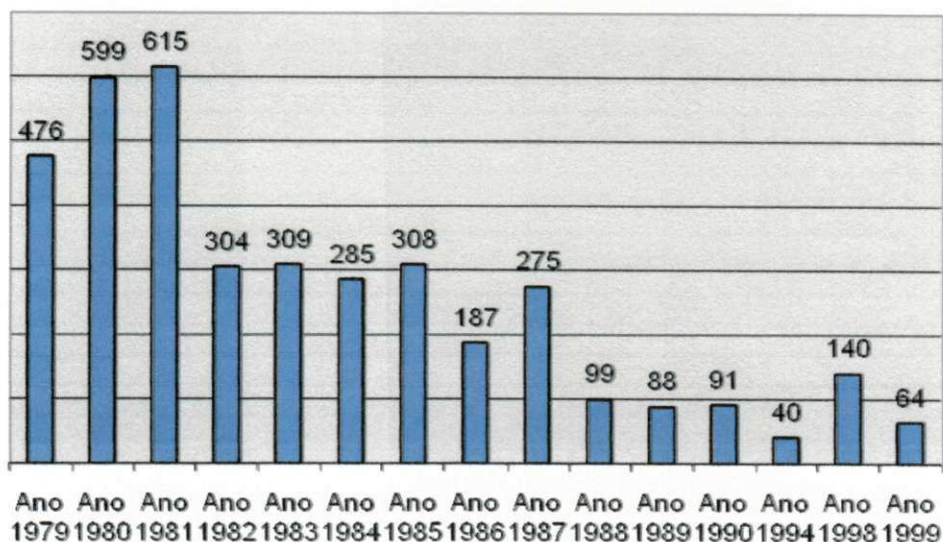
Os sócios que partilhavam das reuniões, inicialmente, aprovavam a condução de Seu Manoel na divulgação de informações. Para eles participar das reuniões do STR era uma forma de saber o que estava acontecendo:

Eu na faltava uma reunião do sindicato. Seu Manoel era muito entendido das coisas, das leis. Também ele viajava muito, ia até pro Sul se encontrar com outros sindicalistas (**Maria das Dores**, sócia do STR).

Assim, entre os sócios do STR, havia um consenso de valoração referente à representação de Seu Manoel Pompeu como presidente da instituição. A comunidade também reconhecia em sua figura uma autoridade competente que representava bem os interesses coletivos. Dessa forma, essa autoridade representativa, ganha gradativamente ativos (como a confiança), seja do seu próprio grupo ou de outra instituição, como a Igreja, que lhe delega poder para organizar e distribuir bens para a comunidade. Aqui é possível observar claramente, já a partir do primeiro momento de inserção de Seu Manoel nos grupos, um acúmulo de capital social que vai se fortalecendo a partir das outras posições que ele assume na comunidade. É certo esclarecer que este capital é de propriedade da liderança, mas, se reflete na instituição. Todavia, veremos mais a frente que esse reflexo de capital na instituição não abre condições para esta possa distribuí-lo ou multiplicá-lo. É a liderança que o detém e o mobiliza como assim o queira.

Seu Manoel adquire assim recursos suficientes para redistribuir. Porém, o que acontece é somente a difusão de informações selecionadas pela liderança e até as redes de contato das quais obtém mais conhecimento (outros sindicatos, FETAG, CONTAG) ficam restritas a sua participação. Segundo ele, é necessário haver certo cuidado com a abertura da participação, pois muitas pessoas usam espaços para se autopromoverem. Neste caso, o STR de Arara, é caracterizado nesta época por uma prática paternalista de favores e pelas regras estabelecidas por seu tutor. A cultura organizacional deste “velho” STR mostra um falso processo de participação, que de fato, não integrou a comunidade rural no processo de formação ou acúmulo de capital social, que poderia ser um importante ativo para o desenvolvimento desta população. As ações e temas, propostos e impostos pelo dirigente sindical de Arara, procuravam acompanhar interesses que nem sempre condiziam com as demandas locais. É possível inclusive apresentar ao longo do tempo o nível da falta de pertencimento do grupo para com as questões e problemáticas apresentadas pelo dirigente nas reuniões:

Gráfico 4. *Total de participantes, contabilizados em reuniões mensais do STR de Arara:*



O decréscimo observado corresponde já a um desgosto dos sócios referente às temáticas das reuniões, que não se pautam em discussões sobre as questões mais locais ou mesmo sobre o advento da modernização da agricultura familiar, que os outros sindicatos vinham debatendo. Parece que a aprendizagem no “velho” sindicato ficou restrita ao dirigente, enfraquecendo o processo de autonomia da comunidade que, por sua vez, se esforça cada vez menos para esclarecer questões pertinentes ao seu meio.

E assim, vivendo de uma ética na qual suas ações são orientadas pela pura convicção, Seu Manoel segue suas crenças, anulando qualquer responsabilidade em relação à situação estabelecida. Para ele, se existe algo que desagrada os associados só pode está fora da instituição, quem sabe não esteja no mundo. É ainda com esta convicção que Seu Manoel, com quase 40 anos de liderança e certa resistência, deixa o poder do STR e uma parte de seu capital. A partir de 2003, a instituição ganha um novo líder, Gabriel de Sousa, que agora em 2010 já deve concorrer para o terceiro mandato.

Com a mudança de liderança, mudou-se também o comportamento da instituição, haja vista a relação *habitus* e posição. Preocupado com o descaso dos associados perante a situação estabelecida, o novo líder decide responsabilizar todos os agentes pela condição de atraso da organização, em comparação aos STRs vizinhos, demonstrando uma postura, que Weber (1994, p. 124) intitula como ética da responsabilidade. Inicialmente convoca uma auditoria e percebe que o STR possui um fundo de recursos que nunca foi utilizado, nem para reformas mais urgentes que o prédio do STR tanto precisava. Resolve usar logo os recursos para fazer

uma grande reforma no prédio e para a compra de novos móveis. Esta ação inicial chamou a atenção dos associados para uma nova estrutura que estava se formando. Ao mesmo tempo, realiza visitas as associações das comunidades rurais, convocando-as para formarem uma rede de atuação e inicia sua participação na rede do Pólo Sindical da Borborema. Esta mobilização agradou a uma grande parte dos associados, que motivados com este novo perfil da instituição, “correm até o risco” de experimentar algumas técnicas e práticas de produção.

É importante aqui dizer que Gabriel, diferente de Seu Manoel, já chega ao STR com um certo capital social, que lhe é repassado pelas redes de conhecimento das quais participava, como a Pastoral da Terra e a Associação Comunitária do Araçá, do qual é presidente. Dessa forma, não existe um interesse pessoal pela informação e conhecimento, como aconteceu com Seu Manuel e que lhes conferiu o discurso de liderança. A sua preocupação é apresentar novidades, como a reforma do prédio, e disseminar inovações, já vinha acompanhando em outros municípios. Sua estratégia é ativar o interesse das pessoas pelo STR, mostrando-lhes a proposta de um novo sindicato, mais informatizado, moderno, e interligado com diversas redes que servirão de auxílio para a aprendizagem. A maior parte dos associados não resiste às modificações e apóiam o novo discurso sobre a atuação sindical, reconhecendo e legitimando as decisões do novo líder que traz para a instituição algumas novidades relacionadas especialmente a prestação de serviços. Dentre as novidades inseridas neste meio, observamos uma boa receptividade para as seguintes ações:

Ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara
<p>Aperfeiçoamento dos sistemas de emissão de documentos</p> <p>O sistema de emissão de documentos foi aperfeiçoado deixando de ser um formulário ou documento padrão para ser preenchido através de programas desenvolvido no próprio STR, são o GDAR (gerador de declaração de aptidão rural) e o SISGC (Sistema de geração de contratos).</p>
<p>Arquivamento de documentos e processos.</p> <p>O sistema de arquivamento de processos e documentos também foi uma iniciativa do STR para melhor trabalhar na assistência a benefícios indeferidos. A documentação é fotocopiada e guardada no computador facilitando assim a recuperação de documentos anexados a processos de concessão de benefícios.</p>
<p>Utilização de Sistemas disponíveis na Internet</p> <p>Embora não seja um serviço exclusivo do STR, o sistema de agendamento vem facilitando o atendimento dos agricultores na agência do INSS em Solânea. O atendimento é agendado na hora da emissão da declaração e o agricultor já sai com documentação e hora marcada para seu atendimento no</p>

INSS. O sistema de consulta e retirada de extrato de pagamento de benefícios é outro serviço disponível na previdência social que é repassado para os agricultores de Arara através do STR, com eles os agricultores recebem informações sobre andamento de seus processos e pagamento de benefícios concedidos.

Além destas novas ações, foram implementadas mais algumas que reconfiguram o ambiente organizacional e dá “o tom” de alteração da nova administração. Abaixo temos algumas citações feitas pelas pessoas que prestam serviço ao STR. É interessante verificar como as novas disposições são formadas e os discursos de empoderamento que se seguem:

<p>Tecnologia a serviço do agricultor</p> <p>O Investimento em tecnologia para melhor servir ao agricultor (não só ao sócio) foi uma marca do STR no ano de 2008: a aquisição de um novo computador moderno com todos os recursos necessários. “foi uma iniciativa para garantir o atendimento do agricultor que terá a certeza de que não deixará de ser atendido porque o computador está com problemas, além disso, o STR tem o próprio técnico que presta a manutenção e prevenção de problemas no sistema”. (Adriano – digitador)</p>
<p>Informatização do sistema de recebimento de contribuições</p> <p>O sistema de recebimento das mensalidades foi totalmente informatizado, diminuindo assim o tempo de espera do associado para pagar suas mensalidades. “é bom que sobra tempo para o agricultor resolver outras coisas. (Margarida - recepcionista)</p>
<p>Advogado a serviço do agricultor</p> <p>O STR disponibilizou também para os associados um advogado para resolver processos que não foram aprovados, atendendo mensalmente e acompanhado todo o processo. A iniciativa foi para facilitar o acesso aos agricultores à revisão e reencaminhamento de seus processos de benefício, que antes eram deixados de lado pelos agricultores por não saberem a quem recorrer. (Zé Braúna – vice-presidente)</p>
<p>Ouvir você</p> <p>Segundo Gabriel “é ouvindo o agricultor que melhoramos cada vez mais nosso atendimento”. Para a secretária “até mesmo a mudança na posição dos móveis na secretaria foi feita de forma a buscar melhorar cada vez mais o atendimento ao agricultor que chega ao SRT”. (Geane – Secretária)</p>
<p>Estabilidade da taxa da mensalidade</p> <p>O STR de Arara tem o orgulho de ser um dos sindicatos com melhor taxa de mensalidade “oferecendo serviços de alta qualidade com uma taxa abaixo da média dos sindicatos desta região. Nossa taxa se manteve este ano em R\$ 3,00. A nossa luta é grande para mantermos a qualidade, pois, ainda temos muitos sócios que não estão em dia com suas mensalidades.” (Fátima – tesoureira)</p>

Exportando tecnologia

“Nosso STR torna-se a cada dia referência em estrutura e atendimento, e tem estrutura para exportar tecnologia para sindicatos vizinhos. Em breve estaremos disponibilizando nossos sistemas desenvolvidos pelo STR de Arara para uso de STRs dos municípios. (Gilson – 2º secretário)

Este discurso inovador foi elaborado pelos atores sociais que participam ativamente do campo social e serve para legitimar o novo campo de representação, este “novo sindicato” que têm a proposta de ampliar os espaços de participação dos diversos atores sociais e possibilitar uma prática inovadora no campo sindical, principalmente superando o antigo comportamento da instituição. Sobre a participação dos associados e suas inferências sobre a atuação da instituição, é visível uma maior valorização da organização, inclusive com uma maior integração entre as partes.

Mas o que vai de fato construir referências para o STR é a organização das atividades produtivas nas comunidades rurais, através do trabalho das Comissões (que já foram reveladas anteriormente). A superação do antigo formato do Sindicato se efetivará em decorrência destas práticas consideradas inovadoras, dando condições para a instituição construir um projeto de desenvolvimento local. Para tanto, é necessário a atuação em conjunto com outras redes e entidades da sociedade, de forma a potencializar as ações. Uma das relações mais em evidência é a do STR com a Prefeitura Municipal, que muito cedo demonstrou interesse pela formação da parceria, reconhecendo o “potencial” da instituição e especialmente da liderança em atuar de forma organizada nas comunidades. Na verdade ela identifica em Gabriel e neste novo STR uma fonte de carisma ou mesmo dominação carismática para com as comunidades assistidas. Esta parceria, segundo seus líderes foi importante para ambos os lados, pois a Prefeitura pode agora participar com um sentimento de maior pertencimento nos espaços rurais do município, convivendo de forma mais direta com as comunidades, o que gera maior nível de confiança e interdependência. Para o STR, a aproximação lhe trouxe resultados mais objetivos, como a participação na gestão dos recursos. Segundo o prefeito de Arara, José Ernesto, o STR tornou-se um importante parceiro político, cuja opinião influencia muitos indivíduos.

Deste modo, tanto Gabriel como Seu Manoel darão conta da importância da participação em redes sociais, estas como facilitadoras para aquisição bens. Contudo, Seu Manoel (ou o próprio STR) apenas deverá participar destas redes, que são em si canais de distribuição, para receber ativos que o ajudarão a construir sua imagem de liderança. Gabriel,

por sua vez, utilizará o princípio de reciprocidade em sua relação com as redes sociais, pois será capaz de dialogar e explorar a sinergia entre as institucionalidades. Na verdade, este “novo” sindicato não só participará das redes, mas, também promoverá o surgimento e o desenvolvimento de dispositivos coletivos, que por ora são também redes que distribuem recursos para os sujeitos envolvidos, como é o caso do FRS.

A questão do poder é aqui perpetrada, pois as redes tanto podem empoderar seus membros, numa perspectiva de redistribuição, como podem apoderá-los, no sentido de se apossar de um recurso tangível ou intangível, estabelecendo inclusive um diferencial de acesso em relação a um conjunto de sujeitos, e a partir daí, estabelecer um poder sobre esses sujeitos com base na escassez desse recurso, este é o caso de Seu Manoel e do seu STR. No caso de Gabriel, mesmo presente a assimetria das relações, existe uma perspectiva de descentralização de poder, haja vista sua preocupação na distribuição e circulação de ativos. Além disso ainda se preocupa com a multiplicação destes ativos, daí seu empenho pela experiência dos FRS, dispositivo capaz auxiliar neste exercício.

Dessa forma pode-se dizer que nos dois campos de representação sindical existe um capital social, que se apresenta e cumpre funções distintas. De modo que, para Seu Manoel o capital social adquirido das redes lhe fornece conhecimento, autoconfiança e autonomia, valores que lhe conferem posição de respeito e carisma, e o distingue dos demais, mantendo-o inclusive na liderança. É bom esclarecer que este capital não é acumulado pelo grupo, mas somente pela liderança, que decide como usá-lo.

No caso de Gabriel que detém um nível ainda mais alto de capital social - haja vista seu prestígio perante os vários campos que se posiciona, inclusive o campo político – o capital consegue se refletir também no grupo em que está envolto. É só atenta-se para o caso de Chiquinho, que consegue seu reconhecimento através de um capital social, que foi em sua maior parte adquirido junto ao STR, Hoje é uma forte liderança dentro das comunidades, com pretensões (e isso é o fato mais recente) de concorrer à presidência do STR, se assim for, irá cumprir uma trajetória bem parecida com a do atual líder Gabriel.

O que mais importa neste contexto é que existe a possibilidade de um dispositivo coletivo, como no caso do STR, promover a emancipação de um grupo ou de sujeitos sociais através do acúmulo e redistribuição de capital social, mesmo sabendo que nem sempre a circulação se dá de forma justa. E nem poderia, pois são muitos interesses, mudanças de posições, que mobilizam ora potencialidades, ora resistências. Sugere-se a identificação destes

interesses, sejam estes mais particulares ou comuns. Talvez seja uma forma de auxiliar este projeto de desenvolvimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REPENSANDO O CAPITAL SOCIAL E AS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi iniciado com uma proposta: a de oferecer uma compreensão sobre o processo de mediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara no processo de desenvolvimento das comunidades rurais, através da ampliação do capital social. A análise se deu principalmente no âmbito das relações entre o exercício da mediação e os processos de organização dos arranjos sociais e produtivos destas comunidades. Num primeiro momento foi perceptível uma movimentação de recursos ou ativos que uma vez incorporados melhorava significativamente a qualidade de vida das pessoas envolvidas. Todavia, também foi observado que estes ativos são distribuídos quase sempre de maneira desigual, já que as redes não oferecem as mesmas potencialidades para se obter recursos ou ativos da mesma quantidade e qualidade.

A partir dos resultados apresentados nas seções anteriores e das discussões estabelecidas principalmente no último capítulo, considera-se que:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara é hoje a principal fonte de desenvolvimento rural, haja vista sua proposta de fortalecimento de competências e autonomia. Todavia, os potenciais da organização e fortalecimento das competências de base e sua relação com o desenvolvimento rural colocam-se no discurso atual dos dirigentes sindicais. Em Arara, o atual líder atua neste sentido, mas, antes é necessário compreender que a consolidação das capacidades não pode ser efetivada de verdade, partindo de uma prática isolada. É preciso que haja uma maior atenção por parte das lideranças sobre suas intenções e propostas, mas principalmente sobre suas ações. É necessário haver uma postura de autocrítica, de reflexão, de autoconhecimento, em especial do capital acumulado nos espaços de representação de campo.

Em Arara, o STR acredita que as articulações formadas, o fortalecimento do capital social foi proporcionado pela instituição em si mesma. É preciso refletir mais sobre esta questão, sobre a realidade das interações, pois mesmo constatando que as intenções e práticas

do STR de hoje, diferenciam-se qualitativamente do chamado velho sindicalismo, inovando um campo de representação onde o habitus do antigo dirigente é questionado, pode-se não enxergar algumas posições dentro deste campo. O que aqui se quer dizer é que não bastam só as práticas do dirigente do STR apresentar inovações e movimentar um capital social, é necessário que haja uma verdadeira consolidação de um habitus no dispositivo.

Isso não quer dizer que não haja avanços do STR de Arara em sua nova forma de comportamento organizacional. É bastante claro o desenvolvimento de algumas comunidades rurais, consequência de uma mediação política baseada no fortalecimento de competências, através da redistribuição de ativos, de capital social. Todavia, a grande preocupação é: se de fato, é o STR o responsável, através de sua mediação, pelo desenvolvimento dessas comunidades, ou se este fato não é reflexo do comportamento individual da liderança. Ou seja, o STR tem condição de consolidar esta política de desenvolvimento por mais 40 anos, como fez o STR de Seu Manoel, com normas de funcionamento e objetivos bem definidos e legitimados?

Para esta resposta é preciso à expressão do próprio dispositivo, do STR, e não somente de sua liderança. Mas, como conseguir esta confissão? Talvez a resposta venha em breve: com a eleição para presidência do STR, na disputa duas lideranças construídas pela distribuição de capital social, através deste dispositivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 2, abr-jun/2000a, p.379-397.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, 21 (Nov) pp.83-108, 2003.

_____, Marcello; CREMONESE, Dejalma. *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BOSI, E. *Lembranças de Velhos*. São Paulo: Universidade de São Paulo. p 5-28, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasileira, 1990.

_____. Le Capital Social: notes provisoires. In: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3. 1980.

_____. Le champ économique. *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, n. 119, p. 48-66, 1997.

_____. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. *A Distinção: crítica social do julgamento*; tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CANIELLO, Márcio. Quando a sustentabilidade falha: o caso do programa da caprinovinocultura no Cariri paraibano. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Pólis; Campina: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.

CONDERATO, M; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P. Dabdad. *Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais*. Santa Cruz do Sul: REDES, v. 12. N.2, p. 163-195, 2007.

DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

DINIZ, Paulo Cesar. *Da experimentação social ao “experimentalismo institucional”. Trajetória de relações entre Estado e sociedade civil: experiência no semi-árido*. Tese de Doutorado. UFCG/CH/PPGCS – UFPB/CCHLA/PPGS. 2007.

DUQUE, Ghislaine; SIDERSKY, Pablo; OLIVEIRA, Maria do Socorro de L. Fundos Rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano. *Raízes*, vol. 23, nº 01 e 02, jan.-dez. de 2004.

DURKHEIM, É. *Da Divisão do Trabalho Social I*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Editora Martins Fontes, 1995.

FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP/Procam, 2006.

FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Naissance de la prison. Paris, Gallimard, 1975.

FRANCO, Augusto de. *Desenvolvimento e Capital Social*. Brasília: Millennium, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. *What is social capital?* Disponível em www.ifm.org. Acesso em 2007.

GRANOVETTER, Mark, SWEDBERG, R. (Eds.) *The sociology of economic life*. San Francisco: Westview Press, 1992.

GUERRA, Lemuel. Entre o controle e a insolência: categorias neutras na sociologia contemporânea. *Raízes*, vol. 22, nº 02 – jul.-dez. 2003.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó: Argos, 2005.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEE, Jo; ÁRNASON, Arnar; NIGHTINGALE, Andrea, SHUCKSMITH, Mark. *Networking: social capital and identities in European rural development*. *Sociologia Ruralis*, v.45, n.4, oct/2005, p. 269-283

MALAGODI, Edgar. O Sindicato Rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudanças. In: WANDERLEY, M. N. B. (org). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Pólis; Campina: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp, 2004.

MENEZES, Marilda. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. nº 28. *Vivência*, p 1- 13, 2005.

MARTELETO, Regina; DE OLIVEIRA E SILVA, Antonio. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*: Brasília, DF, 33. 3, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 1-18, 2001.

NEVES, Delma P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

PIRAUX, Marc; BONNAL, Philippe. *Projetos coletivos de desenvolvimento territorial no entorno de Campina Grande (PB): O elo faltante da multifuncionalidade da agricultura familiar*. Artigo do livro (em prelo): 'Pesquisa e ações de divulgação sobre o tema da multifuncionalidade da agricultura familiar e desenvolvimento territorial no Brasil' UFRRJ-CPDA/REDES - NEAD/IICA, 2008.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. v. 2, nº3, p. 3-15, 1989.

PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, 2000, PP. 133-158.

_____. *The two meanings of social capital*. Sociological Forum, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2000.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Tradução: Luís Alberto Monjardim – reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SABOURIN, Eric. *Renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural: reflexões sobre métodos e políticas públicas*. In: IX Congresso Fazer, Aracaju, 2006.

_____. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*; traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. *Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil*. Versão ampliada do trabalho Trends and matters in rural development studies in Brazil, apresentado no XXII Congresso f the European Society for Rural Sociology, Wageningen, Holanda, 20-24 agosto de 2007.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVEIRA, Luciano; VICTOR, Roselita; ANACLETO, Nelson. Saindo de trás do birô: a reconstrução do movimento sindical no agreste da Paraíba. *Revista Agriculturas*. V. 4 – nº 2 – junho de 2007.

THE WORLD BANK. Social capital initiative: working paper, n.2-3. Disponível em: www.worldbank.org, 1998.

VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento – natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade. Vol. 1*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ZALUAR. A. O antropólogo e os pobres: introdução metodológica e afetiva. In: *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

ANEXOS

ROTEIRO DE QUESTÕES GERAIS E ORIENTADORAS DA PESQUISA DE CAMPO

Parte 1: Resgate *histórico* da instituição

1. Quando e como iniciou – Origem, trajetória da instituição e dos atores envolvidos;
2. Razões que levaram a iniciar a atividade;
3. Anos decorridos do início da organização e principais mudanças ocorridas ao longo do processo;

Parte 2: Caracterização do contexto

1. História e evolução da localidade: Identificar as principais características sócio-econômicas da região estudada.
2. Descrever ou citar os principais órgãos ou instituições que atuam no contexto local (ONGs...);
3. Existência de políticas públicas ou programas privados presentes no município e que estão sendo mediadas pela instituição;

Parte 3: Análise do *processo e da trajetória*: o que foi feito? Com o quê? Como? Quem fez?

O que foi feito – Tipo de experiência

1. O que foi feito de diferente (de inovar ou de modificação) no processo/experiências/ inovações?
2. Qual foi a motivação pessoal ou outro estímulo que motivou a atividade/experiência?

Com o quê? Como? – Autonomia

1. É uma experiência coletiva ou individual? Como funciona?
2. Para a implantação da atividade/experiência houve apoio e/ou participação do Sindicato?
3. Qual o nível de conhecimento que se tinha sobre a atividade/experiência?
4. Qual a origem dos recursos para a implantação da atividade/experiência?

Quem fez? – Papel dos mediadores

5. Existiram mediadores e/ou instituições externas que auxiliaram na implantação - Qual foi seu papel?
6. De que forma estes contribuíram para o desenvolvimento da atividade?
7. Quais foram os tipos de vínculos mantidos: assessoria, finanças, etc?

Parte 4: Nível de apropriação – foco na relação indivíduo, grupo X experiência

1. Quais foram as principais reações que a inovação/experiência causou?
2. Existem níveis diferentes no grau de participação das famílias e/ou indivíduos na experiência/atividade?

3. Considera que a experiência/atividade terá continuidade independente de alguma crise ou problema acontecer?

Parte 5: Efeitos e resultados

1. No contexto e na economia local:

1. A atividade/experiência está ajudando a criar outras atividades que não existiam anteriormente? Quais?
2. Houve melhoria nas condições de vida das pessoas do contexto local afetado pela atividade/experiência?

2. Sobre os indivíduos e o seu grupo social:

1. Houve melhoria da auto-estima dos membros envolvidos na atividade/experiência?
2. A atividade/experiência influenciou a melhoria da renda das pessoas?
3. A atividade/experiência trouxe ou gerou efeitos sobre a forma de se trabalhar (mais intensivo) e na forma de se distribuir as tarefas e responsabilidades entre membros do grupo?
4. A atividade/experiência melhorou o nível de informação e conhecimento das pessoas?

3. Sobre as Condições de vida:

1. A atividade influenciou a melhoria da qualidade de vida?
2. O local de moradia e ou espaço local/rural tornaram-se um lugar melhor para viver com esta atividade/experiência?

4. Sobre o ambiente institucional:

1. Após o surgimento da atividade/experiência melhorou a confiança e a solidariedade na região ou município – justificar a opinião favorável ou contra?
2. A atividade/experiência aumentou a relação entre pessoas e grupos com entidade ou instituições coletivas ou públicas (sindicato, associação, prefeitura, etc)?
3. A atividade/experiência gerou melhorias em relação ao acesso aos mercados?
4. A atividade/experiência gerou a necessidade de maior interação de indivíduos e grupos com outras iniciativas, projetos, atividades, fóruns, reuniões, etc. de interesse mais geral?

5. Principais fatores limitantes e obstáculos:

1. Qual o fator ou aspecto tem criado as maiores dificuldades à atividade/experiência?
2. Quais os principais desafios?
3. Quais as outras dificuldades importantes que podem ser listadas?